

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9h30, do dia 2014/12/03

| P | Assunto | | | Objetivo |
|--------------|--|-------------|-------|----------------------|
| | Designação | Interessado | Local | |
| | ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | | | |
| 1 | Ata nº 24/2014, da reunião de câmara de 2014/11/05 | | | Aprovação |
| 2 | Protocolo a celebrar com a Ordem dos Advogados de Vila Franca de Xira para apoio jurídico a cidadãos afetados pelo surto de "legionella" | | | Aprovação |
| 3 | Abertura de procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente operacional (Jardineiro) | | | Aprovação |
| 4 | Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente operacional (Auxiliar de Ação Educativa) - Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final | | | Aprovação |
| 5 | Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Técnico superior (área de gestão) - Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final | | | Aprovação |
| 6 | Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente operacional (Pedreiro) - Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final | | | Aprovação |
| 7 | Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais) - Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final | | | Aprovação |
| 8 | Contratação de serviços de reparação a 9 máquinas instaladas na tipografia municipal, e aquisição das peças necessárias para a referida reparação, durante o ano 2015 - Remessa à assembleia municipal para aprovação prévia do compromisso plurianual | | | Aprovação |

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9h30, do dia 2014/12/03

| P | Assunto | | | Objetivo |
|----|---|--|-------------------------|-----------|
| | Designação | Interessado | Local | |
| 9 | Fornecimento em contínuo de mercearia e de charcutaria para os refeitórios e bares do município, para o ano 2015 - Remessa à assembleia municipal para aprovação prévia do compromisso plurianual | | | Aprovação |
| 10 | Contratação de serviços de limpeza, conservação e manutenção do Cemitério Municipal de Vila Franca de Xira, ano 2015 - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para aprovação prévia do compromisso plurianual | | | Aprovação |
| 11 | Contratação de serviços de assistência técnica e manutenção do equipamento de fotolitos - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para aprovação prévia do compromisso plurianual | | | Aprovação |
| 12 | Atividades de Enriquecimento Curricular - Ano letivo 2014/2015 - Protocolos de colaboração a celebrar com entidades parceiras - Alteração e remessa à assembleia municipal para conhecimento | | | Aprovação |
| 13 | Fornecimento de refeições escolares - Ano letivo 2014/2015 - Protocolo | Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares | | Aprovação |
| 14 | Serviço de refeições escolares - Lanches - Ano letivo 2014/2015 - Protocolo | Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde | | Aprovação |
| 15 | Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Alteração da data de conclusão da obra e remessa à assembleia municipal face à reprogramação financeira | Oliveiras - Engenharia e Construção, SA | Castanheira do Ribatejo | Aprovação |
| 16 | Aquisição de serviços ao abrigo do acordo-quadro da AML - Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão normal (BTN) e em baixa tensão especial (BTE) - Abertura de procedimento e remessa à assembleia municipal para aprovação do compromisso plurianual | | | Aprovação |
| 17 | Comparticipação financeira municipal à Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, para requalificação da Fonte do Farrobo, execução de separador na rua da Mata e aquisição de elementos decorativos de Natal | Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira | Vila Franca de Xira | Aprovação |

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9h30, do dia 2014/12/03

| P | Assunto | | | Objetivo |
|----|--|--|---------------------|--------------|
| | Designação | Interessado | Local | |
| | GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA | | | |
| 18 | Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente | | | Conhecimento |
| 19 | Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 15 do loteamento Panasqueira I | José Bunheira da Silva | Alverca do Ribatejo | Aprovação |
| 20 | Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 44 do loteamento Casal do Freixo | Lusbélia da Conceição Marques Conde Reduto | Vialonga | Aprovação |
| 21 | Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 99 do loteamento Casal do Freixo | Laurentino Soares dos Santos - Cabeça de casal da herança de Maria Clemente Soares | Vialonga | Aprovação |
| 22 | Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 100 do loteamento Casal do Freixo | Laurentino Soares dos Santos - Cabeça de casal da herança de Maria Clemente Soares | Vialonga | Aprovação |
| 23 | Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 102 do loteamento Fonte Santa | Arménio António Figueiredo | Vialonga | Aprovação |
| 24 | Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 106 do loteamento Fonte Santa | Maria de Jesus Correia Veiga Pinto | Vialonga | Aprovação |
| 25 | Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 39 do loteamento Panasqueira I | José Vicente dos Santos Reis | Alverca do Ribatejo | Aprovação |
| 26 | Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 169 do loteamento Casal do Álamo | Manuel do Rosário Pires Dias | S. João dos Montes | Aprovação |

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9h30, do dia 2014/12/03

| P | Assunto | | | Objetivo |
|----|--|--|-------------------------|-----------|
| | Designação | Interessado | Local | |
| 27 | Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 182 do loteamento Casal do Álamo | Rui Pedro Martins Roque - Cabeça de casal da herança de Manuel Roque | S. João dos Montes | Aprovação |
| 28 | Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 86 do loteamento Enxordeiros | Alberto Antunes Martins | Alverca do Ribatejo | Aprovação |
| 29 | Retificação da operação de loteamento Enxordeiros, titulado pelo alvará de loteamento nº 1/2012AUGI, de 2012/06/27 | | Alverca do Ribatejo | Aprovação |
| | OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS | | | |
| 30 | Reabilitação de pavimentos na Estrada Municipal do Apeadeiro - Conta final | Construções Pragosa, SA | Castanheira do Ribatejo | Aprovação |
| 31 | Adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural - Conta final | Consórcio, Constrope - Congevia, Engenharia e Construção, SA/Gigabeira - Instalações Especiais | Póvoa de Stª Iria | Aprovação |
| 32 | Execução da Escola Básica do 1º ciclo do Sobralinho - Nomeação do novo coordenador de segurança em obra | | Sobralinho | Aprovação |
| 33 | Execução do Parque Urbano da Quinta da Flamenga - Fase 4A - Alteração da data de conclusão da obra | Scampia - Engenharia, Lda | Vialonga | Aprovação |
| 34 | Recargas de pavimentos 2014 - Concelho de Vila Franca de Xira - Alteração da data de conclusão da obra | Construções Pragosa, SA | | Aprovação |
| 35 | Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde | Oliveiras - Engenharia e Construção, SA | Castanheira do Ribatejo | Aprovação |

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9h30, do dia 2014/12/03

| P | Assunto | | | Objetivo |
|----|--|---|-------|--------------|
| | Designação | Interessado | Local | |
| 36 | Aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica, em nível de baixa tensão normal (BTN), em regime de mercado, do sistema de iluminação pública do município - Concurso público internacional - Adjudicação | EDP Comercial - Comercialização de Energia, SA | | Aprovação |
| | APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS | | | |
| 37 | Mercado abastecedor - Funcionamento nos dias 23 e 30 de dezembro de 2014 | | | Aprovação |
| 38 | Mercados retalhistas de Alhandra e de Vila Franca de Xira - Funcionamento ao sábado de tarde durante o mês de dezembro de 2014 | | | Aprovação |
| | GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA | | | |
| | . Assuntos apresentados para conhecimento | | | |
| | Da competência do Presidente da C.M. | | | |
| 39 | Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal | | | Conhecimento |
| 40 | Legislação síntese | | | Conhecimento |
| 41 | Pagamentos autorizados | | | Conhecimento |
| 42 | Balancetes | | | Conhecimento |
| | . Outros assuntos | | | |
| 43 | Devolução de apoio recebido relativo ao processo nº 017/CEI+/12 do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) | IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional | | Aprovação |
| 44 | Projeto do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços da Câmara Municipal para 2015 - Consulta pública | | | Aprovação |

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9h30, do dia 2014/12/03

| P | Assunto | | | Objetivo |
|----|--|--|---------------------|-----------|
| | Designação | Interessado | Local | |
| 45 | Contratação de serviços de confeção e fornecimento de refeições nos refeitórios municipais - Minuta do contrato | ICA - Indústria e Comércio Alimentar, SA | | Aprovação |
| 46 | Pagamento de indemnização - Sinistro - Transferência financeira | Carmelinda Jesus Marques Pereira Vicente | | Aprovação |
| 47 | Adenda ao protocolo de cedência das instalações sitas na rua Alves Redol, nº 123, para o ano de 2015 | Autobacelos, Lda | Vila Franca de Xira | Aprovação |
| 48 | Exercício de direito de preferência sobre 2/3 da fração "N", sita na rua Almada Negreiros, lote 8, nº 18 | CHASA, CRL | Alverca do Ribatejo | Aprovação |
| | EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO | | | |
| 49 | Exposição "Tudo existe o que se inventa é a descrição Joaquim Namorado 100 anos" - Preça de venda ao público do catálogo | | | Aprovação |
| 50 | Digitalização do espólio documental do Futebol Clube de Alverca - Protocolo | Futebol Clube de Alverca | Alverca do Ribatejo | Aprovação |
| | AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | | | |
| 51 | Orçamento Participativo 2015 - Normas de participação | | | Aprovação |
| 52 | Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo | Federação Portuguesa de Natação | | Aprovação |

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9h30, do dia 2014/12/03

| P | Assunto | | | Objetivo |
|---------------|---|-------------|-------|---|
| | Designação | Interessado | Local | |
| | ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | | | |
| 53 | Proposta nº 10/2014 - Avaliação e tomada de decisão sobre o futuro da urbanização Quinta da Cruz de Pau | | | Análise Aprovação |
| 54 | Moção - Governo quer através de alterações à lei das rendas apoiadas penalizar os moradores dos Bairros Sociais | | | Análise Aprovação |
| 55 | Moção - Sobre o Orçamento de Estado para 2015 | | | Análise Aprovação |
| 56 | Processo disciplinar - Relatório final | | | Decisão |
| 57 | Ata em minuta da reunião | | | Aprovação |


MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/12/03

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas 9h30, no Salão Nobre da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

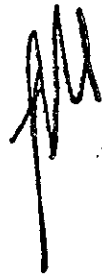
. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Margarida Dinis Cavaleiro; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Ernesto Simões Ferreira. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Ana Lúcia Alves Cardoso, João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Margarida Dinis Cavaleiro, Ana Paula Bayer Lourenço e Ernesto Simões Ferreira, respetivamente. -----

Entraram no decurso da reunião, os Srs. Vereadores Rui Ribeiro Rei, pelas 9h35, durante o período antes da ordem do dia, e Ana Paula Bayer Lourenço e Maria de Fátima Pires Antunes, pelas 10h42, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Adjuntos-----

Mário Nuno Duarte -----

Jorge Zacarias-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves -----

GABINETE DE APOIO À VEREACÃO -----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento -----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes -----

. Assessoria -----

Drª Susana Santos-----

João Pedro Baião -----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA -----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno -----

Drª Nélida Soares -----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. Luís Marques -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS -----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----



Fl. Livro

Fl. Ata 003

Reunião de 2014/12/03

Proc^o

Deliberação nº

_____, Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Eng^o Clemente Rocha -----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

_____, Diretora _____

Dr^a Maria de Fátima Faria Roque -----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus -----

Dr^a Maria João Carraca -----

. Chefe da Divisão de Educação e Coordenador do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude -----

Dr. Pedro Montes-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público -----

Arqt^a Catarina Conde -----

. Divisão de Desenvolvimento Social -----

. Técnicos Superiores -----

Dr. Ricardo Lucas -----

Dr^a Manuela Pires-----



EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipe -----

Urb^a Luís Matas de Sousa -----

OUTRAS PRESENCAS-----

. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata **004**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE O SURTO DE LEGIONELLA -----

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, designadamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, local onde decorre hoje a reunião, dizendo que antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da junta, para habitual saudação ou aquilo que lhe aprouver, gostaria de dizer que é a primeira vez que se está em reunião de câmara depois do problema grave que se teve, com uma grande incidência justamente no Forte da Casa. -----

Assim, transmite a solidariedade a todos aqueles que perderam familiares neste surto, e espera que todos aqueles que ainda estão hospitalizados rapidamente possam retomar a sua vida junto dos seus familiares, sendo que, efetivamente, e duma forma muito breve, o que diz é que se fizeram as iniciativas que se entendeu que eram as mais adequadas na altura. -----

A vida do quotidiano está a normalizar-se, houve, e ir-se-ão continuar a ter, iniciativas que reforcem essa serenidade e tranquilidade, e aquilo que quer transmitir ao Sr. Presidente da junta, na sua pessoa, à população, é justamente a necessidade de olhar em frente e perspetivar o futuro, como sempre se fez, ultrapassando este momento mau que a população teve. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da junta, cumprimentando todos os presentes, agradecendo as palavras do Sr. Presidente, dizendo que efetivamente a vida começa a voltar paulatinamente ao normal, apesar de naturalmente haver famílias para quem não voltará a ser a mesma, tendo em conta que perderam familiares e amigos. -----

Portanto, tanto quanto possível as coisas começam agora a voltar ao normal. -----



Aproveita ainda este momento para saudar todos, dando as boas vindas à freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, desejando um bom trabalho. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, dizendo que, de facto, esta é a primeira reunião da câmara municipal realizada nesta freguesia depois da situação muito grave que se abateu sobre muitas famílias no concelho, e como é óbvio os membros da CDU não podem deixar de manifestar ou reiterar novamente a solidariedade e acompanhamento em relação



Deliberação nº _____

2/2

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ATERRO SANITÁRIO DO MATO DA CRUZ - CALHANDRIZ -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que os membros da CDU gostariam de colocar alguns assuntos, e o primeiro deles tem a ver com o não desenvolvimento ou a falta de informação relativamente ao aterro do Mato da Cruz, sendo que continuam a não ter a devida e correspondente resposta. -----

O Sr. Presidente teve oportunidade de lhes fazer chegar uma informação via e-mail remetida pela administração da Valorsul, e tendo em conta a gravidade do sucedido parece-lhes pouca informação. A Valorsul apenas informa a câmara municipal de que há um relatório, ainda em falta, da responsabilidade do Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC, sendo que, independentemente das conclusões que esse relatório possa vir a produzir, impõem-se algumas questões desde já, e aliás impõe-se que se repitam algumas questões. -----



O problema está ou não debelado? Tem a câmara municipal noção dos impactos ambientais que a escorrência de lixiviados sobre o meio terrestre, e eventualmente aquífero, trouxe para a comunidade local? Do ponto de vista do envolvimento direto do município, o que é que tem vindo a ser feito no sentido de acompanhar e fiscalizar uma atividade ambiental já de si difícil de gestão, do ponto de vista dos recursos, uma vez que se trata de uma responsabilidade partilhada no âmbito do sistema multimunicipal Valorsul? -----

Portanto, gostariam que a câmara municipal lhes desse estas respostas, que fazem falta, até para tranquilizar a comunidade local. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador refere falta de informação relativamente ao aterro do Mato da Cruz, e ainda esta semana e ontem mesmo, na reunião do conselho de administração da Valorsul, foram colocadas estas situações, no sentido de responder de uma forma cabal quando é que o relatório do LNEC aparece, pois está para sair já há muito tempo. -----

Inclusivamente poderá fazer chegar às bancadas o ofício que a câmara municipal enviou a solicitar essas informações, e a resposta que foi dada, dizendo justamente que se está a aguardar. -----

Estão-lhe agora a dizer que isso já foi enviado, então está mais além daquilo que referiu. De facto tinha pedido ao Sr. Mário Nuno que o fizesse, e já está na posse



Fl. Livro _____

Fl. Ata 008

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CENTRO DE FORMAÇÃO DO FUTEBOL CLUBE DE ALVERCA-----


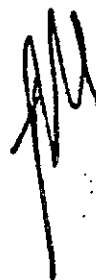
O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que já não é a primeira vez, e aliás os membros da CDU muito devem à comunicação social do concelho para terem acesso a alguma informação relevante, e não pela câmara municipal, que ficaram a saber que da parte da direção do Futebol Clube de Alverca há novamente a intenção de retomar o mais breve possível o desenvolvimento concursal e correspondente obra para o seu centro de formação desportiva. -----

Já colocaram esta pergunta três vezes: O que é que a câmara municipal sabe sobre isto, e qual o grau de compromisso da câmara municipal em relação à implementação deste projeto? Da parte dos mesmos, como é óbvio, e como o fizeram, mantêm a posição que têm, e acompanharão na medida do possível o bom decurso deste projeto desportivo, que faz falta à freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, e à zona sul do concelho. Contudo, parece-lhes haver necessidade de avaliar e deliberar sobre os montantes em concreto, para o apoio desta obra de natureza desportiva. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente irá responder. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando que esta questão já tinha sido colocada, por falta de tempo não foi possível responder na altura, mas genericamente aproveita para dar conta do ponto da situação deste processo, que se tem vindo a acompanhar juntamente com a administração central e o clube. -----

Na decorrência de informações por parte da Direção-Geral do Território e da CCDR – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, que acompanham, como eventualmente os Srs. Vereadores se lembrarão, o processo de candidatura para o centro de formação de estágios do Futebol Clube de Alverca, o clube decidiu fazer uma reformulação do projeto, nomeadamente fazê-lo por fases, até porque foi feito numa determinada altura e contexto, em que o país também tinha outro tipo de músculo financeiro para realizar este tipo de investimento. O Futebol Clube de Alverca ficou prejudicado com o avolumar da crise, uma vez que tinha um conjunto de intervenções preparado, com empresas que entretanto foram das muitas do país que faliram, na decorrência da crise que se instaurou a partir de 2008. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata 009

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

Assim, em articulação com a administração central e a câmara municipal, a perspetiva foi reformular as perspetivas do projeto, nomeadamente faseado, e concentrar no que é efetivamente necessário sob o ponto de vista desportivo, sendo que boa parte do que era a construção tinha muitos aspetos “de hotelaria”, pois acabava por ser um centro de estágios com capacidade para dormida, e outros. -----

O Futebol Clube de Alverca, e bem, na opinião da câmara municipal, e crê que bem também na parte da administração central, procurou concentrar esta intervenção, nomeadamente da primeira fase, na parte dos campos, criando condições para a prática desportiva em campo de futebol de 11, com a parte referente aos balneários, que tem de ter, porque senão não há condições para as crianças, para os jovens e para os atletas praticarem o futebol. -----

Foi com essa perspetiva, que agora está em cima da mesa, que o Futebol Clube de Alverca avançou com o processo concursal, que se tem vindo a acompanhar no âmbito do trabalho que se faz na área do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, e tem-se também já agendada mais uma reunião com a Direção-Geral do Território para perceber uma questão fundamental, que é se o Estado continua a acompanhar este projeto de candidatura, com estas reformulações em “downsizing”, que parecem completamente fundamentais. -----

Da parte da câmara municipal o que se tem transmitido, para além do acompanhamento técnico que tem dado ao processo, é que a posição sobre este assunto está devidamente deliberada, quer na câmara municipal, quer na assembleia municipal, e consta do PAMA - Programa de Apoio ao Movimento Associativo, andando a percentagem de comparticipação à mesma nos montantes dos 25% sobre o projeto que for também aprovado pelo Estado. -----

Esta é a grande questão que se coloca, se o Estado mantém ou não a candidatura em funcionamento. É preciso perceber se mantém ou não o seu apoio, e depois, à medida que for havendo informação, o próprio transmitirá. -----

O regulamento não tinha teto, de qualquer das maneiras a deliberação está válida, mantém-se, e vai-se é ver qual o ponto da situação daqui para a frente, sendo que à medida que houver informações, também dará conta delas. À partida, sobretudo em faseamento, o projeto tem menos custos, o que significa que os 25% se



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Assim, este é o “estado da arte” sobre esta matéria. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

FALTA DE RESPOSTA A QUESTÕES COLOCADAS PELA CDU-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que os membros da CDU, relativamente a algumas questões, têm que acertar alguns pontos de vista, porque além de registarem que continuam a existir bastantes atrasos nas respostas a perguntas escritas entregues pelo grupo da CDU, há um conjunto de situações que têm vindo a colocar à câmara municipal que continua sem qualquer tipo de resposta, além de não se traduzirem em resolução dos problemas imediatos que afetam as populações. -----

Dá conta de dois problemas que têm vindo a ser colocados sistematicamente na câmara municipal, que continuam sem a devida resposta da parte da mesma, que têm a ver, em primeiro lugar, com a intervenção dos SMAS nas ruas 1º de Maio, Liberdade e 25 de Abril, no Bom Sucesso, tendo os moradores informado os membros da CDU, e não foi um, nem dois, nem três, foram vários, que não verificaram nenhuma intervenção camarária envolvendo o universo da atuação dos serviços municipalizados para as questões da ação de desbaratização, além da verificação e progressiva substituição das caixas de saneamento às entradas dos edifícios de habitação coletivos. -----

Portanto, alguma coisa terá acontecido, porque desde o tempo em que colocaram o assunto pela primeira vez, até ao tempo em que hoje se encontram, já passaram muitas semanas. -----

Por fim, uma situação que até pensavam que já estivesse resolvida, que tem a ver também com a intervenção dos serviços municipalizados, ou seja, estão novamente a colocar o problema da falta de drenagem na várzea do Brejo, mais especificamente na zona das vivendas, um problema que é já do conhecimento da autarquia de freguesia, que remete responsabilidades para a câmara municipal, e neste "empurra" de competências ou responsabilidades o que sabem é que, desde a primeira denúncia que fizeram, o problema não se resolveu efetivamente. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS, Sr. Vereador António Oliveira, vai responder. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo, em relação à situação na estrada de Arcena, ruas 1º de Maio e 25 de Abril, que no seguimento das duas



Deliberação nº

Relativamente à questão do Brejo, provavelmente ainda esta semana será lá colocada uma válvula de retenção pelos serviços, para posterior análise sobre se efetivamente a situação ficará resolvida.

[Handwritten signature]

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

BAIRRO DA BOLONHA - DESLIZAMENTO DE TERRAS ENTRE A RUA PEDRO ÁLVARES
CABRAL E O AQUEDUTO – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que no mandato anterior, e já no início deste, os membros da CDU têm vindo a abordar os problemas de drenagem do Vale da Bolonha, na cidade da Póvoa de Santa Iria, e constataram, na sequência até das últimas chuvadas, que infelizmente a realidade veio a dar-lhes razão, que entre a rua Pedro Álvares Cabral e o aqueduto, mesmo na proximidade com a rua do Bonfim, assistiram a um deslizamento muito significativo de terras, o que já está inclusivamente a pôr em causa a existência da própria passagem pedonal, além da segurança de todos aqueles que utilizam esta estrutura, que inclusivamente até dá acesso à escola básica nº 1 ali existente.-----

Portanto, depois de largas dezenas de milhares de euros investidas, e de tantas promessas para a resolução de um problema que há tanto tempo assola esta população e estrutura de espaço público, a pergunta que se impõe é: O que é que a câmara municipal pensa fazer? -----

Infelizmente, como disse, a realidade veio a dar-lhes razão, há incapacidade, no âmbito da obra realizada, de fazer a correta e eficaz drenagem das águas pluviais, o que agora já teve consequências, até do ponto de vista do investimento público feito no próprio local.-----

Assim, é uma situação absolutamente lamentável.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma situação que no passado era complicadíssima, muito complicada mesmo, com dificuldades imensas, como os Srs. Vereadores se lembram, e melhorou.-----

Fala-se de deslizamentos, de que se tem conhecimento e que se têm de resolver, mas não pode deixar de dizer que a obra que se fez, em termos de drenagem, melhorou consideravelmente o problema que se tinha anteriormente. -----

De qualquer modo, regista o que foi dito, e vai-se analisar.-----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que não sabe qual é a escola, mas julga que no documento entregue isso está referido, e vai-se avaliar. -----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que também sabe bem reconhecer o trabalho que se faz. Foi dito na última reunião, ou na anterior, que havia problemas na calçada da Costa Branca relativamente à recolha, e a situação está resolvida.----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Fl. Livro _____

Fl. Ata **016**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DEGRADAÇÃO JUNTO ÀS PISCINAS DO FORTE DA CASA -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo que junto às piscinas do Forte da Casa os passadiços estão degradados. Os membros da CDU admitem que é efeito das intempéries e correntes de água das chuvas, mas pensam que seria de toda a conveniência esta situação ser vista pela câmara municipal. -----

As paredes do edifício das piscinas estão vandalizadas, e chamam também à atenção. -----

Depois, há uma zona de estacionamento de veículos em que, como é de terra batida, derivado às intempéries e à situação de inverno, as condições de acesso para os utilizadores, quando chove, têm dificuldades. -----

No mesmo sítio também existe um veículo pesado, um camião que julgam estar abandonado, com sinais de degradação. Portanto, numa altura de dificuldades de estacionamento seria importante também, e é o apelo que fazem à câmara municipal, ver esta questão. -----

Tem consigo fotografias, que o Sr. Vice-Presidente poderá ver, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se vai analisar a situação dos passadiços que estão degradados. -----

Quanto às questões dos grafites, para si há duas matérias que têm de ser distintas. Uma é a vandalização de grafites sem nexos, que no fundo estão a sujar paredes, outra é a arte urbana, que aprecia. Assim, valeria a pena, sem tabus, analisar, e provavelmente até criar condições para que se estimulem pinturas excelentes e fantásticas, do seu ponto de vista. -----

Agora, de facto, aquilo que o Sr. Vereador refere é uma lástima, e não sabe como é que se resolverá, a não ser que se consigam captar as pessoas que fazem estes grafites, e dizer-lhes que têm de evoluir para outra atividade, em termos de arte urbana, porque aquilo não é nada apreciado, pelo contrário, é estar a degradar o espaço urbano. -----

No que respeita ao veículo abandonado, também o Sr. Vice-Presidente tomou boa nota. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SAUDAÇÃO – CANTE ALENTEJANO-----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo-se a uma saudação dos membros da CDU, porque no passado dia 27 de novembro, para orgulho dos alentejanos em particular, e de todos os portugueses, o Cante Alentejano foi considerado património cultural imaterial da humanidade. A CDU associa-se a este orgulho, e pensa que a câmara municipal e todos estão satisfeitos. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, dizendo que gostava de começar com uma saudação dos membros da Coligação Novo Rumo ao Cante Alentejano, património cultural imaterial da humanidade, fazendo a leitura do documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-

Interveio o Sr. Presidente, mencionando, quanto a este reconhecimento mundial de património cultural imaterial da humanidade, que naturalmente todos se associam, tanto a uma saudação, como a outra, e vai-se enviar ao grupo representativo do Cante Alentejano no concelho, com sede no Bom Sucesso, a saudação que o Sr. Vereador Rui Rei trouxe. Crê que todas as bancadas se podem associar, enviando-se uma saudação. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, informando que os membros da CDU tinham a saudação escrita, mas por lapso não a trouxe. -----

Respondeu o Sr. Presidente que se enviam as duas saudações, ou então, se os Srs. Vereadores estiverem de acordo, faz-se uma composição das duas, e a câmara municipal, no seu todo, envia uma saudação. -----

Os membros do PS estiveram sossegados sobre esta matéria, e naturalmente que também se associam a um acontecimento importantíssimo. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, para dizer que está completamente de acordo com o Sr. Presidente, e não quer contribuir para que alguém fique sem jeito. Os membros da Coligação Novo Rumo não querem que a saudação dos mesmos sirva de base a nenhuma saudação. A câmara municipal pode fazer a saudação, ficam todos bem, e já ninguém se esqueceu de coisa nenhuma. Saúdam tudo, o Cante Alentejano, porque realmente não fica bem ser um tipo do PSD a apresentar a saudação ao Cante Alentejano, quando o secretário-geral do Partido Comunista, no dia, veio fazer aquela saudação. Assim, compreende. -----



Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SAUDAÇÃO AO ATENEU ARTÍSTICO VILAFRANQUENSE – TAÇA DE PORTUGAL DE
DANÇAS DE SALÃO -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo-se a uma saudação dos membros da CDU, que tem a ver com o Ateneu Artístico Vilafranquense, que na disciplina de danças de salão participou na final da Taça de Portugal, em 22 de novembro passado, em Vila Nova de Famalicão. Assim, sem nomear os nomes dos pares, obteve um primeiro lugar em juvenis, em danças latinas, em juniores obteve um terceiro lugar, e em seniores obteve um terceiro lugar e um segundo lugar. -----

Portanto, saúdam o Ateneu Artístico Vilafranquense. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que esta é uma saudação de reconhecimento pelo trabalho que o ateneu faz, numa área que tem uma dimensão apreciável no contexto da atividade desportiva. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se esqueceu, mas ia fazer também essa saudação. -----


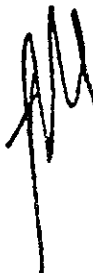
Prossegiu o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador se junta a ela também. -----

São resultados magníficos, no contexto nacional, e portanto tem todo o sentido a saudação que o Sr. Vereador Aurélio Marques trouxe, a que julga que todos se podem associar. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que a CDU não reivindica a paternidade. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que tem de haver sempre um pai e uma mãe. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a saudação. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
MÁS CONDIÇÕES NA ZONA DE LEITURA DO PISO 1 DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE
VILA FRANCA DE XIRA-----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo-se à biblioteca municipal de Vila Franca de Xira, dizendo que tem chegado ao conhecimento dos membros da CDU, e por alguma experiência que têm, pois muitos frequentam a biblioteca, de que no piso 1, na sala de leitura, onde estão os jornais e alguns livros, e também a cafetaria, os utentes queixam-se das más condições de concentração, por aquilo ser um espaço aberto e ter a influência de estar ali a cafetaria perto. -----

Não estão contra a cafetaria, nem a dizerem que se acabe com a cafetaria, é só sensibilizar a câmara municipal, no sentido de atenuar os efeitos nocivos, para quem quer estar concentrado para a sua leitura.-----

Sabem que possivelmente, para se alterar o projeto, terá que ser do conhecimento e autorização do arquiteto respetivo, mas se calhar é capaz de haver algumas situações que possam atenuar isto. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Aurélio Marques trouxe uma questão que parece pertinente, que o Sr. Vice-Presidente vai analisar, que é o facto da zona de leitura ser mais recatada, tendo que se falar com o projetista.-----

Contudo, depois não venha o Sr. Vereador perguntar sobre a verba, e que é sempre ao mesmo.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando, como disse na última ou penúltima reunião, que há ainda um momento de consolidação, em que a curiosidade e pressão de público sobre o edifício hão de estabilizar. Ainda se está com 2 meses de abertura, e para se ter uma ideia mais que duplicou o número de visitantes. Há um número de adesões, nomeadamente para novos leitores, muito exponencial, relativamente ao que era habitual, o que é normal, e o funcionamento de todo o edifício há de normalizar. -----

Está-se também a pensar, relativamente a esse processo, na necessidade ou não de isolamento de determinadas zonas mais específicas, para estudo, mas ainda é cedo para tirar conclusões, uma vez que em muitos dos momentos a pressão de pessoas, e ainda bem, por causa da quantidade de coisas que lá se passa, é muito maior do que era habitual na biblioteca anterior.-----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº _____

Está-se a falar duma outra coisa completamente distinta, e de um equipamento com outra capacidade, muito diferente, mas deixa a nota que a situação tem muito a ver com o facto de haver muitíssimo mais gente do que no outro espaço.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
EVENTOS REALIZADOS E A REALIZAR-----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo-se a alguns eventos, dizendo que no sábado, dia 29 de novembro, houve um evento, que era o Diário da Viagem, de Eduardo Salavisa, e no boletim de notícias municipal dizia que esse evento era às 18h30. Tem-no consigo, pelo que se pode confirmar. -----

O próprio, às 18h30, como tem ido a muitas coisas, fui lá, viu que não havia movimento, e foi confrontado com o placard que dizia que era às 16h00. Segundo teve conhecimento estes eventos são sempre às 16h00, mas no boletim não estava, e não é pelo próprio vir ao engano.-----

Quanto à questão dos 100 anos de Joaquim Namorado, no boletim diz que é a 16 de dezembro, e não tem hora. O próprio foi ver à sua agenda, e mesmo agora a consultou, onde consta, não sabe porquê, ou leu em qualquer lado, possivelmente, que esta situação no Museu do Neo-Realismo era dia 6 de dezembro, às 16h00. -----

Agora tem o convite do Sr. Presidente, a dizer que é a 13 de dezembro, às 18h30. --
Portanto, são só essas discrepâncias que existem, admite que o boletim de notícias do município seja feito antecipadamente, mas quis deixar esta nota, não de desagrado, mas porque provavelmente houve outras pessoas que também foram ao engano como o próprio. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vice-Presidente para se tomar em atenção estas discrepâncias que aconteceram, relativamente a estes eventos, em que há material informativo com discrepância de horários. -----

Tem que se saber, porque confunde as pessoas, pois há muitas que querem ir assistir aos eventos. -----

Se o Sr. Vice-Presidente tiver alguma informação, era bom que a transmitisse. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DEGRADAÇÃO DO PARQUE URBANO DO FORTE DA CASA-----

A Srª Vereadora Margarida Cavaleiro interveio, cumprimentando todos os presentes, dizendo ter algumas questões para colocar, sendo as primeiras relativas ao local onde se está, ao Forte da Casa, e a primeira em relação ao parque urbano. Verificam os membros da CDU, e lamentam muito, o estado em que o espaço se encontra, está degradado, e foi um espaço onde se investiram milhares de euros. -- O quiosque está sem utilização, bastante degradado, o que consideram lamentável, bem como que deve haver para ali programação e vida, que é para isso que serve o espaço público e o investimento que nele é feito.-----
Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vice-Presidente que possa dar alguma informação relativamente a esta matéria. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata **024**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ECOPONTOS NA RUA JOSÉ GOMES FERREIRA - FORTE DA CASA -----

A Srª Vereadora Margarida Cavaleiro interveio, referindo-se à rua José Gomes Ferreira, no Forte da Casa, em que os membros da CDU verificam que existe nas imediações um ecoponto com bastantes resíduos espalhados pelo chão.-----

Os problemas do lixo continuam, infelizmente, e ali na rua tem-se um muito mau exemplo.-----

Também nestas imediações existe uma passagem sobre uma linha de água que liga a rua José Gomes Ferreira à rua da Soda Póvoa, que tem uma vedação muito frágil, e aparentemente pode provocar problemas de segurança, sendo que aquele troço ali existente carece de requalificação.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que pese embora o momento mais complicado que se atravessou, e que se está a resolver, não deixa de reconhecer algumas dificuldades que se têm, que naturalmente se vão ter de ultrapassar.-----

Quanto à passagem de vedação frágil, gostaria que a Srª Vereadora lhe falasse com mais pormenor, e o que é em concreto.-----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ILUMINAÇÃO DE NATAL -----

A Sr^a Vereadora Margarida Cavaleiro interveio, referindo-se à iluminação de Natal, da responsabilidade da câmara municipal, nas três cidades contempladas, Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira e Póvoa de Santa Iria, dizendo que a CDU já se indignou contra o facto de não haver outras localidades, como Vialonga, Castanheira do Ribatejo e eventualmente Alhandra, que também precisam, e até o próprio Forte da Casa, que também tem comércio local para reavivar. -----

Contudo, não é essa a questão, aquilo que gostaria de colocar tem a ver com o tipo de instalação que está feito, que parece aos membros da CDU, à vista desarmada, mas também com algum senso comum, que várias instalações estão colocadas de uma forma um pouco periclitante, se assim se puder dizer, e perigosa até. Há postes bastante altos simplesmente apoiados na calçada, depois atados com cordas, gradeamentos de varandas e de janelas, às vezes do primeiro piso, e até sinais de trânsito.

Portanto, parece que é uma situação com que a câmara municipal se deverá preocupar, e oxalá não aconteça nada, mas de facto parece-lhes que existe algum perigo associado a estas instalações.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se ficou com a nota, e vai-se verificar se há alguma questão que pode trazer algum cuidado. -----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, referido que se vai avaliar se se consegue que esse parque de estacionamento, que hoje é utilizado de uma forma anárquica, possa passar a definitivo. -----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se vai ver o que é que se pode fazer, sendo que a situação dos muros e dos taludes é recorrente. Todos os anos há estes problemas, que se vão tentando resolver. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CENTRO INTERPRETATIVO DAS LINHAS DE TORRES - FORTE DA CASA -----

O Sr. Vereador Ernesto Ferreira interveio, referindo-se ao centro interpretativo das Linhas de Torres, no Forte da Casa, dizendo que, como pode ser verificado, encontra-se em degradação. Este centro foi inaugurado há cerca de 4 anos, um local de interpretação da memória histórica do concelho relativamente a um acontecimento histórico nacional, que se encontra mal tratado e com sinais de falta de manutenção.-----

Sabe-se que existe, como foi colocado há pouco em relação às piscinas e outros edifícios ou espaços públicos, algum vandalismo, mas também, provavelmente, é necessário que se faça com mais regularidade alguma manutenção ou limpeza do espaço.-----

Quanto ao painel de suporte do mapa, está lá o suporte metálico, mas o mapa não consta, assim como algumas passadeiras onde a marcação da sinalização no piso está apagada ou mesmo não existe.-----

Portanto, deixa estas questões, relativamente à visita efetuada pelos membros da CDU.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, quanto à falta de manutenção, e também a algum vandalismo, que o Sr. Vice-Presidente certamente tomou boa nota. -----

No que respeita ao painel de suporte, pensa que consta no documento apresentado pelos Srs. Vereadores, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, e ir-se-á ver.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESTACIONAMENTO RODOVIÁRIO DA ESTAÇÃO - PÓVOA DE SANTA IRIA -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo-se ao estacionamento rodoviário da estação, na Póvoa de Santa Iria, que serve, quer a Póvoa de Santa Iria, quer o Forte da Casa, quer Vialonga, dizendo que se continua na mesma discussão, reunião para reunião, sem nenhuma solução.-----

Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo solicitam à câmara municipal que faça uma intervenção em toda a área, porque toda a área, desde o atravessamento do viaduto sobre a linha de caminho de ferro até à zona da estação, está absolutamente degradada, abandonada, num estado deplorável e miserável.-----

Quem lá passa, quer de automóvel, a pé ou a correr, percebe o estado absolutamente degradado e ao abandono que ali está, e é inaceitável que naquela via, que foi alvo de intervenção por parte do empreiteiro que tem autorização de construção na zona, o mesmo não seja chamado à responsabilidade para executar ações de reparação. -----

As águas, a propósito das chuvas, já invadem mais de metade da via nalguns troços, portanto, gostariam que a câmara municipal fizesse uma intervenção. -----

Sobre a questão do estacionamento, ouviu variadíssimas vezes em reunião dizer que aquele terreno é privado, e eventualmente chegou a hora de se poderem avaliar as verdadeiras intenções do promotor privado para aquele espaço.-----

A câmara municipal não pode dar direitos de construção que são direitos "eternos", pelo que os membros da Coligação Novo Rumo perguntam se a câmara municipal quer reavaliar os direitos de construção que foram emitidos àquele promotor, e hoje eventualmente passados a um fundo imobiliário, para que se avalie verdadeiramente o espaço e território que se querem para ali. -----

Se for verdadeiramente avaliado, o promotor ou avança, ou lhe são retirados e caçados esses direitos de construção que ali tem, que não podem nem devem ser "eternos", e não podem nem devem condicionar o futuro de uma cidade e de uma população. -----

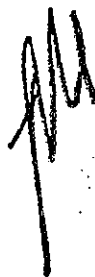
Não se podem continuar eternamente a discutir estes pontos, deve-se atuar, e devem-se encontrar soluções, porque a população necessita de espaços, neste caso para estacionar e ir trabalhar, e a população que ali habita precisa de espaços



Deliberação nº _____.

Por isso, ou a informação por escrito que está a aguardar já há muito tempo, chega, ou então tem que se tomar uma atitude definitiva, e está muito de acordo com o Sr. Vereador, sendo que, de qualquer modo, tem-se vindo a fazer alguma requalificação naquela zona, a dos táxis. Era uma zona que estava extremamente degradada, melhorou consideravelmente, com maior conforto, não só para os profissionais, como, sobretudo, para as pessoas que querem apanhar os táxis. ----- Quanto à estrada dos pescadores, também está já em intervenção.-----

A



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA CERCIPÓVOA - PÓVOA DE SANTA IRIA -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo voltam a chamar à atenção para o parque de estacionamento da Cercipóvoa, uma outra situação de que recorrentemente se vem a falar, da proteção do património, e que é outra falsa questão, que não impede a câmara municipal de intervir naquele espaço, de o iluminar, de criar condições de acesso à Quinta da Piedade, criar condições de estacionamento aos moradores do bairro da Chepsi ali em frente, e condições, inclusivamente, de melhor estacionamento ao complexo desportivo do União Atlético Povoense. -----

Portanto, é outra questão que é só uma decisão política, de avançar com a regularização de um terreno, e a seguir a sua manutenção, para se poder usufruir verdadeiramente daquele espaço como espaço verde e de estacionamento, fora desse tempo. -----



Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se vai reanalisar, vendo o que é possível, não ferindo as regras instituídas pela entidade que superintende o património, sendo que às vezes nem sempre é possível compreender ou aceitar as exigências que fazem. -----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Dr. Fernando Barreiros um documento escrito, para saber em que ponto se está, e o que é que se tem de fazer, porque esta questão já tem “barbas”.-----

Fl. Livro _____

Fl. Ata **034**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REABILITAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL 10-----


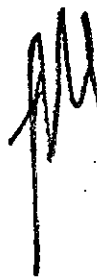
O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo-se à reabilitação da EN10, entre a Póvoa de Santa Iria e o término com Santa Iria de Azóia e Alverca do Ribatejo, dizendo que não se podem mandar as culpas para o Governo, seja este ou outro qualquer, o que não interessa, nem para nenhuma entidade externa à câmara municipal, porque a estrada, neste troço, é da responsabilidade de manutenção, conservação, modificação, alteração, ou tudo o que se queira chamar, da câmara municipal.-----

A câmara municipal tem a obrigação de gerir este espaço, mas desde a sua receção até ao dia de hoje, salvo algumas questões pontuais, e salvo a intervenção no troço na Póvoa de Santa Iria, até à rotunda dos Caniços, por força da intervenção da Simtejo, não fez nenhuma intervenção.-----

Desde 1998 até hoje não fez nenhuma intervenção neste espaço, e os membros da Coligação Novo Rumo chamam à atenção, porque já veio inclusivamente na comunicação social, e há registos nas forças de segurança, bem como nos bombeiros, da insegurança que se vive neste troço, da ausência de passeios, da ausência de passadeiras, da ausência de segurança aos cidadãos, e dos atropelamentos que existem em todo este troço.-----

Portanto, é inaceitável que se continue desta forma, à espera que alguém venha construir alguma coisa para prolongar os passeios.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que quanto à manutenção deste troço da EN10, de jurisdição do município, se vai tentar ver o que é que se conseguirá fazer, e tem que se melhorar daquilo que o Sr. Vereador falou.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REQUERIMENTO DOS MEMBROS DA COLIGAÇÃO NOVO RUMO SOBRE OS TERRENOS
EM FRENTE À ADUBOS DE PORTUGAL -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo-se a um requerimento que os membros da Coligação Novo Rumo fizeram a última vez, em março de 2014, sobre os terrenos que ficam em frente à Adubos de Portugal, a empresa que se fala, e que se diz ser a principal responsável do ato criminoso que se assolou sobre o sul do concelho. -----



Fizeram um pedido sobre a identificação dos terrenos do domínio público em toda esta área, e receberam uma planta que define todas as áreas de intervenção, ou que são de domínio público, sendo que todo aquele terreno em frente à Adubos de Portugal, do que lhes é dado a entender, é de propriedade privada. Pensa que deve haver algum engano, porque inclusivamente há ali terrenos que são dos SMAS, e não estão marcados. -----

Portanto, gostariam que houvesse algum rigor nesta informação, porque, se são dos SMAS, são da câmara municipal, até porque ainda há uma semana houve uma declaração de fé, e bem, e está totalmente de acordo, contra a privatização dos SMAS. -----

Quer dizer que aqueles terrenos são do município, e não há o perigo de ninguém tomar conta deles, no que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo. Assim, querem que se verifique isto, e que se verifiquem todas as declarações que foram sendo feitas ao longo do tempo, inclusivamente aquando da construção dos últimos edifícios já encostados à Verdelha, ainda do lado do Forte da Casa, em que a informação que receberam, com a exceção do terreno que está logo contíguo a essa urbanização, que não é do município, é que todos os restantes espaços eram de propriedade municipal. -----

Após o pedido de autorização de uma bomba de gasolina, erradamente autorizada e planeada, que não deixa sequer espaço para a construção dum passeio naquela zona, agora, qual não é o espanto, está lá uma placa ao lado a dizer que se vende mais uma parte daquele terreno. -----

Há qualquer coisa, pois ao longo dos tempos que não se defende o interesse municipal, sendo que aquele terreno que ali está, e o que foi dito desde a última

vez, e já há uns anos, no tempo do vereador Ramiro Martos, era que todo o restante terreno era propriedade do município, não era de mais ninguém. Todo aquele espaço seria para um grande espaço urbano, em que até já foram aprovadas em reunião propostas colocadas pelos membros da Coligação Novo Rumo, entenda-se um parque urbano para a freguesia do Forte da Casa. -----
Desta forma, gostariam que a informação lhes fosse dada com algum rigor. -----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que de facto os terrenos dos SMAS são do município, portanto há aí um lapso, pois quanto aos terrenos que foram identificados como sendo todos privados, não é verdade, pelo menos os dos SMAS são do município, não só a zona da estação elevatória que lá está, dos SMAS, como outros terrenos que por ali estão. -----
Se na zona junto à estrada há algum terreno que é do município vai-se avaliar, mas não consegue agora responder. -----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº



Deliberação nº



Interveio o Sr. Presidente, mencionando que esta foi uma matéria falada, se bem se recorda, ainda com o anterior presidente de junta, mas que não evoluiu, e vai ter que saber em que ponto se encontra. Sabe que a matéria foi falada com o anterior presidente, mas confessa que não sabe como é que está. -----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Aquilo que a atual direção do IAC lhe informou é que pretende avançar com o processo, de qualquer modo vai tentar saber melhor em que ponto é que o mesmo se encontra. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PARQUE ENTRE ESCOLAS – FORTE DA CASA-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo-se ao parque entre escolas, no Forte da Casa, que está degradado, o quiosque degradado, e a degradação vem da falta de uso, de estratégia, dinâmica e ocupação. Quando os cidadãos não ocupam um espaço, os vazios não existem, outros cidadãos o ocupam, transformam, e apropriam-se dele enquanto seu. Neste caso não lhe dão o uso para o qual foi planeado.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que, como todos analisaram na altura, esta foi uma perspetiva de rentabilizar um espaço que era pouco usado, para usufruto da população, principalmente da estudantil. Porém, desde o seu início que a situação de vandalismo primário foi acontecendo, e aquilo que diz, honestamente, é que já ponderou em tirar de lá o quiosque e não investir mais nem um cêntimo.-----


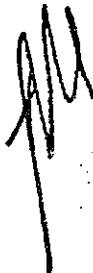
O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, para dizer que o que ficou por fazer era o acesso à escola. O projeto tinha o acesso à escola, ou a possibilidade de ter os acessos às escolas, pelo que se o acesso, eventualmente, for feito por ali, quer dizer que já se terá movimento e inclusivamente o quiosque e tudo aquilo ganha outro espaço e centralidade.-----

Caso contrário, o que se tem efetivamente é um espaço que, apesar de a ideia ser interessante e o espaço ser para a população, o que é interessante, como está mais escondido, e não se lhe consegue dar um determinado uso, fica escondido, e é usado para outros fins.-----

Pensa que se se conseguisse fazer o acesso à escola, nomeadamente a que é construída mais tarde, um dos problemas de movimento e da permanência de pessoas resolve-se.-----

Respondeu o Sr. Presidente que é uma possibilidade, que estava prevista no projeto inicial, o que é verdade, e não se fez porque o acesso à EB 2,3 é extremamente íngreme, tem uma inclinação acentuada. Pensa que talvez tenha sido por isso, pela dificuldade, mas há sempre possibilidades de verificar outras soluções.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando que sob o ponto de vista das

Fl. Livro _____

Fl. Ata 041

Reunião de 2014/12/03

Proc.º _____

Deliberação nº _____

zonas verdes, tem-se feito um esforço muito grande, de acompanhamento nesse processo, e elas estão em bom estado, e são utilizadas, e muito, nomeadamente pela juventude que reside ali nas duas escolas.-----



O Sr. Presidente já fez o comentário que havia a fazer sobre a questão específica do quiosque, que não estaria assim se tivesse havido condições para alguém o “agarrar” em termos de o ter a funcionar, e por várias vezes a câmara municipal, não só recuperou aquele edifício, como colocou a concessão ao público. Por razões diversas, nomeadamente da crise, não foi ainda possível encontrar alguém que “pegasse” naquele espaço, mas efetivamente o facto de ele, quiosque, e não o parque, não estar a ser utilizado, causa este tipo de problema. -----

Uma outra questão que não foi abordada, mas que tem efeito neste processo, é uma alteração bastante grande que existiu na organização escolar, desde a altura em que se programou aquele parque até hoje, que foi o facto do agrupamento, neste momento ser junto, e as duas escolas, a secundária e a EB 2,3, terem entradas muito diferentes, até sob o ponto de vista do percurso dos miúdos, o que provavelmente não faz sentido. -----

Ainda ontem estive em reunião, exatamente no Forte da Casa, a falar sobre estes assuntos de educação, porque pode fazer sentido reformular o acesso àquele complexo educativo, e todas as crianças e jovens poderem entrar pela zona da escola secundária, que é no centro do Forte da Casa, ao invés de estarem a ter uma entrada muito fora do centro urbano, que é o caso dos miúdos mais pequenos, nomeadamente da EB 2,3. -----

Portanto, há também uma organização interna, do agrupamento, que pode trazer uma mais-valia sob o ponto de vista do acesso das crianças à escola, e também na relação que têm com o espaço exterior. -----

Terminou, referindo que não quis deixar de levantar a questão, porque é muito relevante, e às vezes as pessoas não se apercebem quando estão a falar de espaços verdes, sendo que a presença e a articulação com a escola é ali bastante grande.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

LARGO DO FORTE DA CASA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que o Largo do Forte da Casa é o largo que dá o nome à vila do Forte da Casa, e os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber qual é o projeto que a câmara municipal e a junta de freguesia têm para o largo que dá o nome à vila do Forte da Casa.-----

Em tempos existiram projetos, de se recolocarem os clubes num espaço que seria a 3ª e 4ª fases do Forte da Casa, em que estariam juntos, teriam espaços desportivos, e todos estes largos seriam eventualmente devolvidos à população para outro uso, e que o mesmo se aplicava no Largo do Forte da Casa.-----

A verdade é que não se fez nada disso, com a exceção do centro interpretativo, que foi uma iniciativa interessante, e que rapidamente ficou sem gás e sem “empowerment”, e hoje está igualmente degradado, igual ao Largo do Forte da Casa.-----

Portanto, gostariam de saber efetivamente qual é o objetivo da câmara municipal para o largo, que é importante, porque é ele que dá o nome ao Forte da Casa, e é ele que tem uma importância histórica em todo este objetivo.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que há um projeto, que é faseado, e já falou isso com o atual presidente e o seu antecessor, sobre as possibilidades de faseamento. Tem que ser faseado, porque o custo é enorme.-----

Quanto à realocação das instalações dos clubes, pode dizer que houve uma altura em que foi proposto aos dois clubes que tomassem conta do pavilhão, e que no próprio pavilhão tivessem as suas sedes. A câmara municipal fazia as manutenções que houvesse, e os clubes ficavam com o usufruto de utilização no seu total. Receitas e tudo o mais ficavam para o clube. Era uma fonte de rendimento, e era uma possibilidade de gerirem.-----

Essa possibilidade está em cima da mesa, e não há a pretensão de que gerido pela câmara municipal é melhor. Portanto, se os clubes quiserem recuperar uma proposta que lhes foi feita há muito tempo, está em cima da mesa, considerando o próprio que os clubes deviam estar noutro sítio que não ali. Contudo, retirá-los dali não é nada simples, e no dia em que se for lá dizer que têm de sair há uma revolução, e é compreensível.-----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Há hábitos que foram criados, as pessoas estão habituadas a ir ali, a atividade é desenvolvida ali, e não lhe parece simples. Agora, pode-se é evoluir, pelo que esta proposta que foi feita há uns anos atrás mantém-se. Não evoluiu, mas mantém-se.



Fl. Livro _____

Fl. Ata **044**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PISCINAS DO FORTE DA CASA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que é conhecido que os membros da Coligação Novo Rumo foram contra a construção das piscinas do Forte da Casa, no local onde estão. As piscinas não deveriam ter sido construídas neste local, deveriam ter sido ao pé das escolas, porque se tivessem sido construídas ao pé das escolas, e há documentos escritos com isso, e falado à época, escusavam de abrir às 15h00 ou 16h00, abririam durante o dia, abririam às 8h00 e às 9h00, e os alunos da escola estariam a fazer natação como parte curricular da sua atividade física. -----

Mesmo assim, gostariam que a câmara municipal fosse de alguma forma pioneira neste aspeto, que entrasse em contacto com o agrupamento, e que de alguma forma as piscinas, durante os horários da manhã, e numa parte da tarde, pudessem ser usufruídas, preferencialmente pelos alunos das escolas do Forte da Casa, permitindo o usufruto de uma piscina que é talvez das mais caras do concelho, até porque foi feita só a custo do orçamento municipal, e deveria, efetivamente, ter uso, porque não é pelo facto de não ter que se preserva ou se tem eventualmente uma poupança superior, uma vez que os equipamentos estão ligados. -----

Continuou, referindo que todo o vale deveria ser recuperado, e nalguns casos até as hortas urbanas serem regularizadas, dando oportunidade a mais pessoas de poderem ter o cultivo desses espaços. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que um dia se há de falar sobre a matéria, depois do próprio sair da câmara municipal, sobre a construção das piscinas do Forte da Casa. -----

Estar mais ali ou noutro sítio, não sabe se haveria mais público ou não, é provável que tivessem, de qualquer modo, quanto à proposta que o Sr. Vereador faz, o Sr. Vice-Presidente, com a área da educação, certamente que a vai colocar ao agrupamento, no sentido de atrair alunos no âmbito da educação física. -----

De qualquer modo, hoje em dia sair das escolas é difícil, na medida em que tem de haver um acompanhamento, há responsabilidades, e tudo hoje é uma grande complicação. -----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº



Quanto à requalificação do vale, é uma matéria de que já se falou em tempos, e vai-se ver, mas está-se a falar de muito dinheiro, e tem de haver alguma cautela, vendo como é que se há de fazer.



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Intervio o Sr. Presidente, mencionando que já verificou que efetivamente o espaço está degradado, e tem que se perceber se aquilo está a funcionar, se não está, e tem que ter outro aspeto.

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ENTREVISTA DO SR. PRESIDENTE À VOZ RIBATEJANA -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo-se à entrevista que o Sr. Presidente deu à Voz Ribatejana sobre um detalhe, porque depois, em relação ao resto, da OGMA e do espaço da aeronáutica, falará um dia.-----

Sobre a questão, que achou divinal, que é mais ou menos a perspetiva estalinista da coisa, “apagar as fotografias e refazer a história”, o Sr. Presidente disse, a determinada altura, que ainda bem que a oposição acompanhou o executivo na tentativa de criação de um espaço de serviços em São João dos Montes.-----

Recorda ao Sr. Presidente que a proposta de revisão do PDM apresentada pelos membros do PS, em que o Sr. Presidente era o responsável do urbanismo à época, não tinha incluído nenhum espaço para nada disso, e mais, quando o próprio, em 18/10/2008, apresentou uma proposta em São João dos Montes, foi alvo de uma tentativa de “graçola” dum ilustre membro, na altura dos SMAS, que depois saiu dos SMAS, retratada no jornal Mirante, de 23/10/2008, por causa do Bogalho e do Bogalhão, que é um lugar em São João dos Montes.-----

O senhor, a pensar que tinha tirado algo da cartola tão fantástico, dizia, como quem diz “bem, este senhor vem para aqui, não sabe sequer os lugares da freguesia de São João dos Montes”, “digam-lhes lá, Srs. Vereadores e Srª Presidente, onde é que nós podemos efetivamente discutir o PDM”. Contudo, esquecia-se esse senhor que o PDM se discutia na junta de freguesia da qual ele era membro do executivo, e nem sequer isso sabia. Um homem que era do executivo, eleito e pago pelo dinheiro dos contribuintes.-----

Voltando à questão essencial, o próprio apresentou nessa reunião a proposta de criação desse espaço, nessa zona de fronteira entre o concelho de Vila Franca de Xira e o de Arruda dos Vinhos, que se dizia que não fazia sentido, numa zona de boas acessibilidades, onde se é mais competitivo que o concelho de Arruda dos Vinhos, e numa perspetiva de reatamento da pressão entre a zona ribeirinha e o interior.-----

O executivo não ficou convencido, dizia que efetivamente não se aplicava bem a São João dos Montes, porque São João dos Montes era uma freguesia rural, como se lá estivessem só 3 ou 4 casas, e do tempo dos seus avós. Quem for a São João dos

Montes, aos Cotovios, e a toda aquela zona, percebe que ruralidade já foi “chão que deu uvas”, porque ruralidade não é bem, só se é porque ainda tem lá algumas encostas que não estão construídas.-----

Portanto, isto foi apresentado à época pelo próprio, em 18/10/2008, e não teve o acolhimento por parte do executivo PS, como o Sr. Presidente dizia, naquela entrevista, que o Partido Socialista apresentou esta proposta, e o PSD e o Partido Comunista Português, vendo a bondade da mesma, resolveram apoiá-la. Não é verdade, foi exatamente ao contrário, sendo que teve oportunidade de apresentar 69 das 414 participações que foram feitas no PDM, pois não ficou em casa, nem desistiu de discutir o PDM.-----

Teve oportunidade de as apresentar, uma das propostas foi esta, e depois de a ter apresentado, foi discutida e aprovada. Portanto, não ficava mal ao atual presidente da câmara ter dito que os PDM não servem para planear coisa nenhuma, e mesmo os de segunda geração, a única coisa que fazem é somar os compromissos do passado, tentar ver se aquilo não cresce muito, e “meter-lhes” alguma coisa de compromissos para futuro. -----

De planeamento têm zero, e pode-se verificar o que acontece desde a aprovação do PDM até hoje, não reduziu, inclusivamente, nenhuma habitação dispersa, que era o grande desígnio de que a Srª Presidente, à época, falava, sobre este assunto. Portanto, traz a questão ao Sr. Presidente, para poder, em futura oportunidade, dizer que efetivamente quer inaugurar uma forma de gestão diferente, e não tem nenhum problema em reconhecer que há elementos na câmara municipal que fazem o seu trabalho de casa, estudam o concelho, apresentam boas propostas, e que os serviços da autarquia, liderados pelo Sr. Presidente, não têm nenhum problema em assumi-los, e dizer que as propostas apresentadas pela oposição, pelo Manuel ou pelo Francisco, são boas propostas, devem ser acolhidas e trabalhadas, bem como devem ser consideradas.-----

Não é por aqui que se fazem melhores ou piores pessoas, mas é por aqui que se vê a seriedade ou não que se coloca em cima dos assuntos quando se estão a tratar.-- Portanto, não pôde deixar de trazer a matéria, porque o passado de cada um é a sua memória, deixa o seu rasto, e nunca teve medo nenhum de dizer aquilo que pensava e àquilo que vinha, mas espera que quem está também diga ao que vem,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **049**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

o que quer fazer, e “dê o seu a seu dono”, para bem de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que não quer, mais uma vez, tirar a paternidade a ninguém, e a única coisa que pode dizer é que a revisão do PDM é condicionada pelas entidades que se têm de pronunciar, ou seja, principalmente a CCDR – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional.-----

Nas reuniões em que participou, junto da CCDR, foi muito difícil ultrapassar muitas das matérias, e em 70% ou 80% não se conseguiu fazer vencimento das ideias da câmara municipal, sendo que justamente uma era aquela, pois tinha todo o sentido que se encontrasse um espaço empresarial na zona de Trancoso. Tem todo o sentido, e nunca vai desistir de o dizer, ou pelo menos lutar para que aquele espaço venha a ser um espaço empresarial, porque tem vocação para isso, devido à sua centralidade.-----

É verdade, e reconhece, sem problema, e com toda a humildade, o que o Sr. Vereador Rui Rei falou, na tal reunião das Cachoeiras, sendo que o Sr. Vereador tem uma memória privilegiada, porque foi buscar determinado tipo de pormenores que para o próprio já “arrumaram”, já não vale a pena, são coisas que não têm sentido. Pensa que todos se devem concentrar naquilo que é verdadeiramente essencial, e não nessas “coisinhas” soltas, sendo que achou que a intervenção não teve grande sentido, e deve-se intervir no sentido de ajudar à reflexão.-----

Recorda que uma das propostas que o Sr. Vereador Rui Rei fez foi justamente essa, é verdade, e o Sr. Vereador também sabe que numa reunião em final de fecho da proposta de revisão do PDM, em que, por uma razão de coincidência com uma assembleia municipal, o próprio ficou a conduzir, uma das matérias que foi proposta e aceite por todos foi enviar essa proposta à CCDR, como uma proposta que tinha de ser aceite no contexto da revisão.-----

Portanto, pensa que estavam todos imbuídos do mesmo espírito, e não foi no sentido de “beliscar” ninguém, foi de reconhecer a validade desta necessidade, de um dia, naquela zona, ser criado um espaço empresarial. Tem todo o sentido, e só não acha é o sentido de recusar uma coisa destas, mas às vezes não se percebem bem as situações.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, reportando-se a uma referência, que também tem a ver com a revisão do PDM, para que conste em ata, e reforçando o que disse o Sr.

Presidente, sobre uma discussão antiga respeitante ao facto das entidades estatais, de facto, intervirem muito fortemente na determinação do ordenamento do território, dos próprios municípios. Isso significa que a reformulação do PDM tem, na cabeça, eventualmente, de muitas pessoas que não estão informadas, uma grande atividade ou ação por parte da câmara municipal na determinação em concreto de um conjunto de coisas, mas depois, na discussão dos grupos de acompanhamento, é totalmente inviabilizada por parte da administração central. --- Apesar disso tudo a revisão do PDM que foi feita teve objetivos claros, muitos deles conseguidos, e um conjunto de aspetos muito positivos relativamente ao PDM anterior, entre outros: a consolidação e determinação de corredores verdes que não existiam; a determinação da reserva ecológica municipal, que também não existia, e que passou a existir; a redução da pressão urbanística, que era imensa no PDM anterior, e que foi bastante reduzida neste PDM, sem embargo de se poder estar na altura de voltar a fazer uma reflexão em torno desta matéria, porque a realidade de 2008 para cá de facto mudou muito. Um outro aspeto tem a ver com o aumento das zonas de expansão económica, de que o Sr. Presidente deu bem conta, que todos, enfim, PSD e PS discutiram muito e propuseram muito.----- Uma outra referência, porque foi feita na reunião, e convém que fique clara, tem a ver com o combate à habitação dispersa, que se compreende sob o ponto de vista urbanístico. No caso de Vila Franca de Xira, nomeadamente das zonas rurais, a imposição, por parte da CCDR, dum mínimo de 10 000 m² para a construção de uma habitação, no entendimento da câmara municipal, e foi sempre contra até ao limite, esteve sempre a votar contra este processo, põe em risco nomeadamente a continuação dos jovens, que querem ficar nas zonas mais rurais, como Calhandriz e Cachoeiras, e não podem, porque o terreno dos pais, em situações raríssimas têm 10 000 m², pois normalmente têm muito menos.----- Compreende-se que possa haver uma razão de Estado sob o ponto de vista do combate à habitação dispersa, mas dentro da Calhandriz e Cachoeiras não há habitação dispersa nenhuma, e até deve ser concentrada e apadrinhada. Aí, diria que o executivo municipal está completamente em sintonia nesse processo, porque lutou imenso, como o Sr. Vereador sabe, sobre este assunto, e não está de acordo com o Estado sobre esta matéria. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----



RESPOSTAS ÀS QUESTÕES COLOCADAS NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que tem apenas 10 minutos para responder, o que é da vida, pois quando os Srs. Vereadores mantêm a postura de utilização do tempo, o próprio limita-se também a gerir esse mesmo tempo.-----

Portanto, nos 10 minutos que lhe restam vai tentar responder àquilo que é essencial, e depois os Srs. Vereadores não se devem queixar que ficam respostas para dar, e que estão em atraso.-----

É verdade, mas certamente já repetiu várias vezes que, das duas uma, ou se chega a um acordo, e provavelmente é para aí que se caminha, que os tempos têm que ser distribuídos, ou então continua-se com esta situação, não lhe cabe a si estar a coartar a palavra a ninguém, nem nunca o vai fazer. -----

Cada um diz o que bem entende, da forma como o faz, no tempo que quer utilizar, mas depois chega-se a um momento em que o presidente da câmara e os vereadores com pelouros distribuídos têm alguma dificuldade de corresponder às necessárias respostas que se têm de dar.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

QUESTÕES RELACIONADAS COM A ORDEM DO DIA -----

Interveio o Sr. Presidente, reportando-se aos pontos em que os Srs. Vereadores pretendem intervir na ordem do dia, que são: 1, 2, 3, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 31, 34, 38, 39, 44, 45, 47, 51, 53, 54 e 55, dizendo ainda que os outros estão aprovados por unanimidade.-----

Assim, com estes pedidos de intervenção, solicita aos Srs. Vereadores a síntese que for possível na discussão dos mesmos. -----

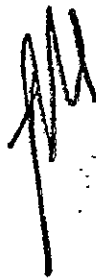
O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, reportando-se a uma questão prévia sobre a ordem de trabalhos, que tem a ver com o não agendamento de duas propostas que efetivamente acabaram por não ser discutidas na última reunião de câmara, que são a do Centro Cultural do Bom Sucesso, e a aquisição dos equipamentos necessários para o seu bom funcionamento, além de um ponto de situação sobre o orçamento participativo. -----

Ficou combinado, e pensa que seja do conhecimento de todos os vereadores, que estes pontos não tinham oportunidade de ser discutidos na reunião de câmara que foi convocada para o efeito, e que hoje seria feita essa discussão. Os membros da CDU constataram que esses dois assuntos não aparecem na ordem do dia, como não foi informada a oposição e o grupo da CDU sobre qual é a opinião da câmara municipal relativamente às duas tomadas de posição que a CDU solicita para as respetivas situações. -----

Portanto, não estando nem uma situação nem outra devidamente consideradas, no entender que têm, apresentam o protesto, e não estão em condições, obviamente, de poderem admitir a sua inclusão na presente ordem de trabalhos. Solicitam, uma vez mais, e repetem-se sobre aquilo que disseram nas duas reuniões de câmara anteriores, que se um grupo político apresenta um agendamento, seja de que natureza for o assunto, deverá haver, da parte da câmara municipal, e da parte dos vereadores com pelouros, a devida preocupação para informar, respetivamente, e nos termos da sua apreciação política, para poderem apreciar em termos corretos a respetiva ordem de trabalhos.-----

Portanto, mesmo que fosse hoje intenção do Sr. Presidente discutir a problemática e falta de condições do funcionamento do centro cultural, não havendo informação

A



Fl. Livro _____

Fl. Ata 053

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

para o efeito, os membros da CDU não podem deliberar sobre o mesmo, e isso também se aplica em relação ao ponto de situação do orçamento participativo.-----
Respondeu o Sr. Presidente que, em primeiro lugar, não há nenhuma intenção de não agendar o que tem de ser agendado. A única questão que aconteceu foi que quando se fez a reunião de câmara extraordinária a ordem do dia para esta reunião já estava fechada, o que não quer dizer, e depois terá de fazer uma avaliação jurídica, mas pensa que não há grandes problemas à volta da matéria, que situações destas não sejam automáticas, ou seja, em situações futuras, em que não haja a possibilidade de se discutirem pontos em que foi pedido o agendamento pelas forças políticas com assento nesta câmara municipal, os pontos transitarem automaticamente para a próxima reunião.-----

Desta forma a situação é ultrapassada.-----

Agora, foi única e exclusivamente porque já se tinha a ordem do dia agendada, tinha que se enviar com o tempo que está determinado, em termos de regulamento, para a oposição, e não se fez esse agendamento. Já tinha seguido a ordem do dia, e foi só por esse motivo.-----

De qualquer modo, pensa que isto pode ser perfeitamente ultrapassado em situações futuras, tanto da parte de questões colocadas pela Coligação Novo Rumo como pela CDU, em que, se não houver condições numa determinada reunião, as matérias passam automaticamente para a próxima.-----

Desta forma, julga que se ultrapassa esta dificuldade, e pede ao Sr. Mário Nuno, que é quem tem a responsabilidade destas questões dos agendamentos da ordem do dia, e também ao Dr. Renato Gonçalves, para avaliarem se há alguma incompatibilidade ou não. Crê que não há, e se não houver, como julga, a partir de hoje é esta a regra que se vai manter para os próximos tempos.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que está tudo bem, os membros da CDU compreendem e estão presentes para aceitarem tudo aquilo que se oferecer dizer, mas o Sr. Presidente deve reparar numa contradição. Por uma questão de lapso, e partindo do pressuposto que foi uma questão de lapso, como é óbvio, não houve a preocupação em fazer transitar automática ou organizadamente a proposta da CDU relativa ao ponto de situação do orçamento participativo, mas já houve a preocupação do Sr. Presidente em agendar as normas

de participação do orçamento participativo para 2015. -----

Como o Sr. Presidente disse, e bem, até tem havido um esforço, que registam, de controlo da dimensão e quantidade da ordem do dia, sendo que hoje têm-se ordens de trabalho relativamente menores, em termos da sua dimensão. -----

Para a CDU não faz sentido absolutamente nenhum discutir as normas de participação, quando aquilo que solicitaram, que é uma avaliação do projeto na sua essência, e nas suas consequências, não foi sequer admitido para discussão em reunião de câmara. Assim, os seus membros não têm condições para discutirem o ponto referente às normas de participação. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que para obviar esta questão, e para que não fique no pensamento do Sr. Vereador e da sua bancada qualquer intenção, de que foi propositado este não agendamento, o ponto 51, da análise das regras e do regulamento para o próximo orçamento participativo, é retirado da ordem do dia. --

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU insistem na necessidade da câmara municipal informar as propostas dos vereadores da oposição do grupo da CDU, ou seja, é importante que, mesmo que seja com breves linhas ou com uma justificação, que não reúna, eventualmente, o consenso, e isso será apreciado pelos respetivos grupos, a câmara municipal informe. -----

Se querem fazer uma avaliação do projeto do orçamento participativo, e fazem uma proposta concreta para a câmara municipal avaliar, não podem ir para a reunião de câmara sem saberem previamente qual é a documentação para justificar e compreender toda esta problemática. Muito gostariam de contribuir com mais, mas da parte do Sr. Presidente e da parte dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, deverá também haver a compreensão para previamente darem a sua opinião sobre o que está em discussão na respetiva ordem de trabalhos. -----

Depois, e por fim, o Sr. Presidente deve desculpar, mas houve também algum lapso relativamente ao agendamento dos pontos 53, 54 e 55, também da CDU, um sobre o futuro de uma urbanização, e outros dois sobre duas moções de interesse para o concelho de Vila Franca de Xira. Não são para análise, são para deliberação, e solicitam que a câmara municipal, se estiver de acordo, altere o objetivo da ordem do dia no que a estes três pontos diz respeito, porque efetivamente não

querem analisar, querem analisar e deliberar. É esse o sentido dos membros da CDU, e foi aquilo que previamente informaram os serviços da autarquia, quando apresentaram o agendamento destas três importantes matérias. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que analisar é no sentido de vir a deliberar. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que esse é o entendimento do Sr. Presidente, não é o que está escrito. Por que razão é que as propostas da CDU têm, as três, o objetivo de análise, e todas as outras têm como objetivo aprovação? Não há nenhuma desvalorização, como é óbvio, pois não? -----

Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo que, ou há uma especificidade ou objetividade naquilo que se quer nos requerimentos, ou então o executivo municipal não é "bruxo". -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio novamente, pedindo desculpa ao Sr. Presidente, mas dá-lhe o benefício da dúvida, de que, ou não lhe deram a informação detalhada, ou, por dificuldades no exercício das suas funções, não teve oportunidade de ler com a devida atenção as propostas da CDU. -----

São duas moções que, lidas, propõem que a câmara municipal assuma tomadas de posição política sobre dois assuntos em concreto, o orçamento de Estado e a lei das rendas. É para que a câmara municipal tome duas posições, não é analisar, é propor tomadas de posição. A outra situação é para que a câmara municipal delibere. -----



Se no decurso da discussão for proposto que se remeta para uma discussão mais para a frente, pois é preciso reunir dados, estão disponíveis para acolher as opiniões dos outros grupos políticos, mas não deve o Sr. Presidente fazer, nem transfigurar as propostas da CDU, quando o objetivo é deliberar e não analisar apenas. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que não seja por isso, está de acordo. -----

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____
Fl. Ata **056**
Reunião de 2014/12/03
Procº _____
Deliberação nº **753**

Assunto: ATA Nº 24/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2014/11/05-----
Presente para aprovação a ata da reunião de câmara de 2014/11/05, com dispensa da sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----
Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que se abstém nesta votação, uma vez que não esteve presente na reunião.-----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que se abstém. -----
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o ponto é aprovado por maioria, com a abstenção da Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, que obviamente não pode votar uma situação em que não esteve presente, bem assim como da Srª Vereadora Ana Paula Bayer, pela mesma situação. -----
Deliberado, por maioria, com a abstenção das Srªs Vereadoras Margarida Cavaleiro e Ana Paula Bayer, aprovar a ata nº 24/2014, da reunião de câmara de 2014/11/05.

Assunto: PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ORDEM DOS ADVOGADOS DE VILA FRANCA DE XIRA PARA APOIO JURÍDICO A CIDADÃOS AFETADOS PELO SURTO DE "LEGIONELLA" -----

Presente a minuta do protocolo de cooperação, a celebrar entre o município, o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e a Delegação de Vila Franca de Xira da Ordem dos Advogados, no âmbito da criação de um gabinete de consulta jurídica e/ou bolsa de advogados para assegurar a informação, consulta jurídica, aos cidadãos, ou familiares em sua representação, vítimas do recente surto da bactéria conhecida por "legionella". -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que na sequência da última sessão da assembleia municipal fez uma sugestão à bancada do Bloco de Esquerda, sugestão que foi aceite e acompanhada pelas restantes forças políticas, que seria de todo o interesse que o apoio jurídico a prestar às pessoas que se estão a dirigir, não só às juntas, como também à câmara municipal, pudesse ser um apoio jurídico mais sólido, mais de acordo com as competências que um advogado pode prestar, e não um jurista ou um advogado da câmara municipal, que está limitado na sua ação em termos desse mesmo apoio. -----

De qualquer modo, a câmara municipal, no limite daquilo que os seus juristas podem fazer, tem analisado as questões que as pessoas têm colocado, e tem aconselhado os passos seguintes. -----

Aquela questão que foi colocada na assembleia municipal não vinha ultrapassar esta dificuldade, de que o apoio jurídico da câmara municipal pudesse ser mais amplo, porque não pode, por lei, e então sugeriu que se fizesse um protocolo com a delegação da Ordem dos Advogados de Vila Franca de Xira, para que as pessoas pudessem, junto da delegação, e através dos advogados que seriam indicados pela mesma, ter um apoio mais de acordo com as suas necessidades. -----

O protocolo foi-lhe enviado na segunda-feira, só teve condições de olhar para o mesmo ontem, já ao fim do dia, e tem algumas questões que gostava e tem de analisar, porque não está de acordo. De qualquer modo, tem-no consigo, e pode entregar aos Srs. Vereadores a proposta que lhe foi enviada, que na sua perspetiva ainda tem de ser trabalhada. -----

Ontem já era tarde, não tinha sentido estar a enviar o documento, mas se os Srs.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Vereadores assim o entenderem valerá a pena distribuí-lo, pois é o suporte daquilo que será o documento final, depois da análise que o próprio vai fazer com o presidente da delegação da Ordem de Advogados de Vila Franca de Xira, e que trará à próxima reunião. Antes disso enviará o documento com algum tempo, para os Srs. Vereadores se poderem pronunciar. -----

Entende que o ponto está prejudicado, mas poder-se-á falar, até porque o Sr. Vereador Rui Rei queria falar sobre a matéria, e terá uma proposta para colocar. Nesse sentido, passar-lhe-á de imediato a palavra, e depois à CDU, se entender falar. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo que a sua questão é simples, face ao protocolo que existe, e a avaliação que se irá fazer, e os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo. Contudo, a proposta dos mesmos tinha o objetivo que a câmara municipal pudesse apoiar as famílias, os cidadãos que entendessem de alguma forma fazer valer alguns dos direitos que têm, e ao mesmo tempo responsabilizar as entidades que, de uma forma ou doutra, foram responsáveis pela situação. -----

Terminavam ainda, nessa proposta, que farão chegar de seguida, de acordo com o documento em anexo, que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, com a necessidade da câmara municipal, de forma autónoma ou agregada às famílias, pois é uma questão que se verá, não ficar numa posição mais passiva e atuar junto dos responsáveis para fazer valer, quer a defesa dos cidadãos, quer a defesa dos direitos enquanto município. Retirando agora de lado a questão dos cidadãos, que é de longe a mais importante, e será tratada com este protocolo com a Ordem dos Advogados, em Vila Franca de Xira, a câmara municipal tem de vir a ser ressarcida pelos danos, quer patrimoniais, quer de imagem do concelho.---

As entidades que foram responsáveis têm de assumir responsabilidade face a isso, ou seja, houve meios envolvidos, para os quais se teve um custo, que tem de ser ressarcido ao município, eventualmente com caráter indemnizatório a seguir. Depois, tem também que ser vista a forma de demonstrar, quer à população, quer ao exterior do país, que há um conjunto de matérias que foram ultrapassadas, e para isso tem que se fazer um conjunto de ações, que as entidades que foram responsáveis têm de suportar. -----



Fl. Livro _____

Fl. Ata **059**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

É nesse sentido que a câmara municipal tem de tomar uma posição, a determinada altura, e é preciso verificar, porque já foi assumido publicamente, faz sexta-feira 8 dias, se não está enganado, quais são as entidades que eram responsáveis, independentemente das averiguações que o Ministério Público irá fazer. Os técnicos que estiveram envolvidos e as entidades que estiveram envolvidas têm essas análises, e a câmara municipal deve avançar para essa responsabilização, porque efetivamente os danos são tremendos para o município e para os seus cidadãos. -----

Portanto, consideram que se tem de ir até às últimas consequências, para que no futuro nunca mais alguém possa sequer ousar pensar que é possível que algo deste género possa acontecer. Não pode haver mais nenhuma situação em que uma poupança de um euro possa levar a uma situação destas, porque efetivamente as pessoas podem morrer e não há retorno possível.-----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador Rui Rei que lhe faça chegar a proposta da Coligação Novo Rumo, para também, na conversa que irá ter com o presidente da delegação, ela, de algum modo, ser avaliada nesse contexto.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que os membros da CDU, como é óbvio, não se podem pronunciar sobre aquilo que não conhecem e portanto essa questão já está ultrapassada. -----

Quanto à segunda questão, relativamente a esta pré-proposta de minuta de protocolo com a delegação, olharão para ela com o devido cuidado, e acompanham esta grande preocupação, o que disseram na última assembleia municipal, da necessidade, segundo a visão que têm sobre a matéria, de serem identificadas de forma muito rigorosa as causas que levaram à emissão das bactérias para a atmosfera, assim como as consequências que daí decorreram, e insistem que seja dado todo o apoio, incluindo médico, jurídico e logístico, a todos aqueles que foram afetados por esta situação, incluindo os próprios funcionários do município. -----

Reforçam esta questão, e o tempo encarregar-se-á de esbater muitas das preocupações que têm, mas é importante que tudo isto seja devido e corretamente avaliado e acompanhado, até do ponto de vista da saúde de todos os trabalhadores envolvidos em todo aquele processo. Têm também uma grande preocupação, que depende da responsabilidade do Governo, a de assegurar o

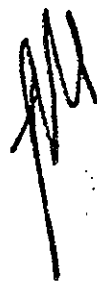

normal funcionamento das empresas, e assegurar também a manutenção e preservação dos postos de trabalho. É muito importante que estas duas situações caminhem lado a lado e ambas sejam devidamente protegidas.-----

Portanto, os membros da CDU estarão presentes na próxima reunião de câmara, necessariamente disponíveis para apoiar todas as iniciativas que, dependendo diretamente do município, façam com que as famílias do Forte da Casa e de todas as freguesias infelizmente atingidas por este surto de "legionella" se sintam apoiadas nos termos das competências que cabem ao poder local sobre a matéria.

O Sr. Presidente interveio, dizendo estar efetivamente de acordo com tudo o que foi dito, e já falou com o advogado da câmara municipal, no sentido da autarquia se constituir como credora de situações que resultem daquilo que o Ministério Público está a avaliar. Para além do problema de imagem do concelho, que se está a tentar que seja recuperada o mais depressa possível, há de facto danos, e não sabe se se poderão recuperar de todo. Por outro lado, há também meios que foram utilizados que têm um custo, e aquilo que disse ao Sr. Vereador António Oliveira foi que os contabilizasse, para, num momento próprio, essas matérias também serem colocadas.-----

Na próxima reunião pensa que já estará em condições de ter uma proposta final, e tem-se uma pré-proposta, no seu ponto de vista, que tem de ser analisada, conforme já disse, estando naturalmente de acordo que isso deve corresponder a uma necessidade de apoiar o que se puder, para ajudar as famílias.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo, para que não fique nenhum equívoco, que do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo não cabe a este Governo nem a nenhum outro garantir o funcionamento normal das empresas. Isso só acontece em sociedades planificadas, que não é o caso de Portugal, e felizmente. Portanto, não compete a Governo nenhum, numa sociedade democrática e numa economia como a de Portugal, garantir o funcionamento das empresas. Quanto às empresas em questão, os seus acionistas é que têm de garantir que funcionem, pelo que só estarão de acordo, se algum dia vierem a ser chamados a essa informação, de que algumas destas empresas possam laborar, se estiverem garantidas as condições de segurança dos cidadãos. Não trocarão, pelo que isso possa custar, nenhum posto de trabalho, à frente da segurança dos



Fl. Livro _____

Fl. Ata **061**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

cidadãos, e os acionistas, proprietários, donos, ou como se queiram chamar, destas empresas, têm que ser chamados a fazer os investimentos que têm de fazer, para garantir a segurança da população que envolve estas empresas.-----

Portanto, não pode haver equívocos nestas matérias. Estão muito preocupados com muita coisa, mas nesse caso estão preocupados com os cidadãos que habitam nestas freguesias e com o concelho de Vila Franca de Xira. Tudo o resto é uma situação que vem a seguir, que carece, da parte dos proprietários, acionistas, donos ou quem quer que seja, que façam fortes investimentos para garantir a segurança dos cidadãos e, conseqüentemente, dos trabalhadores que lá trabalham. Primeiramente para garantir a segurança dos cidadãos que foram apanhados "à traição", se assim se pode dizer, de todas estas matérias, o que tem de ficar absolutamente claro.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando, conforme tem dito em vários momentos, que houve várias prioridades, e as prioridades agora são as de tirar as ilações de tudo isto, e cada um assumir as suas responsabilidades, tentando-se compatibilizar aquilo que é compatível. Pensa que o que não for compatível não se pode compatibilizar, e que todos estarão de acordo com isso.-----

Terminou, referindo que julga que terá condições de, na próxima reunião de câmara, trazer já um documento final para apreciação de todos.-----

Retirado da ordem do dia, sendo presente à próxima reunião de câmara.-----

A

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____
Fl. Ata 062
Reunião de 2014/12/03
Procº _____
Deliberação nº 754

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL (JARDINEIRO)-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 316/14, de 24/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho para a categoria de assistente operacional (jardineiro), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 316/14, de 24/11, do DGAFJ/DRH, e comunicação interna nº 512/14, de 03/10, do DASDEDS/DASEP, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se a duas questões muito breves, que têm diretamente a ver, e espera que o Sr. Presidente não faça a interpretação de que os membros da CDU estão a fazer uma interpretação abusiva ou demasiado expansiva deste agendamento. -----
O Sr. Presidente, quando confrontado pela CDU, quer nas últimas reuniões de câmara, e também na última assembleia municipal, sobre a efetiva capacidade de contratação de novas relações jurídicas de emprego público, disse algo que não conseguem concluir, ou seja, até à data, percebendo que há oscilações do ponto de vista da dinâmica dos recursos humanos, continuam a não dispor de informação, no âmbito dos fortes constrangimentos impostos por este Governo, e as matérias legislativas, em abono da verdade, já transitam do anterior Governo

do PS, mas é um aparte de que alguns dos que estão presentes nunca gostam de ser recordados, de qual é, até ao final do ano, se tudo correr dentro da política de recursos humanos em curso, a quantidade de novos trabalhadores possíveis de serem contratados no âmbito dessas relações jurídicas de emprego público. -----

Na opinião da CDU, como já tiveram oportunidade de dizer, há setores operacionais do município que precisam de um rápido reforço de meios humanos, designadamente nas áreas da limpeza e recolha de resíduos sólidos. Como já foi dito, no início desta reunião, têm muitas dúvidas, para não apresentarem sérias reservas, se as medidas em curso tomadas pela gestão da câmara municipal são consideradas competentes para resolver o problema da recolha dos resíduos sólidos. -----

Na opinião da CDU, que aliás é partilhada por muitíssima gente, e visualmente constatada em quase todas as freguesias, ainda não conseguiu resolver, o que evidencia uma efetiva necessidade de meios humanos para setores vitais do funcionamento e organização do município de Vila Franca de Xira, onde se inclui a limpeza e recolha do lixo. -----

Precisavam de ter esta resposta, com o grau de imprevisibilidade que naturalmente acarreta, porque sabem que há questões que não dependem deles, dependem também da vontade dos trabalhadores, e de outras situações extraordinárias. -----

Por outro lado, gostariam de perceber qual é o grau de envolvimento do município e da gestão PS relativamente aos contratos de emprego e inserção, porque, repetindo aquela que é a preocupação de que, sabendo que há constrangimentos e até uma tentativa clara por parte deste Governo de cada vez mais precarizar as relações de trabalho, não pode ser através do centro de emprego e dos CEI – Contratos de Emprego e Inserção, que se vão resolver necessidades permanentes às quais devem corresponder contratos permanentes de trabalho. -----

Essa não tem sido a postura da câmara municipal, que tem usado e abusado destas figuras, não resolvendo o problema, nem do funcionamento dos serviços, por um lado, nem promovendo, ou neste caso combatendo, a precariedade que infelizmente é a ordem do dia das políticas do Governo, que em Vila Franca de Xira, com esta gestão, também tem sido muito acarinhada. -----



Precisam saber efetivamente quantos trabalhadores ao abrigo do centro de emprego estão hoje em funções na câmara municipal, qual a natureza profissional que asseguram, até para tirarem as suas conclusões, se a câmara municipal mantém ou não essa política de abuso, na contratação e utilização destes trabalhadores, o que é, na opinião que têm, a promoção da precariedade.-----

Interveio a Sr^a Vereadora Ana Paula Bayer, referido que se está a falar, neste ponto, da necessidade que a própria Arqt^a Catarina Conde referiu na sua comunicação interna, de garantir o sucesso do projeto dos viveiros municipais, e de forma a permitir a criação de uma equipa formada por 3 a 4 jardineiros, que fosse capaz de efetuar intervenções urgentes nos espaços públicos, quer ao nível das reparações, plantações, desmatações e limpezas pontuais. -----

Não há nada na lei que impeça esta contratação, portanto a câmara municipal obedece a todos os critérios que estão de acordo com a legislação em vigor, e o próprio chefe da Divisão de Recursos Humanos indica a contratação apenas de um, em vez dos tais mais 3, no total de 4 lugares que seriam necessários, de acordo com a chefe de divisão, e portanto a questão dos membros da Coligação Novo Rumo é exatamente esta. Não havendo nada a obstar, porque é que, sendo necessários três trabalhadores, a abertura do concurso é apenas para um? -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que julgava que a admissão de um jardineiro não desse tanta conversa, mas é da vida, sendo que as admissões na câmara municipal revelam que há um esforço grande de colmatar desequilíbrios que se tinham na área operária. -----

Crê, e é uma estratégia da câmara municipal, que muito do trabalho que é dado a fazer fora se pode fazer internamente, mas há, de qualquer modo, dificuldades, tendo tido ocasião de, na tomada de posse das comissões sindicais, tanto da câmara municipal como dos SMAS, receber um caderno reivindicativo que vai analisar com todo o cuidado, que já leu, mas tem que ter uma reflexão, pois há muitas matérias que pensa que são relativamente simples de resolver, mas outras que não cabem à câmara municipal. -----

Disse também na ocasião que, com a certeza de que muito do trabalho possa ser feito internamente, há momentos em que é necessário fazer reforço do horário de trabalho, e fala justamente da questão do horário extraordinário, existindo neste



Fl. Livro _____

Fl. Ata **065**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

momento um pré-aviso de greve há mais de um ano, que possibilita aos trabalhadores não aderirem a essa necessidade, o que dificulta por vezes um planeamento de trabalho.-----

Nem sempre há necessidade de reforço de trabalho, mas há obras em que, se não tiverem reforço de horas extraordinárias, ficam incompletas, não se conseguindo trabalhar. Está-se a desenvolver um trabalho de cofragem, num muro, e o enchimento dessa cofragem não pode ser interrompido, tem que terminar, não podendo ser recomeçado no dia seguinte. -----



Há pois questões de carácter objetivo que às vezes são difíceis, mas esta é uma matéria que se vai tentando resolver, porque a questão de fundo é que se está, como os Srs. Vereadores devem ter vindo a analisar, a trazer a reunião de câmara a abertura de procedimentos concursais nas mais variadas profissões de que há necessidade, e vão-se continuar a fazer. -----

Quanto aos CEI, são “acarinhados” pelo município, como são “acarinhados” pelos municípios todos de Portugal, não há nenhum que não o faça, porque há uma restrição em termos legislativos, de admitir pessoas, a que agora se juntou mais uma, de que provavelmente se poderá falar no ponto sobre a moção do orçamento de Estado, de em 31 de dezembro de cada ano ter um número igual de trabalhadores a 31 de dezembro do ano anterior. No caso da câmara municipal são 784 trabalhadores, nos SMAS são 179, e é isso que se tem de cumprir. -----

Há ainda outra regra, ou seja, por um lado é dito que já não há regra, que os municípios que tenham condições em termos financeiros podem fazer as admissões sem restrições, no entanto, no orçamento do Estado vem uma questão, que diz que as autarquias não podem ter investimentos com pessoal para além dos 35% da média dos últimos 3 anos, e esta é uma restrição.-----

Não se pode gastar mais do que aquilo que se gastou este ano, portanto, é uma restrição. De qualquer modo está-se a tentar, até ao final do ano, trazer o máximo de abertura de procedimentos concursais que se justificarem. -----

Quanto aos CEI, é uma prática, como disse, a que todos os municípios recorrem, não é uma boa solução em termos sociais, mas é aquela a que se recorre para colmatar dificuldades que se têm, que de outro modo não eram possíveis colmatar. -----

A abertura do procedimento é para as necessidades colocadas, e é para mais de um jardineiro. Admitir-se-á um jardineiro, mas o concurso tem validade por 18 meses e poder-se-ão recuperar os candidatos que ficarem classificados na listagem elaborada pelo júri. Por isso, o facto de a abertura ser para um, não invalida que não se possam recuperar os outros que vierem a seguir, porque o concurso tem a validade bastante extensa. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não será seguramente necessário ter de passar a escrito, pois o Sr. Presidente tomou em linha de conta que os membros da CDU precisam da informação dos CEI por escrito. -----

Respondeu o Sr. Presidente que já se enviou num primeiro momento, tendo o Sr. Vereador Nuno Libório respondido que sim, em meados do verão, mas a informação de que dispõem é que o número aumentou. Na altura contava a câmara municipal com 250 a 270 trabalhadores nessa situação anormal, e gostariam de perceber se essa anormalidade se mantém ou se se reforçou, pelo que gostariam que o Sr. Presidente lhes fizesse chegar a informação, até para tomarem as devidas conclusões. Depois, houve uma discussão, que na opinião da CDU é uma não discussão, de se querer comparar, quando não se sabe justificar os atos que se têm, com outros municípios, e o Sr. Presidente recorre desta questão. -----

Continuou, após ter sido interrompido pelo Sr. Presidente, dizendo que há uma coisa que gosta de fazer, é quando o Sr. Presidente fala ouvi-lo com a devida atenção, e pede-lhe que tenha essa consideração também pelo próprio e pela sua bancada. -----

Depois, sobre a questão dos outros municípios, o que fazem ou deixam de fazer, terão tido as suas decisões, não as conhece, quer admitir que o Sr. Presidente conhecerá mais do que aquilo que os próprios conhecem, o que considera difícil, mas há uma coisa que gostaria de tentar perceber, e é isso que aguarda da gestão do PS, que infelizmente não aparece. Que trabalhadores são estes exatamente? Não é saber se se chamam Manuel, Joaquim ou Francisco, é saber onde estão, o que fazem, e porque é que a câmara municipal, ao longo destes anos, não tomou as devidas cautelas, no sentido de, e pede para o Sr. Presidente ouvir com a

devida cautela, progressivamente, resolver estes problemas de falta de recursos humanos. -----

A posição é da CDU, e inclusivamente o Partido Socialista, no final do mandato anterior, à boleia da grande ligação estratégica que tinha com o Governo, fez grandes parangonas no sentido de fazer um protocolo com o centro de emprego, usou e abusou desta figura de precariedade laboral na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e se não fossem essas opções erradas, hoje seguramente, e necessariamente, não se teria a dimensão do problema que há para enfrentar.-----



A culpa é de quem, ao longo destes anos, tomou estas decisões, que nunca foram aprovadas pela CDU, e por isso é que os seus membros querem saber quantos trabalhadores são, em que áreas estão, para, de uma vez por todas, perceberem que “não é preciso ver o que os outros fazem, basta olhar para a nossa casa”, e aqueles que tomaram as decisões assumirem-nas, que infelizmente não as estão a assumir.-----

O problema não é só esse, é que esta política, efetivamente, é uma política de precariedade de recursos humanos, que se tem na gestão da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador diz o que quiser, mas não é verdade, e portanto não vai gastar muito mais conversa sobre isso, porque são questões de lançamento e arremesso político, que para a realidade das coisas pouco acrescentam. -----

Tendo sido interrompido pelo Sr. Vereador, perguntou-lhe se está a ver como é que as coisas são, pois o Sr. Vereador interrompeu-o, e não vem mal ao mundo, assim como não vem mal ao mundo o próprio interromper o Sr. Vereador. Às vezes usam-se estas estratagemas “ouvi com toda a atenção, e não o interrompi”, mas logo a seguir acontece este percalço. -----

Prosseguiu, mencionando que desde que o executivo PS está a gerir a câmara municipal sempre fez um esforço de colmatar dificuldades que efetivamente a mesma tinha. Ainda tem, e há de ter. Ainda tinha, está-se a tentar colmatar, mas dificilmente se vai conseguir, pois está-se balizado pela legislação, que não deixa ir mais além. Por outro lado, tem que dizer ao Sr. Vereador que não se podem desequilibrar as contas, e a percentagem para investir nos recursos humanos

também não é ilimitada, como o mesmo deve calcular. -----

Portanto, tem de haver alguma prudência, de avaliar o que é necessário, e quais são as prioridades que se têm de ter nos serviços. Tem-se a consciência disso, está-se a fazer, e a prova disso são os muitos concursos que se têm vindo a abrir. Sobre tudo o mais, provavelmente nunca estarão de acordo, mas isso também não é problemático, uns têm que trabalhar, e outros têm que analisar e apresentar propostas. É a democracia na sua plenitude, mas não pode acompanhar o Sr. Vereador em algumas coisas que referiu. -----

Interveio o Srª Vereadora Ana Paula Bayer, para dizer que, de facto, aquilo que acabou de transmitir e ouviu da boca do Sr. Presidente é que a legislação não está a não permitir. Há de facto uma baliza, ainda bem que assim é, porque senão continuar-se-ia a viver na “república das bananas”. Contudo, o certo é que a legislação impõe de facto algumas restrições, mas permite a contratação, pelo que os membros da Coligação Novo Rumo vão votar a favor, mas estarão atentos, se passados 18 meses a equipa finalmente está formada, criada e completa. -----

Assim, é apenas um aviso da parte da Coligação Novo Rumo. -----

Respondeu o Sr. Presidente que fica o aviso, e da parte do executivo PS aquilo que pensa que se deve fazer é ser prudente na avaliação das coisas. Se se justificar pôr 3 ou 4 jardineiros, assim se fará, se não se justificar, não se fará. -----

Portanto, quem está a gerir a câmara municipal é o executivo PS, que tem de ter essa capacidade de prudência e análise. De qualquer modo, regista o aviso. -----

Sobre este ponto propriamente dito, pensa que é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 069

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº 755

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL (AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA) – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 344/14, de 25/11, do DGAJFJ/DRH, para aprovação da prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final, por mais seis meses, do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para a categoria de assistente operacional (auxiliar de ação educativa), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 344/14, de 25/11, do DGAJFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 070

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº 756

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE
RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO –
TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE GESTÃO) – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA
HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 333/14, de 24/11, do
DGAFJ/DRH, para aprovação da prorrogação do prazo para homologação da lista
de classificação final, por mais seis meses, do procedimento concursal comum
para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo
indeterminado para a categoria de técnico superior (área de gestão), e posterior
remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 333/14, de 24/11, do DGAFJ/DRH,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do
Sr. Presidente. -----

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL (PEDREIRO) – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 341/14, de 25/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final, por mais seis meses, do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para a categoria de assistente operacional (pedreiro), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----


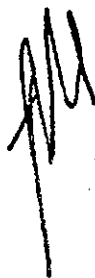
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 341/14, de 25/11, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL (CONDUTOR DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS ESPECIAIS) – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 342/14, de 25/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final, por mais seis meses, do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para a categoria de assistente operacional (condutor de máquinas pesadas e veículos especiais), e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 342/14, de 25/11, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO A 9 MÁQUINAS INSTALADAS NA TIPOGRAFIA MUNICIPAL, E AQUISIÇÃO DAS PEÇAS NECESSÁRIAS PARA A REFERIDA REPARAÇÃO, DURANTE O ANO 2015 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 436/14, de 21/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da remessa à assembleia municipal para aprovação prévia do compromisso plurianual, relativa à contratação de serviços de reparação a 9 máquinas instaladas na tipografia municipal, e aquisição das peças necessárias para a referida reparação, durante o ano 2015.-----

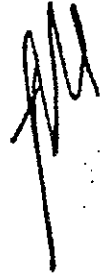

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 436/14, de 21/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referido que, como é sabido, já por diversas vezes os membros da CDU não aprovaram a adjudicação de trabalhos de impressão, trabalhos gráficos a empresas fora da câmara municipal, e defendem que se deve apostar na maior autonomia possível da autarquia nesta área.-----
Sendo assim, e tomando até como exemplo a recente publicação periódica lançada pela câmara municipal, gostariam de propor que fosse realizada uma análise comparativa entre aquilo que se prevê gastar em trabalhos feitos fora, e o eventual investimento na aquisição de equipamento que resultasse no mesmo efeito. Inclusivamente analisar até que ponto alguns trabalhos gráficos não poderão ser revistos, para que possa ser efetivamente a câmara municipal a concretizá-los. -----



Portanto, deixam esta proposta.-----

Respondeu o Sr. Presidente que tudo o que é possível fazer internamente faz-se, e esta contratação de serviços é exatamente para que as máquinas se encontrem sempre operacionais, e não haja interrupção devido à falta de manutenção, falta de peças ou outras coisas mais, sendo esse o objeto desta contratação de serviços.-----

Por isso, pensa que esta contratação, de algum modo, responde à Srª Vereadora.-- Há matérias que, por muito que se quisesse, não há condições de se fazerem internamente, mas para tudo o que é possível, as instruções que existem, da sua parte, sobretudo do responsável político da área, que é o Sr. Vice-Presidente, são de que seja produzido pela câmara municipal, através dos seus serviços.-----

Inclusivamente, para ir ao encontro daquilo que a Srª Vereadora está a dizer, vai-se abrir um procedimento concursal para um profissional de "designer", porque os dois profissionais que se têm nessa área estão muito sobrecarregados de trabalho, e para poder corresponder internamente a essa necessidade é precisa mais uma pessoa que possa ajudar.-----

Portanto, a resposta é sim, tudo o que se puder fazer internamente vai-se fazer, e esta contratação de serviços vem nesse sentido.-----

Terminou, referindo que o ponto é aprovado por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE MERCEARIA E DE CHARCUTARIA PARA OS REFEITÓRIOS E BARES DO MUNICÍPIO, PARA O ANO 2015 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 435/14, de 20/11, do DGAFJ/DPFCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, relativa ao fornecimento em contínuo de mercearia e de charcutaria para os refeitórios e bares do município, para o ano 2015.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 435/14, de 20/11, do DGAFJ/DPFCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que apenas pretende dizer que não há nenhuma empresa do concelho, das 5 mencionadas, e os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de questionar se não existem no concelho grossistas de mercearia e de charcutaria, sendo apenas essa a questão que coloca. O Sr. Presidente interveio, dizendo que não tem dúvida que há. A Srª Vereadora referiu que nenhuma das empresas é do concelho, o próprio não sabe se é ou não, e a pergunta que coloca ao Sr. Vereador António Félix é se se podem incluir mais uma ou duas empresas. -----
Foram convidadas 5 empresas, não sabe se algumas delas são ou não, não faz ideia, mas se não forem, dever-se-á ver se no quadro desta sugestão que é apresentada se podem incluir uma ou duas empresas.-----
Respondeu o Sr. Vereador António Félix que não sabe, mas vai investigar. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que se não forem, trata-se ainda de fazer esta inclusão, e é uma instrução que tem dado, dentro do limite. As instruções que deu aos serviços foram as de que, dentro daquilo que a legislação permite, se deve sempre privilegiar a economia local, e é normal que assim seja. Portanto, se não está nenhuma empresa local, vai ter que ficar, e por isso vai-se incluir. -----

Assim, com esta sugestão da Coligação Novo Rumo, que vai ser acolhida, o ponto é votado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, e com as recomendações apresentadas pelos membros da Coligação Novo Rumo.-----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA, ANO 2015 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 442/14, de 26/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza, conservação e manutenção do Cemitério Municipal de Vila Franca de Xira, ano 2015, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei, e da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 442/14, de 26/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO DE FOTOLITOS – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 439/14, de 25/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de assistência técnica e manutenção do equipamento de fotolitos, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei, e da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 439/14, de 25/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ANO LETIVO 2014/2015 – PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM ENTIDADES PARCEIRAS – ALTERAÇÃO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO-----

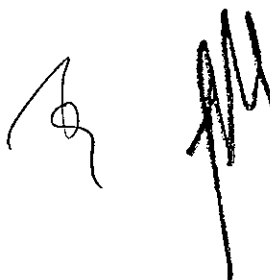
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 618/14, de 19/11, do DEC/DE, para aprovação da alteração ao modelo de funcionamento das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo de 2014/2015, respeitante aos protocolos de colaboração com entidades parceiras, relativa à decisão do agrupamento de escolas de Vialonga de se constituir como entidade promotora, bem como remessa à assembleia municipal para conhecimento. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 618/14, de 19/11, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04.01/03.006D Orçam. 05/04.03.01 -----
-----Plano 04.01/03.006B Orçam. 05/04.07.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de julho. -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, e posterior envio à assembleia municipal para conhecimento. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que pensa que se impunha algum esclarecimento, e o documento em si precisaria, na opinião dos membros da CDU, de um pouco mais de desenvolvimento ou justificação. Uma alteração desta natureza, no decurso do ano letivo, justifica que a câmara municipal informe os motivos que assistiram a esta alteração dos pressupostos do contrato de organização para as atividades de enriquecimento curricular - AEC.-----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que até se permitia que se pudesse falar sobre este ponto 12, bem como nos pontos 13 e 14, e depois o Sr. Vice-Presidente poderia responder em conjunto, se os Srs. Vereadores estiverem de acordo. -----
Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que não, será ponto por ponto, mas os pontos 13 e 14 são de natureza completamente distinta, e portanto também lá



chegarão.-----

Interveio novamente o Sr. Presidente, dizendo que então se discutirá agora este ponto, passando a palavra ao Sr. Vice-Presidente, para os esclarecimentos solicitados pelo Sr. Vereador Nuno Libório. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que esta alteração, no terreno, não ocorre durante o decorrer do ano letivo, os serviços é que, como os Srs. Vereadores se recordarão, prepararam com muita antecedência os processos das AEC, e mesmo antes de começarem as aulas o agrupamento de Vialonga julgou que tinha, e tem, condições para ser ele próprio a desenvolver as AEC, sem que tenha de passar esse processo pela câmara municipal. -----

Aguardou-se este mês, pois podia haver alguma dificuldade no arranque por parte da gestão do agrupamento, e se isso acontecesse tinha-se à mesma este protocolo previsto. Felizmente as coisas correram bem, estão a decorrer com normalidade, este é um concelho com muito boa taxa de adesão às AEC, que ultrapassam, no caso de Vialonga, os 75%. Muitas das crianças aderem a este processo, e as coisas estão a correr bem. -----

No fundo, este processo vem a reunião de câmara, e provavelmente há de ir também à assembleia municipal, em virtude destas regras legais, que impõem que os procedimentos plurianuais tenham de passar pelos dois órgãos, sendo que no caso é para dizer que não há plurianualidade, porque ao ser o agrupamento a desenvolver diretamente este processo, financeiramente já não passa pela câmara municipal, e passava antes. Contudo, no terreno está tudo a decorrer com a normalidade habitual e a qualidade habitual também, só que não é a câmara municipal que o desenvolve, é diretamente o agrupamento. -----

Assim, este ponto não tem nada de político sob esse ponto de vista, é mesmo uma questão administrativa, e por isso é que vem a reunião de câmara. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o assunto é presente, porque há uma alteração ao que foi aprovado anteriormente. Em boa verdade, se assim não fosse, era só para conhecimento. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, esclarecendo que no momento inicial trouxe-se, para o conjunto dos agrupamentos, uma proposta que fazia passar as AEC financeiramente pela câmara municipal, em termos de organização, e crê que em

A

[Handwritten signature]

setembro o agrupamento teve condições para o fazer sozinho. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, perguntando se esta matéria vai para conhecimento à assembleia municipal, ao que o Sr. Vice-Presidente respondeu afirmativamente.-----



O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, mencionando que se impõe uma nova questão, não se está propriamente em outubro nem em novembro. Bem sabe que ainda se está no início do mês de dezembro, concretamente no dia 3, mas a dada altura, perante a intervenção do Sr. Vice-Presidente, o próprio questionou-se sobre isto, sendo que no concreto, e na realidade, o que acontece hoje é que o agrupamento já chama a si a responsabilidade de todo este processo.-----

Pode depreender isso das palavras do Sr. Vice-Presidente, e por aquilo que os membros da CDU conhecem do terreno. Se assim é, por que razão esta questão de emenda e alteração da figura principal, do ponto de vista da execução do processo, há mais tempo não foi resolvida por esta câmara municipal? -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que ela está totalmente resolvida pela câmara municipal, e no terreno totalmente resolvida, porque isto é discutido entre os serviços de educação e os agrupamentos. A questão formal vem a reunião de câmara, administrativamente, para conhecimento, porque financeiramente não vale a pena ter inscritas verbas que já não passam pela câmara municipal, já que não vêm do ministério para a câmara municipal, e da câmara municipal para o agrupamento, ou para o parceiro que exerce essa função nos agrupamentos, vão diretamente do ministério para o agrupamento. É uma questão totalmente administrativa, que vem neste momento, como poderia eventualmente vir mais à frente, em dezembro. -----

Não é uma coisa relevante sob o ponto de vista da organização, sob o ponto de vista da organização as coisas estiveram a decorrer conforme é normal, na articulação direta entre a câmara municipal e os agrupamentos. Não tem nenhum tipo de história, a não ser a questão contabilística e administrativa, que deixa de aparecer na câmara municipal, como receita e como despesa, uma vez que essa receita e essa despesa já não passam pela câmara municipal, e é só isto. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que esta não é uma questão de história, é uma questão de haver ou não uma justificação que seja acessível para todos. Para os membros da CDU continua a não ser, e o que precisam de saber, de



uma forma muito concreta, é, no início do ano letivo, balizando no tempo e no espaço, o que é que aconteceu, quem é que tomou a iniciativa de contratar as AEC, neste agrupamento, do ponto de vista das atividades em si, do ponto de vista até do encargo financeiro, e do ponto de vista administrativo. Foi a câmara municipal ou foi já o agrupamento de escolas?-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que foi o agrupamento, sendo que a câmara municipal não teve, nesse processo, nenhum tipo de intervenção, a não ser a discussão com o agrupamento relativamente à implementação das AEC. A iniciativa foi do agrupamento e, em teoria, o que prevê a legislação é que as câmaras municipais "pegam" neste processo quando os agrupamentos não têm condições para o fazer. À medida que o tempo foi avançando, as alterações introduzidas nas AEC vieram criar condições para que alguns dos agrupamentos fossem "pegando" no processo, e foi o caso de Vialonga.-----

Este processo vem a reunião de câmara só por questões totalmente administrativas, não tem história nenhuma sob o ponto de vista pedagógico. Outra questão é que tem interesse sob o ponto de vista pedagógico no âmbito das AEC, para o ano que vem, não para este, que é perceber que modelo é que terão, sob o ponto de vista da lei. O Ministério da Educação ainda não sabe, não é propriamente anormal, porque normalmente a definição das AEC é feita pelo Ministério da Educação em cima do início das aulas, em agosto ou em setembro, mas neste caso em concreto, a introdução que aparentemente vai ser feita do inglês nos terceiro e quarto anos pode ou não vir a ter influência sobre o quadro global das AEC para o ano letivo que vem.-----

Essa é uma discussão que tem estado a fazer com os diretores e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. Ainda não há propriamente uma definição, mas ao introduzir o inglês no currículo há uma organização que pode ou não vir a ser diferente do horário das crianças dos terceiro e quarto anos. Ainda é muito cedo para se saber sob o ponto de vista do ritmo do ministério, e provavelmente, para a câmara municipal, que anda no terreno, havia algum interesse em saber com tempo de antecedência, mas está-se a acompanhar com os agrupamentos esse processo.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que isto pode fazer de facto a

diferença, estar no terreno, ouvir as pessoas que estão no terreno e tomar as decisões em função da evolução das questões que se passam no terreno, porque a câmara municipal, desde o dia 11 de agosto, que já conhece, através de uma manifestação expressa de vontade dos responsáveis do agrupamento de escolas, que poderá vir a constituir-se, caso seja da sua conveniência, a entidade promotora para o ano letivo de 2014/2015. -----

De seguida, procedeu à leitura de um excerto do e-mail enviado pelo agrupamento de escolas de Vialonga: "Certos da vossa disponibilidade para esta alteração, aguardaremos instruções sobre os passos a tomar", dizendo que em 11 de agosto de 2014 há a informação assegurada, prestada e fornecida à câmara municipal de que este agrupamento poderia chamar a si a responsabilidade na gestão de todo este processo, está-se hoje no dia 3 de dezembro, e é esta diferença temporal que continuam a não compreender. -----

Contudo, não vão criar mais nenhum problema, o que querem é que as AEC, que sempre defenderam, e precisam de estar no terreno, se façam com toda a qualidade, e, como já foi dito, e há muito tempo defendido pelos membros da CDU, naturalmente que devem ser da competência dos próprios agrupamentos escolares, progressivamente, porque são decisões de natureza e índole fundamentalmente pedagógico. Portanto, consideram que são estes os parceiros mais convenientes e privilegiados nas tomadas de decisão, e na gestão de todos estes processos educativos. -----

Agora, não deixam de registar que a câmara municipal desde o dia 11 de agosto que sabia desta manifestação de vontade, e só no dia 3 de dezembro é que traz à reunião de câmara a alteração das condições do protocolo. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o Sr. Vereador Nuno Libório esteve muito bem até um determinado ponto, e centrou aquilo que é a importância da questão. A qualidade assente num projeto pedagógico, que tem de ter uma visão de projeto pedagógico no seu todo, desde o pré-escolar até ao terceiro ciclo, e estão todos de acordo. Com a autonomia das escolas estão todos de acordo. Se as escolas têm capacidade de assumir este processo, estão todos de acordo. Portanto, se isso consistir numa melhor qualidade, aquilo que a câmara municipal deseja é que se encontrem soluções nesse sentido. -----

A

Agora, esta é uma matéria que efetivamente foi analisada com o agrupamento, foi tratada com a DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, foram feitas todas as iniciativas para que os alunos tivessem AEC com qualidade e pedagogicamente de acordo com aquilo que o agrupamento acha que deve ser, e que a câmara municipal acompanha, e portanto tudo o mais, compreendendo que poderia ter vindo mais cedo, é uma coisa, do seu ponto de vista, absolutamente secundária. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, acrescentando que imediatamente em agosto o assunto ficou tratado e resolvido formalmente. Ficou totalmente tratado e resolvido, porque o assunto é tratado e resolvido diretamente por quem tem responsabilidade na matéria, juntamente com o agrupamento e a DGEstE. Isso foi imediatamente tratado, e a questão administrativa só vem hoje, propositadamente, porque se houvesse alguma necessidade de intervenção da câmara municipal, repentinamente, num processo que era novo, havia todas as condições para o fazer no imediato. -----


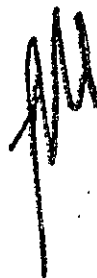
Portanto, é presente agora por pura cautela e por cuidado de gestão, é só por causa disso, não tem nenhuma história a não ser essa. Felizmente não foi preciso, porque no terreno as coisas correram tal e qual como a câmara municipal as trabalhou com o agrupamento. Aí, em agosto foi tudo tratado, tudo organizado, e o que vem é totalmente administrativo e sem história. -----

Interveio o Sr. Presidente, passando à votação, dizendo que subentende, com os esclarecimentos dados, que a CDU está em condições de votar a favor. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que são esclarecimentos enviesados, mas tudo bem. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que são enviesados porque o Sr. Vereador quer que sejam, já que o próprio pensa que as questões que foram colocadas foram claras. No entanto, com dificuldade, o Sr. Vereador percebeu certamente. Por isso mesmo, o ponto é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2014/2015 – PROTOCOLO – DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 515/14, de 08/10, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, para o fornecimento de refeições escolares a crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2014/2015, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 515/14, de 08/10, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/001B Orçam. 08/04.03.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU vão fazer uma pergunta do género da que fizeram anteriormente, queriam perceber um pouco melhor as condições que levaram a câmara municipal a fazer algumas reformulações no sentido de assegurar o serviço de refeições escolares por via do estabelecimento de um compromisso, que emana de lei, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, com um agrupamento de escolas em particular. -----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que esta é uma situação distinta, já não teve a ver, nem com a vontade direta do município, nem tão pouco com a vontade direta dos agrupamentos, mas com uma indicação clara da DGEstE, que naturalmente tutela os agrupamentos.-----
Por uma razão contabilística e organizacional do Orçamento do Estado, a DGEstE pretendeu que, sob o ponto de vista protocolar, nos casos em que as crianças do 1º ciclo tomam as suas refeições em estabelecimentos do 2º e 3º ciclos, ou seja,

A

PM

Fl. Livro _____

F.º Ata 086

Reunião de 2014/12/03

Proc.º EDUCA.00SE.006.

Deliberação nº _____

nas escolas básicas integradas, e no concelho de Vila Franca de Xira existem duas, a Escola D. António Ataíde, na Castanheira do Ribatejo, e a do Bom Sucesso, em Alverca do Ribatejo, e a câmara municipal tem já há alguns anos um protocolo direto com os agrupamentos, passassem os agrupamentos a não ser responsáveis sob o ponto de vista protocolar e passasse a ser diretamente o Ministério da Educação. -----

A câmara municipal colocou a questão de perceber, tendo em conta o ponto de vista organizativo, se os protocolos que já estavam alinhados se poderiam manter, mas o ministério pediu, e os agrupamentos, como são tutelados pelo ministério, também, que fosse feito um protocolo com efeitos ao início do ano letivo, de molde diferente, de maneira a que as contas sejam feitas diretamente entre a câmara municipal e o ministério, sem necessidade de passar pelos agrupamentos. -----

Uma vez que a câmara municipal, para além do almoço, que é o que está protocolado nos termos da lei, fornece também um reforço alimentar às crianças que têm apoio social escolar, são presentes dois pontos para aprovação, os pontos 13 e 14, porque há um agrupamento que tem capacidade de fazer o lanche diretamente na EB2,3 e há um outro que não tem condições para o fazer, vindo através de uma instituição particular de solidariedade social. -----

Deste modo, embora os lanches sejam servidos nos dois sítios, um dos protocolos tem mesmo de passar por fora do Ministério da Educação, porque o ministério não tem aquele serviço. -----

No caso da Escola do Bom Sucesso, como tem, faz-se então diretamente com o Estado. -----

Resumindo, os assuntos vêm a reunião de câmara porque o ministério nesta altura pediu à câmara municipal para reformular.-----

Sob o ponto de vista financeiro é exatamente a mesma coisa, mas os interlocutores administrativos passam dos agrupamentos para ser diretamente a DGEstE. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU se dão por satisfeitos com esta justificação, compreendem-na, de qualquer forma colocam uma pergunta muito simples, relativamente à tarefa em si de fornecimento de refeições: Quem é que neste momento a está a assegurar? É a



câmara municipal? É o agrupamento de escolas? Se for a câmara municipal, é ao abrigo de contratos do Centro de Emprego, ou seja, são relações precárias?-----
Respondeu o Sr. Vice-Presidente que o serviço está a ser assegurado diretamente pela EB2,3, pelo ministério, e a câmara municipal procede ao pagamento, antes ao agrupamento, agora à DGEstE, pelo que a câmara municipal, neste caso, não tem uma intervenção direta no serviço de refeições, porque é feito diretamente pelos serviços do ministério na escola básica integrada da Castanheira do Ribatejo e do Bom Sucesso. -----



Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo pensar que a câmara municipal deveria refletir um pouco à volta desta matéria, e particularmente nestas últimas palavras do Sr. Vice-Presidente, no que à assunção de responsabilidades diz respeito, no que há para fazer do ponto de vista da regularização das relações de trabalho nos diversos refeitórios onde se asseguram refeições às crianças do concelho. De facto, lendo com alguma atenção o despacho 2009 do então Secretário de Estado Adjunto da Educação, há questões que poderão estar omissas do ponto de vista se cabe ou não à câmara municipal uma total responsabilidade no assegurar dos recursos humanos para o fornecimento destas refeições. -----

É uma matéria que efetivamente, e tendo a dimensão que tem no concelho de Vila Franca de Xira, deveria merecer mais preocupação por parte da câmara municipal.-
O Sr. Presidente interveio, referindo que a câmara municipal só pode chegar àquilo que pode chegar, àquilo que não pode chegar não vai conseguir chegar, não vale a pena ter ilusões, e foi nesse sentido que, apesar de ter sido num governo do Partido Socialista, o município não aceitou a transferência de competências na área da educação que o Governo queria que aceitasse, porque sabia justamente que ia trazer uma dificuldade tremenda de gestão, e mais do que isso, dificuldades financeiras tremendas. -----

Pode dizer que houve municípios que aceitaram e agora já entregaram, ou querem entregar e restituir essas competências ao Ministério da Educação. -----

O município tem que ser prudente e tem que ir o mais longe que puder, sendo essa a sua missão e obrigação, mas existem limites. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, acrescentando que faz parte da natureza



das escolas básicas integradas este tipo de serviços ser diretamente efetuado pela organização, nalguns casos até, e nos dois casos em concreto, correspondem ao agrupamento, uma vez que é um agrupamento que não vai até à secundária, é o agrupamento, na sua escola sede, que procede a este serviço. -----

Caso diferente é nas escolas básicas do 1º ciclo, em que é a câmara municipal que juntamente com parceiros locais faz este serviço, mas está-se a falar de um serviço que sob o ponto de vista da qualidade é totalmente inquestionável, e não tem dado problemas. -----

No que toca às escolas básicas integradas, por regra, e por lei, é o agrupamento que está lá a fazer este serviço, e por isso é que a câmara municipal tem estes protocolos em particular com eles. -----

De seguida o Sr. Presidente colocou os pontos 13 e 14 a votação, concluindo que os mesmos foram aprovados por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – LANCHES – ANO LETIVO 2014/2015 – PROTOCOLO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. ANTÓNIO DE ATAÍDE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 598/14, de 10/11, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde, e respetivo compromisso de verbas, no âmbito do serviço de refeições escolares – lanches – ano letivo 2014/2015, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 598/14, de 10/11, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/001B Orçam. 08/04.03.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A análise deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 13 da ordem do dia. ---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL FACE À REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1649/14, de 26/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada de regularização fluvial do rio grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, até ao dia 2015/02/28, sem encargos para o dono de obra e sem aplicação de multas ao empreiteiro, Oliveiras – Engenharia e Construção, SA, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com a referida data, apresentados pelo empreiteiro, aos quais o mesmo fica vinculado, assim como da não aplicação da sanção contratual prevista no artigo 403º do Código dos Contratos Públicos e no contrato de empreitada, tendo em conta que o não cumprimento do prazo de 2014/12/23 não se deve a factos imputáveis ao empreiteiro, e posterior remessa à assembleia municipal face à reprogramação financeira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1649/14, de 26/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que esta questão da regularização do rio Grande da Pipa vem com mais um desvio de prazo. Os membros da CDU confessam, aliás essa sua preocupação já vem de trás, e pensa que é de todos os que estão presentes na mesa de decisão, que começa a

preocupá-los, porque esta obra foi consignada em 2011/12/21 e a sua conclusão estava programada para 2013/09/11. Já teve 9 suspensões, uma prorrogação de mais de 1 ano, um desvio de prazo, que foi aprovado na reunião de câmara de 2014/09/24, por 84 dias, e agora vem por 67 dias, pelo que passará a terminar em 2015/02/28. A preocupação dos membros da CDU, aliás essa informação também é referida, tem também a ver com o final do financiamento do Quadro de Referência Estratégia Nacional – QREN, que é a 2015/03/31. -----

São referidas as condições atmosféricas adversas, não têm nada a constatar, e o próprio admite que os técnicos não possam dizer em concreto, derivado a todas estas situações, mas se este prazo não for cumprido, lá virá outro desvio de obra e não sabe se esse desvio ficará dentro daquilo que foi o acordo com o QREN. -----

Os membros da CDU gostariam de saber se há concretamente previsões de datas para a conclusão da obra, já questionaram várias vezes a situação, aliás têm votado sempre a favor porque, como todos, querem esta obra rapidamente concluída. -----


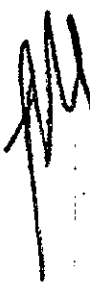
Esta situação tem a ver com os deslizamentos dos taludes, colchões Reno, gabiões e outros aspetos das margens do rio. Já uma vez perguntou em reunião de câmara, e foi esclarecido que não, mas deixem-no ter este desabafo: Isto é um problema de projeto ou problema de obra, além das condições atmosféricas? Mesmo com condições atmosféricas adversas, as obras, ou o projeto, têm que ter realmente essas questões em consideração, embora às vezes sejam demasiadas. -----

Uma preocupação que também têm é, com todos estes desvios e suspensões, chegando ao fim, quando é que vai terminar e que obra a câmara municipal vai receber, se vai receber com qualidade, porque há a questão do QREN. -----

Desta forma, são algumas preocupações que os membros da CDU têm. -----

O próprio ouviu, não sabe se na assembleia municipal, ou se em declarações que o Sr. Presidente fez à comunicação social, sobre a questão das bolsas de estacionamento, a grande preocupação que também já levantaram e dos moradores, que possivelmente, por causa do QREN, seriam feitas no fim da obra, e gostariam concretamente de saber, se for possível, qual o prazo para o lançamento da empreitada para a construção das tais bolsas de estacionamento. -----

Prosseguiu, dizendo que esteve indeciso se havia de trazer o assunto à colação, e

neste caso o Sr. Presidente fez uma afirmação na assembleia municipal que o deixou um bocado admirado e espantado, e passa o termo, embora não seja muito de se espantar com as coisas, com a idade que tem, pois, como dizia um amigo seu, “desde que viu um porco a andar de bicicleta no Rossio”, nada o admira, disse aos moradores da Vala que não os recebeu porque não sabia que estava presente o presidente da autarquia da Castanheira do Ribatejo. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que não foi isso que disse. -----

Concluiu o Sr. Vereador Aurélio Marques que ficou admirado, e admite que considerou que foi um lapso. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo-se em primeiro lugar à prorrogação do prazo da candidatura, dizendo que se está a trabalhar nesse sentido, para que a câmara municipal não seja prejudicada no recebimento dos valores. -----



Relativamente à segunda questão, se foi um mau projeto, ou o que aconteceu, o projeto foi aquele que foi aprovado pelas entidades, e sobre essa matéria não se vai pronunciar, até porque não é engenheiro hidráulico e não tem condições para dizer “é assim ou assado”. Há outras pessoas que sobre muitas coisas têm perceções, provavelmente têm outro tipo de conhecimento, e podem avaliar as coisas de outra forma. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que só perguntou. -----

Respondeu o Sr. Presidente que sabe que o Sr. Vereador só perguntou, aliás fez as perguntas que se impunham, não foi para além disso. -----

Já ouviu muitas coisas, como, “na minha opinião o projeto está uma desgraça, o projeto assim, o projeto assado”. Os projetos podem ser sempre melhores, na nossa vida podemos melhorar sempre tudo, mas o projetista daquele projeto é um dos técnicos mais reputados do país, até internacionalmente. -----

Está-se a trabalhar numa situação de grande dificuldade, de zonas de margem que tiveram aterros durante décadas e décadas, quando se começou a mexer nas margens foi muito difícil contê-las, e ali e acolá houve necessidade de se encontrar outro tipo de soluções, o que sempre acontece em qualquer obra, seja qual for a sua dimensão. Esta é uma obra de uma dimensão imensa, é provavelmente das grandes obras hidráulicas do país nos últimos tempos, e de facto tem essas mesmas dificuldades, o que não quer dizer que situações que os técnicos e a



fiscalização da câmara municipal já identificaram não tenham de ser corrigidas, e naturalmente vão ter que ser resolvidas.-----

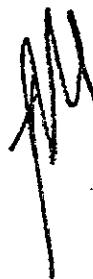

Quanto às bolsas, evidentemente que se hoje se pudesse voltar atrás, certamente que a câmara municipal teria outro entendimento sobre as questões. É verdade também que a população, o anterior presidente da junta de freguesia, e crê que o atual, tiveram conhecimento do projeto em mais do que um momento, nomeadamente numa sessão pública que houve no clube da Vala do Carregado. Naturalmente que compreende que numa sessão pública é provável que não haja a apreensão das pessoas relativamente a desenhos que estão a ser mostrados, admite, mas efetivamente foi mostrado e explicado, pode é não ter ficado o entendimento de que não havia estacionamento. -----

Considera hoje, com toda a tranquilidade, que o estacionamento é necessário.-----

Esteve no local, no dia 19, à noite, porque houve um problema de uma imprudência da empresa, que devia ter aberto um dique que fez para haver um "bypass" das águas, não sabe se é bem assim, mas é mais ou menos, ou seja, foi feito um dique, que fez com que, num determinado local, a jusante, o rio estivesse a correr sem problemas, e a montante estava um volume e caudal de água muito grandes, justamente porque tinha ali um obstáculo. A empresa foi imediatamente chamada ao local para resolver o problema, resolveu-o, abriu o dique e a água seguiu o seu curso normal sem problema, mas houve ali uma pequena questão, que não foi propriamente inundação, foi a água que veio através do saneamento e inundou o minimercado e um café em frente ao minimercado. De qualquer modo, foram situações aborrecidas e desnecessárias. -----

O que o próprio referiu na reunião que teve com a população naquela altura no local, e sobretudo com o atual presidente da Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, e com o seu antecessor, que também esteve na visita, ao olhar para a questão e depois de falar com os técnicos que o acompanhavam, foi que nem que fosse provisoriamente a câmara municipal tinha que resolver o problema, porque era necessário resolvê-lo. -----

No dia seguinte, dia 20, apareceu-lhe um e-mail a dizer que iam fazer uma manifestação à porta da câmara municipal. Naturalmente as pessoas podem fazer aquilo que pensam que é o mais oportuno, o próprio é que achou estranho, na



medida em que tinha havido uma conversa no dia anterior, depois aparecer uma manifestação à porta da câmara municipal sobre o mesmo motivo. Contudo, “não vem mal ao mundo”, é a democracia e a liberdade dos cidadãos a funcionar. Fez o que tinha a fazer, avisou a PSP e tudo o que a legislação prevê nestas situações.---- Infelizmente não pôde estar presente, pois já tinha um agendamento que era difícil de alterar, e uma delegação de pessoas dessa manifestação foi recebida pelo seu adjunto, Sr. Mário Nuno, que posteriormente lhe deu conta das questões. Foi entregue um abaixo-assinado com 496 assinaturas, ao qual está a responder, e foi pedida uma reunião, que vai ser agendada.-----

Por último, aquilo que disse na assembleia municipal foi que se tivesse a noção antecipada de que o Sr. Presidente da junta iria estar presente na manifestação, teria tentado “dar um encontrão” à sua agenda, para que institucionalmente estivesse a receber, não só as pessoas, mas também o Sr. Presidente da junta. É verdade que o Sr. Presidente lhe podia ter comunicado que ia estar presente, não o fez, mas se o próprio tivesse sabido antecipadamente, provavelmente, em termos institucionais, era sua obrigação conseguir encontrar forma de estar presente, nem que fosse um bocadinho. Manifestamente não foi possível, agora todo o processo vai ter continuidade, vai-se resolver, e tem que se resolver a contento de todos, ou pelo menos da maioria das pessoas, e é para isso que o Partido Socialista está no executivo da câmara municipal, para encontrar soluções que vão ao encontro das necessidades das pessoas.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que, sobre a questão do prazo do financiamento, se captou bem, o Sr. Presidente disse que estão-se a tomar iniciativas para tentar fazer a prorrogação do prazo. -----

O Sr. Presidente tomou a palavra, referindo que efetivamente desde setembro que tem havido uma pluviosidade intensa, o que tem dificultado a obra, mas é evidente que os atrasos já vêm de problemas anteriores, de uma relação contratual entre a Obrecol – Obras e Construções, SA, e agora a Oliveiras – Engenharia e Obras, SA, que estavam em consórcio e não se entendiam bem. Depois a Obrecol, SA passou a posição à empresa que está a trabalhar na obra, que é a Oliveiras, SA, e desde aí o processo avançou consideravelmente, o que quer dizer que se a Oliveiras, SA estivesse desde o início neste processo, provavelmente a obra já estava concluída.

No entanto, desde o momento que a empresa disse que não ia conseguir cumprir o prazo, e estas questões estão todas identificadas, e em que o executivo municipal teve a perceção de que o prazo ia escorregar, automaticamente fez “demarches”, no sentido de haver uma prorrogação, estando convicto que isso vai acontecer e a breve trecho essa informação será prestada ao Sr. Vereador. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que quando pediu a palavra queria referir mais duas questões, mas acha até bom que possam falar de cada caso. -----

Sobre a questão do lançamento da obra, vai ser agendada uma reunião, pensa que com os moradores, e a partir dessa altura o Sr. Presidente informará, mas pode também inferir do que ouviu ou leu das palavras do Sr. Presidente, que depois da obra executada será feito esse lançamento, para não prejudicar os fundos do QREN.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que têm que se encontrar soluções excecionais, ponto final.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador, referindo ter ficado ciente do esclarecimento do Sr. Presidente em relação ao não recebimento, ou ao recebimento, dos moradores e eleitos da Castanheira do Ribatejo. Admite que na assembleia municipal, por várias razões, não tenha captado, por dificuldade ou lapso seu, concretamente o que o Sr. Presidente quis dizer, “institucionalmente, se eu soubesse que havia representação institucional teria feito algum esforço para receber o Sr. Presidente da junta”, e neste caso eram só os moradores. Pede que o Sr. Presidente não infira das suas palavras qualquer reparo que lhe esteja a fazer, porque é normal, a nível oficial, não só nos ministérios, também os adjuntos receberem. O próprio, como ex-sindicalista, foi muitas vezes recebido por assessores, e assessores dos assessores, não é nada transcendente. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que na atividade sindical do Sr. Vereador Aurélio Marques provavelmente poucas vezes foi recebido por ministros ou por secretários de Estado.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que foi recebido muitas vezes, até algumas vezes pelo Sr. Presidente da República.-----

Respondeu o Sr. Presidente que certamente era porque era da UGT. O próprio e o

[Handwritten signature]

Sr. Vereador já têm uma idade diferente dos demais, felizmente para eles, já têm muitas histórias para contar, e isso é verdade.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não quer voltar muito ao passado, mas a verdade é que quando a obra foi lançada não foram salvaguardadas as questões do normal andamento, e começou exatamente pelos terrenos em que a câmara municipal podia ou não intervir.-----

Recorda, e podem-se verificar as gravações das reuniões e as atas, que a câmara municipal na altura fez o lançamento da obra e cedeu ao empreiteiro, à época ao consórcio, a disponibilidade total dos terrenos, quando sabia à partida que o empreiteiro, ou o consórcio, não o podia fazer. Aliás, isso foi dito e discutido em reunião de câmara e todos os vereadores tiveram oportunidade de ter conhecimento. Portanto, tudo o que acontece desde aí até hoje não é novidade absolutamente nenhuma, era mais do que esperado que acontecesse.-----

No caso do pontão há inclusivamente alteração ao projeto, que veio a reunião de câmara para aprovação, a alteração do projeto inicial do que estava previsto no rio Grande da Pipa, com o argumento de que este projeto era melhor, que permitia cumprir os prazos e iria adequar, e está-se a ver que se estão a cumprir os prazos todos que o empreiteiro se propôs garantir.-----

Prosseguiu, referindo que o Sr. Presidente disse que entretanto o executivo municipal foi informado, e a fiscalização deveria informar a câmara municipal regularmente dos desvios e da perspetiva, com este ritmo de trabalho, se se iria cumprir ou não o que está previamente contratado e previsto.-----

Chama a atenção, e não lhe parece que seja uma questão muito complicada de superar, por força do que acontece do passado, o facto dos fundos comunitários não aceitarem a reprogramação. Normalmente aceitam a reprogramação, mas acha que a questão está colocada na documentação.-----

Esclareceu a Engª Rosário Ferrão que aceitaram.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que a questão não lhe parecia muito grave, mas aceitaram. O próprio queria só introduzir uma última nota, que tem a ver com o estacionamento.-----

Não se vai alongar muito, até porque é uma coisa que estava identificada desde sempre, chegou a ser proposta, e a ex-presidente de câmara não quis colocar lá o

estacionamento, mas a única coisa que dirá ao Sr. Presidente é que lhe parece que não seria necessário terminar a obra para fazer o estacionamento. Há coisas que não tem de memória, mas que eventualmente, se se verificarem, rapidamente se chegaria lá, e parece-lhe que, a exemplo da alteração do pontão, há condições para que se fale, quer com o projetista, quer com quem aprovou a candidatura, e se justifique a necessidade de não se gastar dinheiro duas vezes, e uma parte dos arranjos exteriores serem substituídos por estacionamento, até porque há lá zonas onde é possível fazer e estão identificadas desde o início. -----

Há documentos no departamento, inclusivamente da responsável que fez a nota neste documento, e o próprio só tem a dizer bem, o assunto foi identificado desde início e há documentos no departamento que demonstram e atestam as zonas onde estaria previsto esse estacionamento na zona.-----

Tem estado calado, a observar estas discussões, mas a verdade é esta, e pensa que a câmara municipal teria condições para o fazer até março de 2015, por altura da conclusão da respetiva obra.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que quer recordar o Sr. Vereador Rui Rei, até porque esteve também no início do processo.-----

Interrompeu a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que esteve presente na discussão que houve na Vala do Carregado, com o Sr. Presidente.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que apanhou o processo em andamento, fruto das situações que todos conhecem, mas enfim. Foi justamente na sala onde se encontram hoje, no Forte da Casa, não estava sentado no lugar que ocupa hoje, estava mais para a ponta, mas o Sr. Vereador Rui Rei estava no mesmo sítio, ou ao lado. -----

Fruto daquilo que aconteceu, apanhou um processo completo e em andamento, o que não quer dizer que se o tivesse apanhado desde o início pudesse ter resolvido muitas coisas que estão em causa, não tem essa pretensão. Aquilo que costumava fazer, quando estava naquele departamento, era de olhar para os desenhos e perguntar e questionar, antes de se lançar a obra. Era o que fazia sempre, respondiam-lhe e ficava esclarecido, se não ficava tornava a perguntar até ficar esclarecido, e é assim que tem de ser. Um político não tem que ser técnico, mas também tem olhos para ver e analisar. Assim sendo, apanhou um processo que era

absolutamente necessário avançar, senão estava-se em risco de comprometer a candidatura, e não poderia haver grandes períodos de espera para alterar muitas coisas. É verdade que, se não se tivesse evoluído tão depressa, provavelmente poder-se-ia pôr em causa a própria candidatura. -----

Se o Sr. Vereador lhe disser que a câmara municipal deveria ter entregado uma zona de intervenção completamente limpa, dir-lhe-ia que sim. Porém, também foi tomada uma decisão política, apesar de não se terem todas as garantias de que a obra começasse e acabasse sem desvios, pois não havia terrenos disponíveis ali e acolá. Essa decisão foi tomada com a consciência que se iriam ter algumas dificuldades, algumas que ainda não estão superadas, e espera que se venham a superar brevemente. É tudo uma questão de dinheiro, uma questão da câmara municipal estar disponível para aceitar as propostas que lhe são colocadas, e está a falar concretamente do minimercado e do restaurante que lá estão. -----

Sobre todos os outros problemas, houve muita dificuldade, porque nesse aspeto também quer dizer ao Sr. Vereador Rui Rei que não houve a grande compreensão de algumas pessoas que estiveram nestes processos. Houve pessoas, pelo menos do lado de Alenquer, que foram de uma inflexibilidade que o próprio não consegue entender. Aliás, entende, mas não quer dizer aquilo que pensa sobre o assunto. Poderá dizer-lhe informalmente, não nesta sede, porque efetivamente as dificuldades que colocaram foram tão grandes e incomprensíveis, que nem lhe sabe dizer. Só o espírito de que tem que se acabar aquela obra para benefício da população é que muitas vezes se "engoliram sapos, elefantes" e nem sabe mais o quê. Contudo, é por isso mesmo que o executivo está na câmara municipal, há um objetivo a cumprir, e tem que se cumprir, mesmo que muitas coisas fiquem atravessadas, e ao próprio ficaram muitas, porque julga que todos têm de concorrer para o interesse público e há muitas pessoas para quem o interesse público é uma coisa sem grande importância. -----

É verdade que a obra teve dificuldades, mas uma foi justamente o que acabou de referir, um consórcio entre duas empresas, uma maioritária nas suas posições, que dificultou também muitíssimo o bom andamento da obra. A obra só teve sequência com alguma fluidez, e infelizmente a meteorologia não tem ajudado, desde que a Oliveiras está no terreno, sozinha, e evoluiu bastante, mas pronto, é o que é, e o






que a câmara municipal pretende é que o processo acabe rapidamente e depois as pessoas olhem para a obra que ali está realizada, se orgulhem dela, e que finalmente considerem que a Vala do Carregado não é uma zona esquecida. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a melhor resposta para a dúvida do Sr. Presidente, dos fundos comunitários, é o tempo que dura a obra. A obra continua e o município não perde os fundos comunitários. Na altura, se o objetivo fosse a defesa do interesse público, independentemente do que aconteceu, as pessoas teriam perguntado o que se passava, e o que haveria a resolver. -----

Ao próprio só perguntaram uma vez por um alcatroamento em Alverca do Ribatejo, que custava pouco mais de 1 000,00€ à câmara municipal, nunca ninguém lhe perguntou, desde esse dia, até outros, o que é que tinha sido feito, mas vai voltar a lembrar, só para que se perceba, que as pessoas têm de aprender com o seu trabalho, e o próprio aprendeu com o seu, na altura com a obra do rio Crós-Cós. Por isso o próprio, algures, em novembro, disse que a obra estava lançada à pressa e não teria condições de avançar normalmente. Se se for ver às atas e às gravações, está lá tudo, por uma razão, houve uma reunião na sala de reuniões do departamento, com o consórcio, à época, com o Engº José Fernandes e a Engª Sofia Galhofas, não lhe deve estar a escapar alguém, mas pode-se confirmar, em que foi pedido que se fizesse um planeamento da obra porque a câmara municipal não tinha condições de disponibilizar todos os terrenos para que o empreiteiro pudesse ter acesso, e isto tem um nome técnico que lhe está a falhar, quando se faz a concessão da empreitada, e que se fizesse um planeamento adequado, com a disponibilização de meios adequada para fazer face a isso, e era isso que estava em cima da mesa para ser visto. Depois de algum tempo a obra foi lançada sem se terem essas preocupações, e é aqui que se deve aprender alguma coisa, além dos afastamentos que aconteceram no departamento, de pessoas que foram afastadas entretanto, e depois algumas voltaram ao departamento, com a consequência de perda de informação que aí estava. Foi o que aconteceu, são factos, e factos são factos, não vale a pena mudá-los. -----

Voltando à questão do estacionamento, o que queria dizer ao Sr. Presidente é que da mesma forma que disse, e concorda plenamente, que os políticos não têm que



saber tudo, têm que ter, do seu ponto de vista, uma grande virtude, que é questionar, ouvir e tomar decisões, sendo essa a obrigação que têm. -----

Nesse ato, que é absolutamente importante, se lhe permite a sugestão, pensa que deveria questionar, ouvir e decidir que é perfeitamente possível e desejável que o estacionamento seja executado durante este período, até porque não há intempérie que valha, e não é ao Sr. Presidente, nem a si, mas a quem está no terreno, a não execução do estacionamento nem a questão dos fundos comunitários.-----

Tem é que ser comunicado e aceite que há uma determinada alteração, o que não se pode é executar aquilo que não está contratado, mas existem variadíssimos exemplos disto no concelho, que vieram a reunião de câmara para aprovar alterações. Lembra o mais recente, além deste pontão, o do pavilhão do Cevadeiro, em que o que foi lançado a concurso a seguir foi alterado, foi comunicado às entidades financiadoras, aceite e executado.-----

Deste modo, considera que a câmara municipal tem condições para o fazer, para pensar, refletir e executar devidamente em seu tempo. -----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo as intervenções e concluindo que o ponto é aprovado por unanimidade. -----


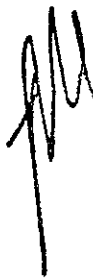
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº _____

Pelas 12h45, depois da discussão e votação do ponto 15 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
PAVIMENTO DA RUA DA SOCIEDADE – FONTE SANTA - VIALONGA -----

Interveio a munícipe, Srª Otília Pereira, referindo que o assunto que a traz à reunião de câmara é o mesmo que apresentou na última reunião em Vialonga, salvo erro em junho ou julho, sobre o pavimento da rua onde reside, a rua da Sociedade, na Fonte Santa, tendo nessa altura falado sobre as crianças deficientes que lá vivem.-----

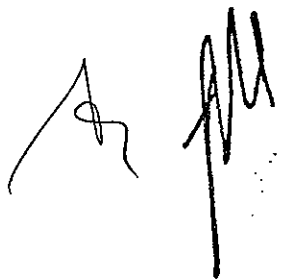
Sabe que o Sr. Presidente tem muita coisa para cuidar, mas na altura disse-lhe que ia ver o porquê do alcatrão ter sido levado para outra rua, pelo que gostaria de saber se já tem alguma coisa para lhe dizer.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo lembrar-se perfeitamente da intervenção da munícipe e de um outro munícipe, que também falou, tendo já pedido o orçamento para se avançar com a pavimentação da rua.-----

A câmara municipal vai tentar que no ano de 2015, quando o tempo permitir e se puder lançar a obra, a pavimentação da rua da Sociedade seja feita, e vai ser feita pelas razões sociais que os munícipes colocaram e pela análise que o próprio pediu. -----

A câmara municipal tem obras dessas às centenas para fazer, e como não as pode fazer todas, porque não há orçamento que chegue, tem que priorizar aquilo que acha ser mais urgente. -----

As questões que os munícipes colocaram na reunião de Vialonga não caíram em “saco roto”, na medida em que tratou internamente com os serviços, no sentido de saber o que era necessário fazer e quanto custava, e aquilo que pode dizer é que a câmara municipal vai avançar com essa obra em 2015. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
RECUPERAÇÃO DO HOSPITAL DE VIALONGA -----

Interveio a munícipe, Srª Otília Pereira, questionando se o Sr. Presidente tem alguma coisa prevista para o hospital de Vialonga, que está muito degradado, e é uma pena.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que tem alguma dificuldade em responder, mas vai dizer aquilo que pensa sobre o assunto. -----

Não sabe responder muito sobre esta matéria, gostava que um dia aquele espaço pudesse ter um aproveitamento, não sabe se como hospital, como uma unidade de cuidados continuados ou para outra coisa qualquer, para usufruto da população. Porém, é património do Estado, e é o Estado que de facto deverá decidir, apesar das insistências que a câmara municipal tem feito, porque tem referido em várias ocasiões a degradação em que o espaço se encontra, e pior ficou depois do incêndio, e que tem que se tomar uma decisão sobre aquela matéria. Por isso, aguarda que naturalmente o processo possa evoluir. -----



Aquilo que a câmara municipal pode fazer, no quadro das relações institucionais que tem com qualquer governo, é procurar encontrar soluções de parceria para um dia ali se poder vir a fazer alguma coisa. -----

Interveio a munícipe, referindo que se demorarem muito aquilo cai ao chão, e o importante era conseguir manter as paredes e os azulejos, e já foi levada parte dos azulejos. -----

Respondeu o Sr. Presidente que é bem provável, inclusivamente com o incêndio que houve, não sabe exatamente, tem que se fazer uma avaliação muito fina, para se perceber a situação do que ainda está edificado.-----

Há diversas situações, há casos de polícia, a quem deveria ser acometida a resolução das questões. A câmara municipal, num determinado momento, tapou todos os vãos, no entanto eles foram partidos e os roubos e o vandalismo continuaram. -----

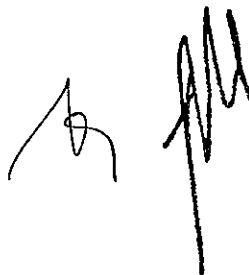
A questão dos azulejos é um processo que está a ser investigado pela Polícia Judiciária, não sabe o que vai dar, mas o que é um facto é que os azulejos já lá não estão, esse é que é o problema, tal como o sino e muitas coisas importantes já desapareceram.-----



O que lhe parece é que se deve ter a preocupação de, pelo menos, preservar a fachada do antigo hospital, já que o resto lhe parece difícil. Qualquer intervenção que a câmara municipal venha a ter tem que ter isso em linha de conta, mas não consegue dizer, a uma pergunta que foi feita muito objetivamente, “o que é que vão fazer ao hospital”, não sabe responder nesse momento, gostava mas não tem resposta.-----

Há outras coisas que se têm vindo a recuperar, com os arqueólogos e os técnicos da câmara municipal, aliás, o ano passado houve lá uma exposição que reflete exatamente o trabalho que foi feito. -----

É um património rico, que o município tem de preservar, e está a fazê-lo, não consegue é chegar a tudo e há coisas que também não são da sua competência.----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

PAVIMENTO NA RUA MORGADO DA PÓVOA – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio a munícipe, Srª Sofia Bernardo, em representação do estabelecimento Quadro Branco, dizendo estar pela primeira vez a apresentar um assunto que pensa que a administração do prédio já apresentou junto da autarquia. -----

O que se passa é que o pavimento na rua Morgado da Póvoa, junto ao prédio nº 2, há mais de 1 ano está abatido, o que faz com que durante as chuvas, junto à entrada do prédio, e nomeadamente junto à entrada do estabelecimento Quadro Branco, não se consiga passar, porque a água se acumula. -----

Recentemente, com as chuvas intensas, tinha uma "piscina" à entrada do estabelecimento, e os alunos tinham que molhar os pés para entrar. -----

Gostaria de saber o que é que se passa para aquilo não estar arranjado, porque é uma situação que tem mais de 1 ano, e cada vez está pior. Já em tempos, julga que há cerca de 2 anos, quando isto aconteceu pela primeira vez, a junta de freguesia colocou areias, porque fez literalmente um buraco, e no inverno do ano passado já se verificou a mesma situação.-----

Sabe que a administração do prédio tem solicitado que alguém vá lá ver, que se façam os arranjos, mas até à data não foram feitos, e a situação está muito complicada.-----

Gostaria que lhe esclarecessem a situação. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que não vai esclarecer grande coisa, vai é tentar perceber junto dos serviços porque é que essa situação não foi referida, questionando ainda se o estabelecimento Quadro Branco está situado na rua Morgado da Póvoa e se a morada que consta da ficha de inscrição é a da residência da munícipe.-----

Tomou a palavra a munícipe, confirmando, referindo ter indicado a sua morada para que futuramente, se a câmara municipal a quiser contactar, o faça para essa morada, porque o estabelecimento Quadro Branco não tem caixa postal, pelo que, para futuras cartas, é essa a morada para contacto. -----

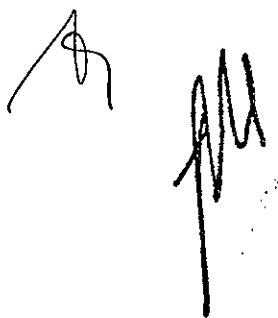
Terminou, fazendo a entrega ao Sr. Presidente de uma fotografia do local, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata.-----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Agradece que a munícipe tenha vindo forçar e insistir, é assim que tem que ser, quando a câmara municipal não faz as coisas em tempo oportuno, é bom que as pessoas recordem que há coisas que estão por realizar, não é por menor consideração, é porque às vezes não consegue lá chegar, como gostaria, em tempo útil. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

RUA JOÃO LOPES RAIMUNDO - RELVA POR CORTAR – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio a munícipe, Srª Margarida Henriques, informando que mora na Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria, foi no passado mês de outubro à reunião pública da junta de freguesia para tentar resolver a situação, e entretanto enviou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa a documentação tendente a resolver o assunto. -----

Nas traseiras da rua José Maria Duarte, ou seja, na rua João Lopes Raimundo, a seguir à piscina, e até ao fim da rua que não tem saída, a relva, que parece um prado, está por cortar desde abril ou maio deste ano, tendo sido um “drama” no verão, com a bicharada. Desde maio ou junho que anda a enviar e-mails para a junta de freguesia e para a câmara municipal, é um “chutar” de e-mails de um lado para o outro. Respondem-lhe que vão resolver, mas continua a mesma situação, só se consegue passar no passadiço porque tem havido moradores que têm cortado a relva. -----



A situação é inaceitável, cortam a relva à volta em todo o lado e ali a relva não é cortada, nem nas ruas por baixo da piscina. -----

Na reunião de junta foi informada que aquela zona não pertence à junta de freguesia mas, com um protocolo novo que foi feito, que pertencia à câmara municipal. Deste modo, pergunta se são moradores de terceira ou quarta, ou se aquilo é “terra de ninguém”. O que é que se passa? Considera que aquilo é realmente inaceitável. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que aquilo não pode ser uma “terra de ninguém”, tem de ser uma terra de alguém. Parece que é, mas vai ter de deixar de parecer. -----

Não sabe se o Sr. Vice-Presidente tem alguma informação sobre essa matéria que possa ajudar nesta reflexão. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo ter pedido à Arqtª Catarina Conde, Chefe da Divisão de Ambiente, para ficar com o contacto da munícipe para depois lhe ligar, no entanto pretendia dar conta que todos os municípios, mas os de Vila Franca de Xira muito em concreto, estão muito preocupados com vastas zonas que deveriam ser zonas verdes e já rececionadas por parte do município. Contudo, em

virtude de razões muito diversas, ou porque o urbanizador faliu, ou porque desapareceu, ou porque não concluiu as coisas convenientemente e a câmara municipal não as pode receber, a verdade é que há um conjunto de áreas, das quais a que foi referida, que, não é que seja uma “terra de ninguém”, mas sob o ponto de vista jurídico, da capacidade de intervenção da câmara municipal, efetivamente está ainda na posse do urbanizador. No caso em concreto da Póvoa de Santa Iria tem algumas dificuldades acrescidas, porque o urbanizador era uma pessoa que entretanto já morreu, e há uma série de problemas juridicamente complicados com aquele património. -----

De qualquer das maneiras, tem-se andado a fazer uma reflexão para tentar que sob o ponto de vista jurídico essas zonas que ainda não são da câmara municipal, possam vir a ser tratadas, no caso, pela câmara municipal, e essas que são normalmente até grandes extensões que não têm tratamento, em princípio não passarão para as juntas, ficarão com a câmara municipal, logo que consiga intervir nelas. -----

A legislação não é fácil sob o ponto de vista de acautelar a competência para a intervenção da câmara municipal, mas está a ser feita uma reflexão nesse sentido, e por vezes consegue-se, em articulação com as juntas, fazer uma desmatização. No entanto ainda está longe do que se pretende, que é que aquilo seja uma zona verde, que era o que estava previsto há muito tempo atrás, e que por incapacidade, ou por razões diversas por parte do urbanizador, não as concluiu e, portanto, não as entregou, não sendo ainda aquele terreno da câmara municipal. ---

Registou a intervenção da munícipe e vai ver no concreto, porque o que a câmara municipal faz muitas vezes é notificar os urbanizadores sobre o processo, e eles às vezes, ou os seus representantes intervêm, mas nem sempre acontece. -----

O assunto está levantado e, enfim, espera que mais tarde ou mais cedo haja uma solução jurídica, para esse e para outros casos que preocupam o executivo municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo desculpa em interromper, mas a câmara municipal tem é que, enquanto se resolve e não resolve, ir desmatar o local.-----

O que o Sr. Vice-Presidente disse é real, é uma situação que existe um pouco em todo o concelho, o que acontece também é que, em algumas circunstâncias, vai



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

demorar anos a resolver, pelo que aquilo que sugere ao Sr. Vice-Presidente é que dê instruções aos seus serviços para ir desmatar o local, e depois logo se verá como se há de resolver o resto.

Interveio de novo a munícipe, dizendo que na relva, sendo aquilo “terra de ninguém”, como disse, é curioso que aconteçam lá as coisas mais caricatas que se podem imaginar. Julga que praticamente todos os presentes têm carta de condução e que na relva é proibidíssimo estacionar, mas este ano surgiu num pedaço da relva, plantados a cimento, um sinal de início de estacionamento proibido e outro de fim de estacionamento proibido.-----

Aquilo é terra de ninguém para tratar, mas depois aparecem assim estas coisas, que a intrigam imenso e que gostaria de perceber o porquê, porque é o dinheiro dos contribuintes, os sinais são pagos com o dinheiro todos, destas situações acontecerem num sítio daqueles. Se fosse na parte do passeio, não dizia nada. agora na relva! Tem consigo fotografias que enviou para a câmara municipal, mas pode facultar outra vez, porque realmente aquele sinal ali é inacreditável. -----

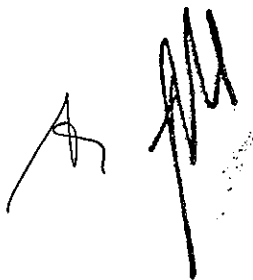
Respondeu o Sr. Presidente que são coisas bizarras da vida, que às vezes acontecem, e não sabe se têm explicação. -----



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a Arqtª Catarina Conde irá falar com a munícipe, para esta indicar bem o sítio. Se a viatura ainda tiver matrícula, tem um procedimento administrativo conexo, e a câmara municipal acompanhará o processo. -----



O Sr. Presidente agradeceu as intervenções dos munícipes, referindo que quando quiserem colocar alguma questão podem voltar a fazê-lo em reunião de câmara ou numa sessão da assembleia municipal. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA AML – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) – ABERTURA DE PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1629/14, de 24/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da abertura do procedimento de aquisição de serviços para o fornecimento de energia elétrica em baixa tensão normal (BTN) e em baixa tensão especial (BTE), a desenvolver ao abrigo do Acordo-Quadro celebrado pela Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), com o preço base de 185 835,00€, acrescido do IVA, distribuído pelos Lote 1 (Baixa Tensão Especial), com o preço base de 127 285,00€ e prazo de 6 meses, e Lote 2 (Baixa Tensão Normal), com o preço base de 58 550,00€ e prazo de 12 meses, bem como das peças de procedimento, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1629/14, de 24/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que nos dados que foram fornecidos aos membros da CDU, na pesquisa que o próprio fez em toda a informação, a única coisa que vê é a potência contratada e os consumos. Na baixa tensão especial - BTE é por 6 meses, na baixa tensão normal - BTN é por 12 meses, e o que gostaria era de um esclarecimento, se for possível, se não for, que seja noutra reunião ou que se faça chegar ao gabinete dos vereadores da CDU. -----
Na baixa tensão normal são vários serviços, diria até várias instituições, pelo que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **113**

Reunião de 2014/12/03

Procº 32/14 DOVI-PS

Deliberação nº _____

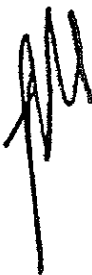

admite que aí não possa ser, porque são muitos, apesar de que pode ser. Agora, na baixa tensão especial, os 127 285,00€, neste lote 1, têm a ver com a EB1 do Sobralinho e a Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, e nestas duas situações gostariam de saber, dos 127 285,00€, o que é que gasta a Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira e o que é que gasta a EB1 do Sobralinho. -----

Esta é a questão fulcral, porque são só duas instituições, dois serviços, e é fácil, pois os outros são mais. Se se puder dar a informação em todos é melhor, mas admitem que não. Agora, nesta questão os membros da CDU gostariam de saber, além da potência contratada e do consumo, o que é que cabe à biblioteca e o que é que cabe à EB1 do Sobralinho. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que crê que se tratam ainda de estimativas, de qualquer das maneiras o Sr. Vereador António Oliveira poderá acrescentar alguma informação. -----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, dizendo que pegará na sugestão do Sr. Vereador Aurélio Marques, e que, logicamente, dada a complexidade deste processo, fará chegar aos dois gabinetes a descrição que o Sr. Vereador mencionou. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----





Assunto: APOIO FINANCEIRO MUNICIPAL À JUNTA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA PARA REQUALIFICAÇÃO DA FONTE DO FARROBO E AQUISIÇÃO DE ELEMENTOS DECORATIVOS DE NATAL-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/12/02, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte de ata, para atribuição de um apoio financeiro municipal à Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, no montante total de 11 338,54€, destinado a compartilhar a requalificação da Fonte do Farrobo, no valor de 3 498,00€, e a aquisição de elemento decorativo de Natal “Ilha do Trenó”, no valor de 7 840,54€, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que pensa que a situação deste ponto já foi explicada, houve uma alteração à proposta inicial, e caso o assunto não viesse hoje a reunião de câmara, atrasava desnecessariamente. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.--



Fl. Livro _____

Fl. Ata 115

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 819/14, de 26/11, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2014/11/12 e 2014/11/25, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 819/14, de 26/11, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo que na relação dos despachos do Sr. Presidente há uma comunicação prévia para habitação e estacionamento, que tem a ver com a Sociedade de Construção Gameiro & Filhos, na Malvarosa, e não sabe se o Sr. Presidente poderia explicar o que é esta habitação e estacionamento, se é para a empresa, porque tem algumas dúvidas. ---
O Sr. Presidente interveio, dizendo ao Sr. Vereador que, se bem se recorda, veio a reunião de câmara uma pequena alteração do loteamento, que tinha a ver com a necessidade de acrescentar um piso de estacionamento, e esta questão vem nessa sequência. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 15 DO LOTEAMENTO PANASQUEIRA I – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 356/14, de 28/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 15 do loteamento Panasqueira I, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2013-AUGI, de 31/07, requerido por José Bunheira da Silva. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 356/14, de 28/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 44 DO LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO – VIALONGA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 351/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 44 do loteamento Casal do Freixo, em Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Lusbéia da Conceição Marques Conde Reduto.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 351/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 118

Reunião de 2014/12/03

Procº 53/14 CERTAUGI

Deliberação nº 771

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 99 DO LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO – VIALONGA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 353/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 99 do loteamento Casal do Freixo, em Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Laurentino Soares dos Santos, cabeça de casal da herança de Maria Clemente Soares. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 353/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 100 DO LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 352/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 100 do loteamento Casal do Freixo, em Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Laurentino Soares dos Santos, cabeça de casal da herança de Maria Clemente Soares.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 352/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 102 DO LOTEAMENTO FONTE SANTA – VIALONGA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 355/14, de 05/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 102 do loteamento Fonte Santa, em Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2011-AUGI, de 23/03, requerido por Arménio António Figueiredo.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 355/14, de 05/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 106 DO LOTEAMENTO FONTE SANTA – VIALONGA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 349/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 106 do loteamento Fonte Santa, em Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2011-AUGI, de 23/03, requerido por Maria de Jesus Correia Veiga Pinto. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 349/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 39 DO LOTEAMENTO PANASQUEIRA I – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 350/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 39 do loteamento Panasqueira I, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2013-AUGI, de 31/07, requerido por José Vicente dos Santos Reis. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 350/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 169 DO LOTEAMENTO CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 354/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 169 do loteamento Casal do Álamo, em São João dos Montes, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 5/2013-AUGI, de 20/09, requerido por Manuel do Rosário Pires Dias. -----

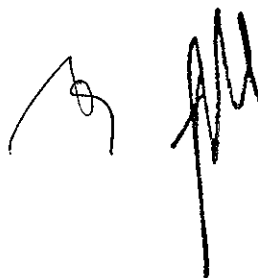
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 354/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 182 DO LOTEAMENTO CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 348/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 182 do loteamento Casal do Álamo, em São João dos Montes, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 5/2013-AUGI, de 20/09, requerido por Rui Pedro Martins Roque, cabeça de casal da herança de Manuel Roque. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 348/14, de 03/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 86 DO LOTEAMENTO ENXORDEIROS – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 347/14, de 10/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 86 do loteamento Enxordeiros, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2012-AUGI, de 27/06, requerido por Alberto Antunes Martins. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 347/14, de 10/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: RETIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DOS ENXORDEIROS, TITULADO PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/2012AUGI, DE 2012/06/27 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 202/14, de 14/11, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da retificação da operação de loteamento dos Enxordeiros, em Alverca do Ribatejo, e consequente aditamento ao alvará de loteamento nº 1/2012AUGI, de 2012/06/27. -----

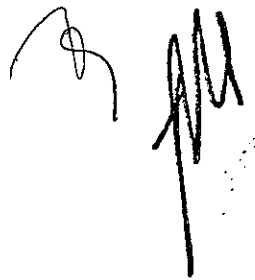
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 202/12, de 14/11, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO APEADEIRO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – CONTA FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1624/14, de 24/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada da reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Apeadeiro, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----

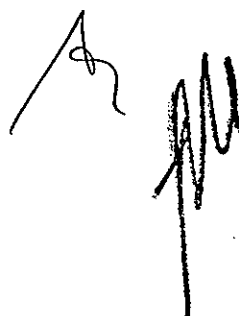
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1624/14, de 24/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

- 
1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA DE SANTA IRIA PARA ESPAÇO CULTURAL – CONTA FINAL -----

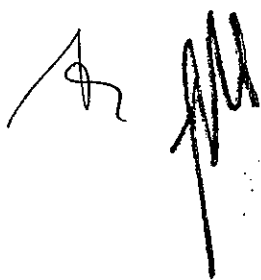
 2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1621/14, de 21/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de adaptação do edifício do mercado da Póvoa de Santa Iria para espaço cultural, adjudicada ao consórcio Constrope-Congevia, Engenharia e Construção, SA/Gigabeira – Instalações Especiais, Lda. -----

 3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1621/14, de 21/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

 4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

 5. Disposições legais aplicáveis: -----

 6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que gostaria de chamar a atenção que, à época, se não está enganado, em 12/05/2014, a obra foi concluída. Pensa que houve um total de 445 dias de desvio e foram aprovados 7 desvios de prazo. -----
Quando foi aprovada esta receção, ficou por decidir se o empreiteiro seria responsabilizado ou não por este atraso. Agora é presente este documento, e os membros da Coligação Novo Rumo não têm nenhuma informação, sendo que recorda que ainda no ponto anterior, do rio Grande da Pipa, vem escrito no documento que a câmara municipal não vai pedir nenhuma responsabilidade ao empreiteiro. Contudo, recorda que ainda não veio a reunião de câmara nenhuma informação sobre a decisão que foi tomada sobre o Centro de Saúde de Alhandra e o pedido de responsabilidade ao empreiteiro. -----
Assim, ou se toma a mesma decisão para todos, e aí, “doa a quem doer”, não há nenhum problema, ou então a câmara municipal poderá ser acusada de ter várias decisões, para vários casos, de acordo com um conjunto de critérios, que o próprio,



pessoalmente, não conhece quais são.-----


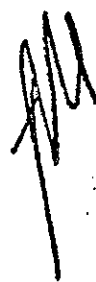
Desta forma, gostava de saber qual é o ponto em que se fica face a esta matéria, face ao futuro, porque este assunto já foi falado variadíssimas vezes, e que o próprio saiba não há nenhuma decisão até ao dia de hoje, mas gostava de a conhecer.-----

O Sr. Presidente tomou a palavra, referindo que só ouviu a parte final da intervenção do Sr. Vereador Rui Rei, de qualquer modo, pensa que se tomou uma decisão, relativamente ao centro de saúde, precipitada, tendo em vista as dificuldades que se foram apanhando a seguir.-----

Pese embora os problemas que houve no centro de saúde e no Jardim de Infância do Bom Sucesso, em que era a mesma empresa que estava na altura em obra, e a pressão da necessidade de se cumprirem prazos foi muita, as reuniões foram bastantes, nas quais participou, considera que, efetivamente, tendo em vista esta obra em concreto que se está a analisar, é uma situação incomparável, porque o centro cultural, que se vai inaugurar na sexta-feira, só foi possível porque, efetivamente, a câmara municipal fez o que próprio costuma referir, "levou a obra ao colo", senão não era possível.-----

Foi a câmara municipal, os técnicos e toda a gente que andou envolvida no processo, que era absolutamente inacreditável, e houve outras obras também depois disso. Por isso, pensa que é de toda a justiça tomar uma decisão de cancelar e revogar a decisão que se tomou relativamente ao Centro de Saúde de Alhandra, porque é da mais elementar justiça, em comparação com tudo o que apareceu depois disso. É o que pode responder, e é aquilo que pensa, depois de refletir muito sobre as tomadas de posição que se tomaram numa altura, e não se estão a tomar noutra, porque se se tomassem noutra, era a falência do processo e inviabilizar, apesar de tudo, a conclusão das obras.-----

Está-se a atravessar um momento muito difícil em termos económicos, do país, e tiveram que se encontrar soluções absolutamente excecionais para que as obras terminassem, porque senão não terminavam mesmo, com prejuízo para todas as pessoas. Desta forma, entendeu-se que se deveriam encontrar as soluções possíveis, imaginativas e dentro de um quadro legal já com alguma elasticidade, para que as coisas pudessem chegar ao fim.-----



 

Esta adaptação deste edifício para centro cultural foi uma obra muito sofrida, imensamente sofrida, mas o que era importante era pô-la a trabalhar, a funcionar, e é o que vai acontecer a partir do dia 5 de dezembro. -----

Aquilo que propõe é que, em próxima reunião de câmara, se traga uma proposta de revogação da decisão que se tomou relativamente ao Centro de Saúde de Alhandra, e fechar este processo, pois parece-lhe extremamente injusto o que foi feito. -----

Em abono da verdade, se se fez para aquela situação, dever-se-ia ter feito para as outras que se seguiram, e, pelas razões que já referiu, entendeu-se que não se deveriam tomar essas mesmas atitudes, pois era a falência completa, o fecho da empresa, e a não concretização da obra. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO –
NOMEAÇÃO DO NOVO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1619/14, de
21/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da nomeação da Engª Cristina Monteiro para
a função de coordenadora de segurança em obra, a partir do dia 2014/12/05, da
empreitada de execução da Escola Básica do 1º ciclo do Sobralinho, bem como da
emissão de declaração de nomeação da coordenadora de segurança em obra,
acompanhada de declaração de aceitação subscrita pela mesma. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1619/14, de 21/11, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – FASE 4A – VIALONGA – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1622/14, de 21/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data de conclusão dos trabalhos da empreitada de execução do Parque Urbano da Quinta da Flamengo – Fase 4ª, em Vialonga, até ao dia 2015/01/10, sem encargos para o dono de obra e sem aplicação de multas ao empreiteiro, SCAMPIA, Engenharia, Lda, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com a referida data que foram apresentados pelo empreiteiro, aos quais o mesmo fica vinculado, assim como da decisão de não aplicação da sanção contratual prevista no artigo 403º do Código dos Contratos Públicos e no contrato da empreitada, não resultando qualquer prorrogação do prazo contratual.-----

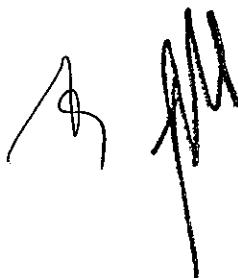
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1622/14, de 21/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: RECARGAS DE PAVIMENTOS 2014 – CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA -----


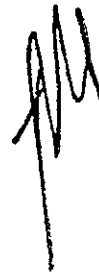
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1598/14, de 24/11, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada das recargas de pavimentos 2014 no concelho de Vila Franca de Xira, até ao dia 2015/01/14, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com o referido prazo, apresentados pelo empreiteiro, Construções Pragosa, SA, ficando este vinculado a esses documentos, não havendo lugar à aplicação da sanção contratual prevista no artigo 403º do Contrato dos Contratos Públicos. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1598/14, de 24/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A Srª Vereadora Margarida Cavaleiro interveio, referindo que os membros da CDU gostariam de colocar uma situação que presumem possa ter a ver com outras, no entanto tem a ver com a observação do que se passou na rua da Aviação, em Alverca do Ribatejo, em que verificam, mais uma vez, que foi feita a sobreposição do novo piso sem previamente fresar o piso existente. Esta estratégia de intervenção acaba por provocar alguns problemas, pensam que não é realmente a mais adequada, e que a intervenção devia ser mais de fundo, para a obra ter o resultado ideal, ou melhor. -----
Um dos problemas que advém deste tipo de estratégia é que os sumidouros ficam muito rebaixados em relação ao piso final, à cota de piso final, e acabam por se constituir com algum perigo, e até como barreiras arquitetónicas indesejáveis. -----

A propósito de repavimentação, e porque também é perto da rua da Aviação, não podem deixar de manifestar a indignação que têm com o que se está a passar no arranjo da praça da Cabine, que foi resultado do orçamento participativo de 2011, uma obra recentíssima, que está neste momento a ser partido para ser repavimentado, em virtude da nova obra do orçamento participativo, neste caso de 2013, que pretende fazer uma ligação pedonal entre o jardim e a estação.-----

Já agora lançam ainda a curiosidade, do porquê do traçado desta ligação ser tão sinuoso pela cidade. Julgaram que a ligação pedonal jardim/estação tivesse um intuito funcional, mas o traçado, como está a ser colocado, terá certamente um objetivo mais turístico ou contemplativo, porque realmente dá uma grande volta pela cidade, o que estranham, dados os percursos que se pretendem ser rápidos e eficazes para todos, ainda mais quando se pretende que sejam acessíveis. -----

As questões são estas, e, em relação à praça da Cabine, consideram que a câmara municipal não se pode dar ao luxo de fazer uma obra em 2011/2012, para se estar em 2014 a partir, porque afinal os passeios têm que ser rebaixados. Portanto, idealmente, se se quer ter uma cidade acessível, as obras já devem contemplar as normas de acessibilidade, sejam quais forem. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo registam que as recargas de 2014 afinal são recargas de 2015, e votarão contra, a exemplo do que fizeram no passado, e registam que, comparando a qualidade, esta empresa não deixa nunca a câmara municipal ficar mal, porque as obras são concluídas, mais não seja, no ano a seguir ao ano em que foram contratadas. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que regista a ironia, e que há matérias que já se tinha referido que se têm de melhorar, pois as recargas não podem ser feitas nesta altura. É uma matéria com que a câmara municipal se debate, e o Sr. Vereador António Oliveira já está a tratar para que o procedimento e tudo o que é necessário para o lançamento do concurso se iniciem no primeiro trimestre, no sentido das recargas não se fazerem numa altura de inverno, com a pluviosidade e as dificuldades que isso acarreta. -----

Quanto às questões colocadas pela Srª Vereadora, estava convicto que todas as vias eram fresadas. Neste sentido pergunta ao Sr. Vereador António Oliveira se tem alguma indicação em contrário, e pede-lhe para explicar. Quanto à praça da

A

AM



Cabine, o Sr. Vice-Presidente poderá esclarecer. -----

O Sr. Vereador António Oliveira tomou a palavra, informando que em relação à rua da Aviação a indicação que tem é que em todas as artérias é feita a fresagem antes da colocação do betuminoso, e os sumidouros vão ser subidos à cota, não ficam onde estão.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, esclarecendo que à partida a eliminação das barreiras arquitetónicas não inclui a passagem da praça da Cabine, mas já pediu para se ir verificar o que se passa, pois pode ser alguma outra intervenção. Não é esta, do orçamento participativo, mas já se irá verificar, e pode ser que entretanto, durante a manhã, ainda tenha alguma informação para dar.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que com estes esclarecimentos passará à votação, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que com os votos favoráveis da CDU e do PS, e os votos contra da Coligação Novo Rumo, o ponto é aprovado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1634/14, de 24/11, do DOVI/DOVI, para aprovação dos documentos referentes ao desenvolvimento do plano de segurança e saúde, que consiste no plano de prevenção específico relativo à abertura e fecho de valas e no plano de sinalização temporária, da empreitada da regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Oliveiras - Engenharia e Construção, SA. -----


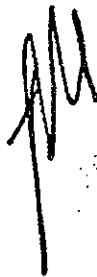
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1634/14, de 24/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM NÍVEL DE BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), EM REGIME DE MERCADO, DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – ADJUDICAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1611/14, de 21/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do relatório final de análise de propostas, elaborado pelo júri do procedimento, com proposta de adjudicação à EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA, pelo valor de 1 499 681,75€, acrescido do IVA, com o prazo de 12 meses, com início em 1 de janeiro de 2015 e termo em 31 de dezembro de 2015, da aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica, em nível de baixa tensão normal (BTN), em regime de mercado, do sistema de iluminação pública do município, assim como a exclusão das propostas dos concorrentes GALP Power – Energia, SA e ENDESA Energia, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1611/14, de 21/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 138

Reunião de 2014/12/03

Procº GAMA.E.OLAB.004

Deliberação nº 787

1. Assunto: MERCADO ABASTECEDOR – FUNCIONAMENTO NOS DIAS 23 E 30 DE DEZEMBRO DE 2014-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 214/14, de 20/11, do GAMA.E, para aprovação do funcionamento do mercado abastecedor nos dias 23 e 30 de dezembro de 2014, em substituição dos dias 24 e 31 de dezembro de 2014, tendo os vendedores e os compradores do mercado demonstrado disponibilidade para a realização desta alteração. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 214/14 de 20/11, do GAMA.E, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: MERCADOS RETALHISTAS DE ALHANDRA E VILA FRANCA DE XIRA –
FUNCIONAMENTO AO SÁBADO DE TARDE DURANTE O MÊS DE DEZEMBRO DE 2014

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 212/14, de
17/11, do GMAE, para aprovação do funcionamento dos mercados retalhistas de
Alhandra e Vila Franca de Xira, ao sábado, no período da tarde, até às 19h00,
durante o mês de dezembro de 2014.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 212/14, de 17/11, do
GMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo
Rumo congratulam-se que finalmente os mercados vão poder funcionar ao sábado,
no período da tarde, até às 19h00.-----
O Sr. Presidente interveio, esclarecendo que é só no período de dezembro.-----
Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que é para dezembro, mas espera que
se ganhe o balanço, para que os comerciantes que querem que o mercado esteja a
funcionar possam continuar a funcionar, exatamente nas alturas em que os
cidadãos estão lá para adquirir os seus produtos, pois não vale a pena ter, em
muitos casos, espaços abertos, quando às vezes as pessoas não estão lá para os
adquirir.-----
Portanto, congratula-se com este facto, e espera que a adesão seja grande e que
motive o maior aproveitamento dos mercados.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente.-----

A [assinatura]

Fl. Livro _____

Fl. Ata **140**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 367/14, de 26/11, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2014/11/10 e 2014/11/21. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 367/14, de 26/11, do DGAFJ/DRH e mapa, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ---

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, dizendo que na relação de despachos há duas ações, e os membros da CDU gostariam de saber sobre a última, uma licença sem remuneração por 330 dias, que teve indeferimento, em que gostariam de saber quais as razões que levaram a isso. -----
Fala só no ato, não está a nomear, pois nem sabe quem é a pessoa, mas pergunta quais as razões para que não fosse aceite, que possivelmente é porque fazia falta ao serviço. -----
O Sr. Presidente interveio, referindo que é justamente isso. A câmara municipal, no limite, depois da análise, tenta ir ao encontro daquilo que os trabalhadores pedem, mas às vezes é absolutamente difícil. Portanto, é com pena, mas a pessoa em causa faz falta e não se pode dispensar nesta altura. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Deliberação nº



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 142

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados, pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2014/11/13 e 2014/11/26, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----


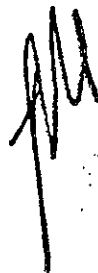
3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----22 684 409,54€
Dotações não Orçamentais-----1 884 681,44€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais-----4 173 813,46€
Dotações não Orçamentais-----644 938,01€

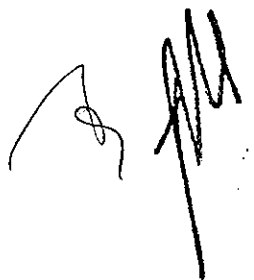
3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento, -----



1. Assunto: DEVOLUÇÃO DE APOIO RECEBIDO RELATIVO AO PROCESSO Nº 017/CEI+/12 DO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP)-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 117/14, de 12/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da devolução do valor de 581,20€, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), relativo ao processo nº 017/CEI+/12, resultante do diferencial entre o valor transferido e o valor comparticipado por aquela entidade. -----



3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 117/14, de 12/11, do DGAFJ/DRH, e ofício com a refª nº 1410460, de 04/11/2014, do IEFP, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: PROJETO DE REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E PREÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2015 – CONSULTA PÚBLICA -----



2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 145/14, de 21/11, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação do projeto de regulamento e Tabela de Taxas e Preços da Câmara Municipal para 2015, e posterior submissão a apreciação pública, nos termos do artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 145/14, de 21/11, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, começando por fazer uma intervenção um pouco mais detalhada sobre as alterações do documento.-----
Quanto às alterações ao regulamento, e ao artigo 9º, que são as isenções das reduções, os membros da CDU não têm nada a objetar, pensam que foi mera melhoria de conteúdo do texto, que ficou mais completo.-----
Sobre o artigo 10º, isenções e reduções específicas, consideram importante a isenção das crianças até aos 11 anos, no que respeita ao barco varino Liberdade. ---
No artigo 15º são também melhorias de conteúdo, e pensam que se justificam. ----
Quanto ao artigo 21º, sobre os agravamentos, a situação é a mesma.-----
Quanto às taxas, e ao artigo 2º, relativamente à taxa de urgência do corte ou condicionamento de trânsito, vai para o dobro do valor que já existia, numa situação normal, e a prorrogação é também para o dobro, por dia ou fração. A taxa de urgência já existia, tinha que ser requerida até 2 dias úteis, embora não



tivesse qualquer verba, mas reduziu-se e sistematizou-se esta questão, que passa a ser de 4 dias. -----

Admitem que possa pôr alguma ordem, pois se calhar as pessoas, como não pagavam nada, levavam tudo para o último dia, e é talvez até pela confusão, exagero e dificuldades para os serviços. Contudo, devem questionar o porquê do dobro, pois há de haver possivelmente uma justificação. -----

Quanto ao artigo 10º, a alteração poderá ser até por imperativos do Decreto-Lei nº 310/02, concretamente no 4.4, que é a retirada de licença de exploração. -----



No artigo 29º trata-se do que já discutiram recentemente em reunião de câmara, a questão dos resíduos sólidos, que deixam de constar, e que ficarão, como já foi falado, noutra situação. -----

O artigo 32º tem a ver com o barco varino, e além da questão das crianças, há a retirada, e bem, na opinião dos membros da CDU, do valor por hora para além do anteriormente previsto. Portanto, o artigo reporta-se ao período das 3 horas de visita ao barco. -----

No que respeita à secção XI, artigo 49º, jangada cultural, já foi suprimida da tabela de taxas a referência à jangada cultural. Consideram que está bem que seja retirada, porque a jangada cultural, como todos sabem, não funciona, mas também pensam que seria interessante que o executivo socialista tivesse uma “palavrinha”, que não diz de “mea culpa”, pois nem é católico praticante, mas assumindo esta situação da jangada, que não foi uma coisa de interesse para os munícipes do concelho, onde se gastaram entre 200 000,00€ ou 250 000,00€. -----

Portanto, ficaria bem às vezes assumi-lo, e o próprio nunca ouviu a câmara municipal, mas pode estar enganado. É evidente que não é do tempo do Sr. Presidente, que era vice-presidente, e por isso também é coautor desta situação. Sabe que o executivo não vai fazer isso, mas não deixa de o dizer, porque a crítica é salutar e a autocritica também. Contudo, pode ser que um dia o Sr. Presidente e o seu executivo o surpreendam, assumindo que realmente a jangada foi uma coisa que deu prejuízo ao município. -----

Os membros da CDU já levantaram algumas vezes a questão das condições de alguns equipamentos, dos balneários com espaço reduzido, das quantidades de chuveiros que eram necessárias a mais, bem como a manutenção dos próprios

Fl. Livro _____

Fl. Ata **147**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

equipamentos. Não vai especificar, a questão já foi levantada muitas vezes, em períodos da ordem o dia e antes da ordem do dia. Noutros tempos levantaram sempre a questão de que consideram, como é evidente, pois respeitam quem não pense isso, que alguns equipamentos têm taxas que deviam ser revistas ou reduzidas, como por exemplo as piscinas e os pavilhões.-----

Por fim, e já o poderia ter dito no início, mas os últimos são os primeiros, poderá dizer que não há aumentos de taxas, tirando aquela nova criação de taxa para o dobro.-----

Portanto, congratulam-se em não ter havido aumentos, o que têm defendido derivado à situação de crise que continua, sendo que ainda na última discussão da tabela de taxas dos SMAS focaram estas situações e a crise. -----

Atendendo a isso, vão abster-se na votação. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo votarão a favor do envio do documento para consulta pública. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, informando que este é um documento que veio justamente a reunião de câmara para apreciação, para uma discussão mais ampla em termos de discussão pública, tendo o executivo PS a preocupação de adequar o regulamento às necessidades reais que hoje se têm. -----

A questão dos condicionamentos de trânsito era um abuso, e é um abuso as pessoas, em cima do acontecimento, estarem a exigir um condicionamento de trânsito para o mesmo dia, o que até já aconteceu. Portanto, tem que se encontrar alguma forma de terem outro comportamento, e a forma é terem de pagar mais, até porque os técnicos têm de interromper tudo o que estão a fazer para acudir àquele processo, o que também tem custos, e vai prejudicar as outras tarefas que estavam a fazer anteriormente. -----

Acredita que vai ser uma ação moralizadora, no sentido de que todos aqueles que intervêm no espaço público possam efetivamente fazer as coisas a tempo e horas, e é isso que se tem em linha de conta. -----

Por outro lado, há matérias que lhe parece que fazem todo o sentido, como a do barco varino, pois são questões de segurança, e têm que se contemplar. Apesar das crianças serem isentas de pagar até aos 11 anos, se forem muitas a lotação só dá até 40, e não pode ser mais. -----

[Handwritten signature]

Quanto à jangada cultural, não o surpreende coisa nenhuma, e a única coisa que pode dizer é que o executivo PS já fez milhares de coisas ao longo dos anos. Em 90 e tal por centro todas bem, o que não quer dizer que algumas não tenham corrido tão bem. Este processo correu mal, desde logo pelo facto de terem roubado os motores da jangada, sendo absolutamente indescritível como é que aquilo aconteceu, numa zona em que, apesar de tudo, passa gente.-----

O que é um facto é que a jangada ficou impossibilitada para o seu objeto, que era andar pelo rio, poder ser usufruída por quem quisesse alugá-la, e sobretudo para que a câmara municipal, ou qualquer outra entidade, pudesse dela usufruir. Foi concebida para isso, não resultou, e agora não tem sentido, de facto, continuar a “flutuar” nesta tabela de taxas, de maneira que o melhor é retirá-la, e foi isso que aconteceu. -----

Portanto, não sabe se surpreendeu o Sr. Vereador Aurélio Marques, mas é o que pode dizer sobre a matéria. -----

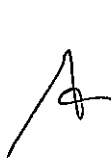

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo que não põe em causa a afirmação do Sr. Presidente, de que 90% das coisas o PS fez bem. -----

O Sr. Presidente interrompeu, dizendo que foram 99%. -----

O Sr. Vereador continuou, referindo que talvez fossem 99,99%, não vai questionar isso, não tem as percentagens para o dizer, mas é evidente que muitas dessas decisões também tiveram o contributo da CDU e da outra oposição. Além daquilo que votam, dos pontos que trazem para a discussão e que pedem para discutir, também poderia dizer que em 90% ou 80% dos casos estão automaticamente de acordo com as ordens do dia.-----

O Sr. Presidente falou que a razão da situação da jangada cultural era a dos motores, essa foi também uma razão, mas os motores não são tudo, porque mesmo antes, quando tinha motores, e pode estar enganado, mas pensa que não, relativamente à utilidade que teve a jangada, dirá que em percentagem era capaz de ser 0,0 qualquer coisa.-----

A jangada era feita para o turismo, sim senhor, e acham bem ir para o rio, mas lembra-se, quando foi inaugurada, salvo erro na Semana da Cultura Tauromáquica, há 2 anos, que foi lá tocar uma banda, e se aquilo fosse para as bandas que há por aí, possivelmente, com o microfone e essas coisas, elas nem



gostariam muito de ir ali para a jangada. Contudo, isso vale o que vale. -----

A intenção do executivo socialista poderia ter sido boa, os membros da CDU contestaram essa situação, o tempo veio dar-lhes razão, mesmo com a justificação do roubo dos motores, porque antes do roubo ela também não funcionava, nem ia funcionar. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que pensa que já se esclareceram as questões, e sobre esta matéria não vai adiantar mais nada. -----

Por isso, o ponto é aprovado para envio a discussão pública, com a abstenção da CDU, e virá noutro momento. Não referiu, e também devia tê-lo feito, que o executivo PS acompanha as preocupações da CDU de, numa situação de dificuldade social que se atravessa, não se justificar estar a aumentar a tabela. ----
Sobre a água, poder-se-á falar noutra altura, pois tem outros contornos diferentes.

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS REFEITÓRIOS MUNICIPAIS – MINUTA DO CONTRATO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 430/14, de 18/11, do DGAFJ/DPFCO/SCCP, para aprovação da minuta do contrato referente à contratação de serviços de confeção e fornecimento de refeições nos refeitórios municipais, no valor de 441 600,00€, adjudicada à ICA – Indústria e Comércio Alimentar, SA.-----

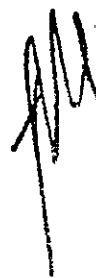
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 430/14, de 18/11, do DGAFJ/DPFCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
O Sr. Vereador Ernesto Ferreira interveio, referindo que aquilo que leva os membros da CDU a votarem contra não é a empresa em si, tem a ver com o princípio que defendem, e segundo o que lhes consta, o serviço que tem sido prestado ao longo dos anos, desde que a cantina passou a ser gerida por empresas exteriores à câmara municipal, não é o melhor, pelo menos daquilo que gostariam. O voto contra vai nesse sentido, não em relação à empresa A ou B, mas entendiam e continuam a entender que o refeitório municipal devia ser explorado pela câmara municipal. -----
Provavelmente neste momento não é fácil resolver, mas gostariam que se tivesse em atenção a possibilidade de, no futuro próximo, isso vir a acontecer, e é essa a posição que têm em relação a esta matéria. -----
O Sr. Presidente interveio, dizendo que compreende a posição, aliás várias vezes manifestada, e o executivo pensa que se poderão encontrar outras soluções,







pensando o próprio que com esta mudança de empresa a câmara municipal conseguirá servir cada vez com mais qualidade os trabalhadores. Fica sinceramente nessa expectativa, e vai-se estar atento, no sentido de que as coisas corram bem, estando convicto que sim. -----

Quanto às questões de princípio, aí não há volta a dar, os Srs. Vereadores pensam duma maneira, o PS pensa noutra, considera que há várias soluções para as mesmas matérias, mas respeita naturalmente. -----

Portanto, com o voto contra da CDU, o ponto é aprovado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO - SINISTRO - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 110/14, de 14/11, do DGAFJ/DFPCO/SPA, para aprovação da indemnização das despesas de tratamento, no valor de 29,38€, resultantes da ocorrência verificada na praça Afonso de Albuquerque, em Vila Franca de Xira, a pagar à lesada, Carmelinda de Jesus Marques Pereira.-----

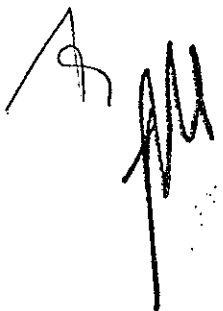
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 110/14, de 14/11, do DGAFJ/DFPCO/SPA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----



1. Assunto: ADENDA AO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES SITAS NA RUA ALVES REDOL, Nº 123, PARA O ANO DE 2015 -----

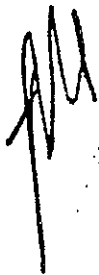

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 337/14, de 17/11, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta da adenda ao protocolo de cedência das instalações sitas na rua Alves Redol, nº 123, em Vila Franca de Xira, para o ano de 2015, a celebrar com a “Autobacelos – Oficina de Reparação e Manutenção de Automóveis Unipessoal, Lda”, para instalação da atividade de reparação de veículos automóveis.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 337/14, de 17/11, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que volta a chamar à atenção que o protocolo é de 2012,2013,2014, e agora propõe-se uma prorrogação para 2015, sendo que tinha ficado acordado que a referida oficina iria para a Quinta dos Bacelos e seria responsável pela construção de uma nave.-----
Já questionaram sobre isto no passado, nomeadamente este ano, e foi-lhes dito que se estava a tentar ver se os pagamentos eram regulares ou irregulares, o que dependia. Assim, gostavam de saber neste momento qual é o ponto de situação. A renda mantém-se? Os pagamentos são regulares? Qual é a perspetiva para a manutenção naquele espaço e do cumprimento do protocolo?-----
O Sr. Presidente interveio, respondendo que a perspetiva é fazer aquilo que se gostaria que acontecesse, mas não num futuro próximo, que se perseguisse a intenção de retirar este tipo de oficinas do centro da cidade, como se retiraram os



postos de abastecimento de combustíveis. -----

Este tipo de atividades deve-se concentrar noutros locais, e foi nesse sentido que se retirou a oficina do cais, pois ia ser reabilitada e não tinha sentido manter-se o que lá acontecia, que não era uma boa situação, tendo-se encontrado esta situação de arrendar aquele espaço, que é da câmara municipal, na perspetiva de mais tarde a oficina passar para os Bacelos, e é isso que se mantém. -----

Por isso, no ano 2015 vai-se avaliar se há condições de o fazer, porque há uma questão que é verdade, e também é bom, sobre esta matéria, ser-se claro.-----

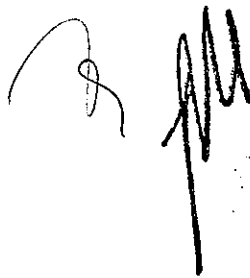
Na Quinta dos Bacelos há um loteamento municipal que foi aprovado, faltam fazer as infraestruturas, que não são poucas, como se sabe, eletricidade, saneamento, pavimentações, etc. Portanto, ou se encontra uma outra solução que possa evitar que seja a câmara municipal a fazer essas infraestruturas ou a mesma tem efetivamente que as realizar.-----

Agora, não tem é a certeza que, realizando as infraestruturas, depois aqueles lotes que estão previstos para multiusos, para concentração de atividades empresariais, venham a ser efetivamente ocupados. É sempre um grande risco que se corre, dum investimento muito grande que se vai fazer, e depois o resultado prático disso pode não ser aquilo que a câmara municipal desejava. -----

Está-se perante uma situação em que se tem de ter alguma prudência, na sequência de tudo. De qualquer modo, o que está pensado e vertido no protocolo é justamente aquela oficina sair do sítio onde está e ir para a Quinta dos Bacelos, onde está um lote já previsto para o efeito. -----

Agora, como é que se vai resolver? Onde é que vai ser feito? Com toda a honestidade não sabe dizer, e por isso mesmo é necessário, em cada ano, ir prorrogando essa adenda, para que as pessoas que lá estão a trabalhar mantenham a sua atividade, apesar de às vezes, verdade se diga, alguma irregularidade no pagamento destas rendas. É o que é, mas apesar de tudo acabam por pagar, que é o que é importante. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Fl. Livro _____

Fl. Ata **155**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº **794**

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE 2/3 DA FRAÇÃO "N", SITA NA RUA ALMADA NEGREIROS, LOTE 8, Nº 18 – ALVERCA DO RIBATEJO – CHASA, CRL

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 343/14, de 21/11, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre 2/3 da fração "N", sita na rua Almada Negreiros, lote 8, nº 18, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 30 000,00€.


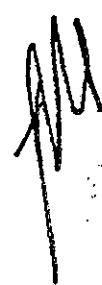
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 343/14, de 21/11, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: EXPOSIÇÃO "TUDO EXISTE O QUE SE INVENTA É A DESCRIÇÃO. JOAQUIM NAMORADO 100 ANOS" – PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO CATÁLOGO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 186/14, de 18/11, do DEC/DCTPM/MNR, para aprovação do preço de venda ao público do catálogo referente à exposição "Tudo existe o que se inventa é a descrição. Joaquim Namorado 100 anos", com o valor unitário de 10,00€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 186/14, de 18/11, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **157**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº **796**

1. Assunto: DIGITALIZAÇÃO DO ESPÓLIO DOCUMENTAL DO FUTEBOL CLUBE DE ALVERCA – PROTOCOLO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 402/14, de 20/10, do DEC/Museu Municipal, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Futebol Clube de Alverca, no âmbito da digitalização do espólio documental do clube. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 402/14, de 20/10, do DEC/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

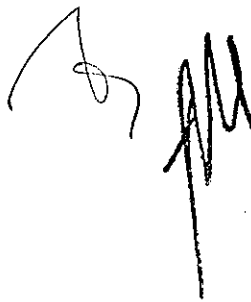
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

[Handwritten signature]

Assunto: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2015 – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO -----
Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2014/12/03, documento que
se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação
das normas de participação do Orçamento Participativo 2015. -----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que este ponto é retirado, na sequência da
conversa que se teve no início da reunião.-----
Retirado da ordem do dia, sendo presente à próxima reunião de câmara.-----



1. Assunto: CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 417/14, de 26/11, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a celebrar com a Federação Portuguesa de Natação, que define as condições para a cedência da Piscina Municipal de Vila Franca de Xira, para a organização do Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada a 22 de fevereiro 2015, e do Campeonato Nacional de Inverno de Natação Sincronizada, de 10 a 12 de abril de 2015. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 417/14, de 26/11, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

A



Fl. Livro _____

Fl. Ata **160**

Reunião de 2014/12/03

Proc.^o _____

Deliberação n.^o **798**

Assunto: PROPOSTA Nº 10/2014 – AVALIAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO SOBRE O FUTURO DA URBANIZAÇÃO QUINTA DA CRUZ DE PAU – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

Presente para aprovação proposta nº 10/2014, datada de 2014/11/26, dos membros da CDU, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referente à avaliação do grau de concretização das infraestruturas da urbanização Quinta da Cruz de Pau, em São João dos Montes, freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, além da identificação a quem compete a sua resolução, e tomada de decisão, a bem da defesa dos direitos dos moradores, no sentido de garantir obrigações expressas em alvará. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que não vai repetir, este é um assunto que tem vindo a ser discutido pela câmara municipal, muitas questões e muitas dúvidas têm-se levantado, e na prática o que os membros da CDU querem saber em relação ao futuro da Quinta da Cruz de Pau, do ponto de vista dos compromissos do promotor imobiliário com a câmara municipal, é o que é que a câmara municipal pensa fazer num curto e imediato espaço de tempo, no sentido de acautelar o pleno cumprimento das obras de infraestruturas que são da competência do promotor imobiliário. -----

Impõe-se saber efetivamente o que é que não foi construído e o que é que falta construir. Por lado, ao abrigo das garantias legais, quais são neste momento as garantias em banco disponíveis para que, caso se tome essa decisão, o município se substitua ao promotor, tal como já aconteceu com outras situações, infelizmente recentes, no âmbito da gestão deste tipo de procedimentos no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Na penúltima reunião de câmara tiveram oportunidade de fazer chegar um conjunto de fotos que alguns moradores da urbanização lhes reencaminharam, que dão conta efetivamente de uma degradação acelerada das condições de vivência desta urbanização, pelo que se impõe, ao contrário do que constava inicialmente no objetivo da ordem de trabalhos, não antes uma análise, mas fundamentalmente uma decisão, que é aquilo que propõem, ou seja, uma tomada de decisão efetiva e sem qualquer tipo de margem para dúvidas, no sentido de acautelar, em primeiro lugar, os interesses dos munícipes que residem nesta urbanização, e a segunda questão, ao abrigo das condições legais usadas para o efeito, que se acionem

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata **161**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

todos os meios no sentido de eventualmente a câmara municipal ter que se substituir ao promotor. -----


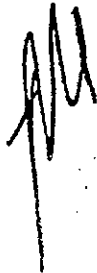
Registam ainda o protesto pelo facto de, uma vez mais, uma proposta dos vereadores da CDU não ter sido devidamente acompanhada de uma justificação da câmara municipal. Facilitaria e ajudaria à discussão, e, essa sim, à análise, se a câmara municipal tivesse feito uma informação, por mais simples que pudesse ser, para hoje estarem confortáveis para tomarem eventualmente decisões, mas não o fez, e gostariam também de saber porque é que não o fez. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que, de duas uma, ou se traz informação para uma tomada de decisão, e o ponto é retirado, ou toma-se uma decisão, de acordo com aquilo que vai dizer e que talvez permita tomar uma ponta de decisão. Os Srs. Vereadores avaliarão se o que vai referir poderá ter sequência em termos de deliberação final sobre a matéria. Se não, naturalmente poder-se-á acrescentar informação.-----

Conforme referiu, e o Sr. Vereador certamente se lembrará, a câmara municipal já tomou a decisão de avançar com o processo de acionar as garantias e substituir-se ao promotor. Como diz, não é uma decisão agradável, na medida em que traz muitos problemas à autarquia, porque é justamente isso, substituir-se ao promotor, vai ter que fazer orçamentos, avançar com concursos e fazer as obras, mas não há volta a dar, na medida em que o urbanizador não consegue cumprir as suas obrigações, pelo que vai ter que ser a câmara municipal a substituí-lo, sendo que o valor das garantias, face à estimativa que foi feita, é suficiente para cobrir a conclusão das infraestruturas em causa. -----

É verdade que há uma zona da urbanização que, no seu ponto de vista, dificilmente nos próximos anos vai evoluir, uma zona alta onde está prevista a construção de umas vivendas. Na sua opinião, não vale a pena a câmara municipal debruçar-se muito sobre essa zona, a não ser vedá-la para dar segurança a quem por ali passa, vale a pena é priorizar já as intervenções que vai fazer, a segunda camada de pavimentação, o arranjo de passeios, conclusão de algumas zonas verdes e coisas deste género que estão em falta.-----

A câmara municipal vai trabalhar nesse sentido e a proposta é, de uma forma clara, e se os Srs. Vereadores quiserem acrescentar alguma coisa que digam, para

se conversar sobre isso, ir substituir-se ao urbanizador, acionando as respetivas garantias, para concluir a urbanização no que concerne às infraestruturas. -----

Terminou, referindo que a proposta é esta, perguntando se os Srs. Vereadores estão de acordo. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que os membros da CDU estão de acordo, obviamente, não disseram isso explicitamente porque queriam partir de um pressuposto, infelizmente não concretizado, de que poderia haver por parte do promotor uma nova intenção de retomar obras que eram da sua competência. -----

Como foi dito, e não se cansam de repetir, para situações excecionais devem-se tomar medidas excecionais, e está-se perante um caso desses, pelo que, naturalmente, estão de acordo com o acionamento das garantias bancárias. -----

Só há uma questãozinha de pormenor, o Sr. Presidente já disse que se tomou essa decisão, mas não têm isso presente. -----

Esclareceu o Sr. Presidente que referiu em reunião de câmara, em vários momentos, que a decisão provavelmente ia passar pelo acionamento da garantia, porque estava a haver muita dificuldade da parte do urbanizador. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que essa deliberação propriamente dita e formalmente constituída ainda não aconteceu, e só queria fazer essa precisão. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que hoje se toma a decisão de avançar nesse sentido, mais tarde tem que ser presente a reunião de câmara a proposta formal em conformidade. -----

Concordou o Sr. Vereador Nuno Libório, lamentando que uma situação destas tenha que acontecer, mas é a bem da defesa dos interesses daqueles que investiram as suas economias, e que estão a pagá-las junto do crédito bancário. ----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo nada têm contra a que se acionem as garantias bancárias, mas gostariam que fosse presente um documento que fizesse o paralelo entre as obrigações do promotor e o que este executou, bem como o que a câmara municipal pensa fazer daqui para o futuro. O facto de executar as garantias bancárias pode não chegar nem sequer para um terço do que lá está para fazer, e o próprio quer saber o que é que a câmara municipal pensa fazer face ao respetivo promotor, se o promotor

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata **163**

Reunião de 2014/12/03

Procº _____

Deliberação nº _____

ainda existe, porque do seu ponto de vista isto tem que ser estruturado. -----

Não tem condições de dizer “acionem-se as garantias bancárias”, porque a câmara municipal não apresentou um documento que lhe diga o que vai fazer. Assim, pergunta se formalmente a câmara municipal já notificou o promotor para fazer tudo o que fazer. Formalmente já o notificou, ou só conversou? -----

Os membros da câmara municipal têm que tomar as medidas como deve ser, e estruturadas, porque se não o fizerem isto vira-se contra si. Não está a defender o empreiteiro, nem quer saber. Se assumiu compromissos tem que ser chamado à responsabilidade e tem que se lhe ir buscar, nem que seja a casa onde habita, para pagar o que assumiu. -----

O que quer é que o seu município faça as coisas como deve ser, e fazer as coisas como deve ser é trazer um documento à câmara municipal, como o Sr. Presidente traz, por exemplo, no caso da Malvarosa, e bem, o relatório na íntegra dos compromissos do que está executado, do que é que a câmara municipal já tentou fazer variadíssimas vezes, avaliar se executa, se não executa, se declara a caducidade, se não declara. Tudo isso tem que ser visto e a câmara municipal tem gente para fazer e advogados para a orientar. -----

Por princípio não tem nenhum problema, acha é que não é consequente, é mais ou menos como aquela decisão que pensava que tinha a loja e não tinha, mais ou menos aquela aprovação que veio a reunião de câmara “faça-se a escritura”, mas depois não pode fazer. Isto não faz sentido, é uma medida que é um” tiro de pólvora seca”, não tem consequência no dia a seguir. Se o Sr. Presidente amanhã quiser executar isto não pode fazer, não consegue fazê-lo. -----

Só está a chamar a atenção para depois não se vir dizer “se eu soubesse, fazia de forma distinta”. A câmara municipal tem gente à altura para fazer tudo como deve ser, e rápido, porque não é preciso fazê-lo bem e lento, pode ser bem e rápido, e traz a reunião de câmara, daqui a 15 dias ou um mês, a decisão fundamentada, demonstrando às pessoas que vai executar as garantias, e a seguir vai processar o promotor, penhorar-lhe isto ou aquilo. É a isto que se chama fazer as coisas bem.---

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que hoje tomou-se uma decisão num determinado sentido, a proposta tem que vir formalmente a reunião de câmara, bem fundamentada, e só se chega aqui na medida em que as insistências e

[Handwritten signature]

notificações feitas à pessoa em causa estão no processo. Quando se chega a este ponto é uma situação limite. A câmara municipal não deseja isto, os promotores têm que fazer aquilo que se comprometeram a fazer, se não o fizerem têm de se encontrar outras soluções, e esta é a última, o que quer dizer que as novas urbanizações têm de começar justamente pelas infraestruturas e depois então é que se passam as licenças de construção e tudo o mais, para ver se de uma vez por todas isto se faz de outra maneira. -----

Também diz, com honestidade, que há muitas infraestruturas que não devem ser feitas, porque senão são um prejuízo. Numa urbanização em que nada está construído estar a pôr um parque infantil é o mesmo que dizer que passado pouco tempo está destruído. A câmara municipal tem de ter algum equilíbrio e bom senso no que pedir, mas saneamento, iluminação, arruamentos e outras coisas, com certeza que deve ficar tudo perfeito. É uma nova metodologia, um novo paradigma que a autarquia tem de ter, para não estar confrontada com estas situações, e infelizmente tem mais do que esta urbanização, inclusivamente situações de insolvência que aconteceram entretanto, em que se está numa situação difícil. -----

Em relação a esta urbanização tomou-se agora uma decisão de princípio, que é efetivamente trazer à câmara municipal uma proposta no sentido de se acionarem as garantias, tudo o que envolve e que os técnicos respetivos vão ter que construir. Deste modo, o que está em causa hoje é a aprovação de um princípio, e tem de vir mais tarde a reunião de câmara a proposta formal. -----

Crê que este é o consenso generalizado da vereação, portanto, o que fica deste ponto 53 é que foi aprovada uma decisão de trazer mais tarde, à próxima reunião de câmara, uma proposta para o acionamento das garantias para a conclusão das infraestruturas da urbanização Quinta da Cruz de Pau, com relatório e tudo mais. É esta a decisão final e o ponto é aprovado na sequência desta proposta. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a decisão de trazer à próxima reunião de câmara uma proposta para o acionamento das garantias para a conclusão das infraestruturas da urbanização Quinta da Cruz de Pau, em São João dos Montes. -----

[Handwritten signature]

Assunto: MOÇÃO – GOVERNO QUER ATRAVÉS DE ALTERAÇÕES À LEI DAS RENDAS APOIADAS PENALIZAR OS MORADORES DOS BAIRROS SOCIAIS-----

Presente para aprovação a moção dos membros da CDU, intitulada “Governo quer através de alterações à lei das rendas apoiadas penalizar os moradores dos Bairros Sociais”, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que se trata de uma moção, dando a palavra aos membros da CDU, para introduzir o ponto.-----

A Srª Vereadora Margarida Cavaleiro interveio, referindo, até pegando no mote da bandeira que hoje está presente, de “autarquia familiarmente responsável”, que esta moção tem justamente a ver com muitas famílias que, decorrente das suas condições financeiras, recorrem às rendas apoiadas e aos bairros sociais.-----

O Governo pretende alterar a lei das rendas apoiadas, que, para além de ser mais uma ingerência na autonomia dos municípios no que respeita a estas matérias, e como os membros da CDU já disseram, em reuniões anteriores, pode-se contar com a CDU para defender a autonomia das câmaras municipais, nestas e noutras situações, daí esta moção contra esta intenção do Governo, abre a porta para o agravamento, quer do valor das rendas, quer da facilitação dos despejos das famílias em situações de carência.-----



Portanto, de facto parece-lhes mais do que pertinente manifestarem desde já a indignação da CDU e a contradição com esta proposta, e daí a apresentação da moção, a que julga que todos tiveram acesso, e que se escusa de ler.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que já são 14h00, perguntando ao Sr. Presidente se se termina a discussão deste ponto ou como é que se faz.-----

Respondeu o Sr. Presidente que se pode passar para a próxima reunião.-----

O Sr. Vereador interveio novamente, referindo que só quer que se chegue sempre ao mesmo princípio. Se for para discutir a proposta, estão disponíveis para a discutir, senão vem na próxima reunião.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que para além deste ponto ainda há mais dois. Se houver tolerância da parte de todos poder-se-ão discutir os 2 pontos, sendo que ainda há um ponto confidencial para tratar, de um processo disciplinar. Acredita que estes 2 pontos não levarão tanto tempo como isso, pelo que, se houver

disponibilidade, há condições de falar sobre eles, e aliás já se estava a falar. Assim, dará mais 10 minutos para tratar dos pontos que ainda faltam.-----

Continuou, dizendo que se se tratar hoje do processo disciplinar, muito bem, caso contrário trata-se noutra altura, perguntando aos Srs. Vereadores se estão de acordo. -----



Tendo os Srs. Vereadores concordado, perguntou à Srª Vereadora Margarida Cavaleiro se terminou a sua intervenção. -----

A Srª Vereadora interveio, respondendo que sim. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que escutou com atenção a intervenção da Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, e gostava de perceber, porque leu a moção. A moção é um círculo, o próprio começa no princípio, termina no fim, e não consegue perceber quais são as atitudes malévolas do Governo, que percebe que possam existir. Portanto, se existirem, os membros da Coligação Novo Rumo estarão presentes para não estarem de acordo, mas gostavam de perceber quais são as atitudes malévolas que o Governo assume fazer, se é o facto de as rendas serem cobradas com base no agregado familiar, na sua composição e rendimento, ou se é outro qualquer que não conseguem entender. Gostavam de perceber, para poderem, em consciência, votarem uma moção que a CDU traz sobre esta matéria, porque consideram que a sociedade tem uma responsabilidade para com quem não tem, infelizmente, condições de adquirir uma habitação numa forma normal. ---
Estão todos de acordo, e por alguma razão o Estado cobra impostos, e tem que fazer face a isso. No entanto, o facto de ter uma obrigação não implica que quem está do lado de lá não tenha deveres, porque qualquer um, viva ou não num bairro de habitação social, tem obrigações. Vai a um banco, pede o seu dinheiro, e tem que o pagar. -----

Assim, gostariam de perceber quais são as atitudes malévolas que existem nesta legislação que a CDU traz, e que quer, de forma legítima e democrática, dizer que é má.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que esta questão tem similitudes com a regulamentação anterior, e não vê, sinceramente, relativamente à questão da autonomia do poder local, que haja intromissão e diferenças quanto à regulamentação anterior, sendo que foi uma matéria que se estudou com muito

cuidado, e não se está a falar de “ânimo leve”. Estudou-se o problema, tem consigo algumas notas que pediu que lhe fizessem, em termos jurídicos, de apreciação desta proposta, e crê que, efetivamente, o PS não está em condições de acompanhar a posição da CDU. -----


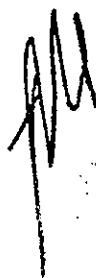
Entendem os seus membros que há que encontrar soluções que permitam chegar mais longe no apoio social às pessoas, em termos de habitação, e há questões que devem ser moralizadas. Existem situações de alguma dificuldade, e muitas das vezes não se conseguem perceber determinados sinais que se verificam em algumas famílias, em que se pode ter em consideração que as pessoas poderiam estar noutra habitação que não naquela, ou que poderiam passar a pagar uma renda um pouco ou bastante mais alta, pois pelo menos há sinais de que assim seria, no entanto, nos documentos que aparecem há alguma dificuldade em contrariar esses sinais.-----

Pensa que todos percebem, não quer adiantar muito mais do que isso, sendo que tem dito à divisão da área social desta câmara municipal que tem de se ter uma grande cautela, porque o que se tem é de ajudar, principalmente e prioritariamente, aqueles que precisam muito mesmo, e há outros em que parece que essa necessidade não é assim tão grande. -----

Estar a fazer avaliações deste tipo é muito difícil, em termos sociais, e por isso pensa que esta lei não vem afetar, e até, em alguns casos, vem colocar aquilo que em Vila Franca de Xira já se faz, que são os despejos administrativos. Já se fazem há muito tempo, e estão agora consagrados na lei, sendo uma prática da câmara municipal. -----

São situações que também se fazem com alguma dificuldade, mas não se pode pactuar com situações em que as pessoas abandonam a casa, não pagam a renda e impossibilitam que outros possam habitar essa mesma habitação. Assim, há questões de alguma moralização, que julga que é absolutamente importante que sejam feitas, para necessariamente ir mais além no apoio àqueles que, de facto, estão numa situação de grande dificuldade. -----

Há se calhar rendas de 5,00€, e mesmo assim há pessoas que não pagam, pelo que efetivamente há princípios que as pessoas têm de ter. É um sinal, uma coisa simbólica, e as pessoas têm uma responsabilidade, com a entidade que lhes

proporciona habitação, de pagar os 5,00€ por mês, mas nem isso fazem.-----

Há questões que efetivamente têm de ser moralizadas, provavelmente há pessoas que não podem pagar mesmo, o que acredita, mas essas terão sempre da parte da câmara municipal uma análise de apoio, pois tem-se isso tudo referenciado. Faz-se um trabalho social, o mais profundo que se pode, no apoio a estas famílias, mas há outras para as quais pensa que se têm de encontrar situações de moralização, para justamente, como referiu, se ir mais longe no apoio.-----



Portanto, compreendendo o que a Srª Vereadora colocou, pensa que esta legislação não difere muito da anterior, há mesmo matérias que em Vila Franca de Xira já se praticam, e o PS não vai acompanhar a CDU nesse sentido de voto.-----

A Srª Vereadora Margarida Cavaleiro interveio, procurando responder às questões, e contribuir um pouco mais para o debate, referindo que além duma das questões que está plasmada na moção, que tem a ver com a diferença na fórmula de valor de cálculo da renda, em que passaria a contar o rendimento bruto em vez do líquido, e aí implicará um aumento, não está na moção, mas está proposto na nova lei, ser fixada em 25% do rendimento bruto a renda máxima a cobrar, independentemente do valor da renda técnica, o que lhes parece desadequado, uma vez que esta, sim, tem a ver com as condições de habitabilidade do fogo.-----

Por outro lado, relativamente aos despejos, existe por exemplo uma situação em que o despejo está previsto se o inquilino não aceitar ser realojado num concelho limítrofe, mesmo que a casa nova proposta seja desadequada ao seu agregado. Há situações destas, como outras que poderão analisar mais em detalhe, se calhar noutra oportunidade, pois não acredita que hoje haja tempo, que de facto fazem com que estas novas alterações não possam ter o acompanhamento da CDU. -----

Em relação à câmara municipal, muito os preocupa, e o executivo municipal diz que não acompanha os membros da CDU, uma vez que aquilo que está proposto nesta proposta de lei até já é concretizado pela autarquia. Pois muito bem, então o executivo está a par, tem as mesmas filosofias de intervenção no que respeita a esta questão, mas o que se passa é que com esta proposta estes critérios passam a ser obrigatórios a todo o parque habitacional público, caso seja aprovado para o futuro. -----

Ora, há mais câmaras no país, há outras questões, daqui por muitos anos não se



sabe o que se passará, e consideram que a câmara municipal deve ser mais soberana nestas questões, independentemente de até as acompanhar neste momento, pois se calhar daqui a 3 ou 4 anos pode não acompanhar, mas uma vez que a lei entretanto é aprovada, já não poderá dissociar-se desta. Daí que consideram que a moção mantém o seu sentido primordial. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, mencionando que este debate está a ser muito rico, mas é rico quando é bem fundamentado e sabe-se o que se está a dizer, porque, por exemplo, quanto à consideração do rendimento bruto, ela já existia, não houve nenhuma alteração nesse sentido, e nem se entende porque é que esta matéria é trazida, porque já existia, não houve nenhuma alteração, era rendimento bruto, manteve-se o rendimento bruto. -----

A alteração maior, que de facto apoia cada vez mais as famílias, é nomeadamente a inclusão de mais elementos das famílias, e nesse sentido fazia todo o sentido que a CDU estivesse a apoiar esta proposta, que inclusivamente já foi aprovada pelo Conselho de Ministros, nomeadamente no dia 2 de outubro de 2014, estando-se a falar de uma matéria que já está em vigor. -----

Depois, quando se fala de renda apoiada e renda condicionada, é importante perceber uma coisa muito simples. A renda apoiada é de acordo com os rendimentos, e só é aplicada a renda condicionada, que tem a ver com o preço técnico da habitação, quando os rendimentos são superiores. Aplica-se sempre a renda mais baixa, e só nesse caso é que se vão aplicar as questões relacionadas com o fogo, com o estado de conforto. É só nesses casos, ou seja, significa que a pessoa ultrapassou o limite, e que os seus rendimentos permitem perfeitamente procurar uma alternativa no mercado livre. -----

Hoje em dia é isso que acontece, infelizmente o mercado é que dá resposta às questões sociais, não são as autarquias que dão este tipo de apoios, e o que se pretende colmatar com esta alteração da lei é precisamente isso, fazer com que se apoie cada vez mais, e que as autarquias tenham esse poder, até porque esta medida vai dar cada vez mais responsabilidades às autarquias locais, com muito maior rigor e eficácia, e é isso que é preciso ser dito. -----

O Sr. Presidente interveio, passando à votação, dizendo que há uma proposta clara da CDU, no sentido desta moção ser aprovada, que há os votos contra do Partido



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros do Partido Socialista e da Coligação Novo Rumo, reprovar a moção apresentada pelos membros da CDU. --



Reunião de 2014/12/03

Deliberação nº

Terminou, dando as boas tardes a todos e desejando um resto de bom dia.-----




Deliberação nº 800

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. -----



Encerramento às 14h15. -----
Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/01/14,
tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os
membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. _____

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -